



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA MARINHA  
ESTADO-MAIOR DA ARMADA**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016**

**Brasília – DF, maio/2017**



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA MARINHA  
ESTADO-MAIOR DA ARMADA**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016**

**Relatório de Gestão do exercício de 2016, apresentado aos Órgãos de Controle Interno e Externo e à Sociedade como Prestação de Contas Anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, alterada pela de nº 72/2013, da Decisão Normativa TCU nº 154/2016, da Portaria TCU nº 59/2017 e das orientações do Órgão de Controle Interno contidas na Circular nº 18/2017 da SGM.**

**Brasília – DF, maio/2017**

**LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

A3P - Agenda Ambiental da Administração Pública  
ACISO - Ações Cívico-Sociais  
AE - Aumento de Efetivo  
AEN - Ações Estratégicas Navais  
AGU - Advocacia-Geral da União  
AHF - Ácido Fluorídrico Anidro  
AJB - Águas Jurisdicionais Brasileiras  
ALI - Apoio Logístico Integrado  
AMRJ - Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro  
ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários  
AO - Ações Orçamentárias  
ARP - Aeronaves Remotas Pilotadas  
ASPSP - Arquipélago de São Pedro e São Paulo  
ASSHOP - Operações de Assistência Hospitalar às Populações Ribeirinhas  
ATCM - Reunião das Partes Consultivas do Tratado da Antártica  
AT - Auxílio-Transporte  
AvHoFlu - Aviso Hidroceanográfico Fluvial  
BAFO - Best And Final Offer  
BDPES - Sistema de Pessoal da Diretoria do Pessoal Militar da Marinha  
BID - Base Industrial de Defesa  
BNN - Base Naval de Natal  
BNRJ - Base Naval do Rio de Janeiro  
BONO - Boletim de Ordens e Notícias  
BtlEngFuzNav - Batalhão de Engenharia de Fuzileiros Navais  
CADIM - Centro de Avaliação da Ilha da Marambaia  
CADIMAweb - Sistema de Cadastro Imobiliário da Marinha  
CAIO - Curso de Aperfeiçoamento de Intendência para Oficiais  
CASNAV - Centro de Análises de Sistemas Navais  
CAV - Controle de Avarias  
CBINC - Curso Expedido de Combate ao Incêndio  
CCC - Canadian Commercial Corporation  
CCIMAR - Centro de Controle Interno da Marinha  
CCI-MD - Conselho de Controle Interno do Ministério da Defesa  
CCSM - Centro de Comunicação Social da Marinha  
CCT - Corvetas Classe “Tamandaré”  
CDefNBQR-MB - Centro de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica da Marinha do Brasil  
CDM - Comissão de Desportos da Marinha  
CEA - Centro Experimental ARAMAR  
CEFAN - Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes  
CEIEC - China National Electronics Imports and Exports Corporation  
CeiMLa - Centro de Intendência da Marinha em Ladário  
CEMA - Chefe do Estado-Maior da Armada  
CENSIPAN - Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia  
CEP - Reunião do Comitê para Proteção do Meio Ambiente  
CEPE - Centro de Estudos Político-Estratégicos  
CEPEL - Centro de Pesquisas de Energia Elétrica  
C-Espc-Int - Curso de Especialização em Intendência

CFF - Cronograma Físico-Financeiro  
CFN - Corpo de Fuzileiros Navais  
CFTV - Circuito Fechado de Televisão  
CGCFN - Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais  
CGUPAD - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares  
CIAA - Centro de Instrução Almirante Alexandrino  
CIAMPA – Centro de Instrução Almirante Milcíades Portela Alves  
CIANB - Centro de Instrução e Adestramento Almirante Newton Braga  
CIASC - Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo  
CIAW - Centro de Instrução Almirante Wandenkolk  
CIM - Centro de Inteligência da Marinha  
CIRM - Comissão Interministerial para os Recursos do Mar  
CJU/SP - Consultoria Jurídica da União no Rio de Janeiro  
CLANf - Carros Lagarta Anfíbio  
CLPC - Comissão de limites da Plataforma Continental  
CLTI - Centros Locais de Tecnologia da Informação  
CM - Comandante da Marinha  
CMAM - Centro Médico Assistencial da Marinha  
CMASM - Centro de Mísseis e Armas Submarinas da Marinha  
CMatFN - Comando do Material de Fuzileiros Navais  
CMN - Casa do Marinheiro  
CN - Colégio Naval  
CN - Congresso Nacional  
CNBW - Comissão Naval Brasileira em Washington  
CNEN - Comissão Nacional de Energia Nuclear  
COFAMAR - Conselho Financeiro e Administrativo da Marinha  
COGESN - Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear  
Com1ºDN - Comando do 1º Distrito Naval  
Com2ºDN - Comando do 2º Distrito Naval  
Com3ºDN - Comando do 3º Distrito Naval  
Com4ºDN - Comando do 4º Distrito Naval  
Com5ºDN - Comando do 5º Distrito Naval  
Com6ºDN - Comando do 6º Distrito Naval  
Com7ºDN - Comando do 7º Distrito Naval  
Com8ºDN - Comando do 8º Distrito Naval  
Com9ºDN - Comando do 9º Distrito Naval  
COMCONTRAM - Comando do Controle Naval do Tráfego Marítimo  
ComemCh - Comando em Chefe da Esquadra  
ComFlt - Comandos de Flotilhas  
ComGptPatNav - Comando dos Grupamentos de Patrulha Naval  
COMNAP - Conselho de Gerentes de Programas Antárticos Nacionais  
ComOpNav - Comando de Operações Navais  
COPLAN - Conselho do Plano Diretor  
COPLAPE - Conselho de Planejamento de Pessoal  
COTEC-TI - Comissão Técnica de Tecnologia da Informação  
COTIM - Conselho de Tecnologia da Informação da Marinha do Brasil  
CPesFN - Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais  
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa  
CPMM - Centro de Perícias Médicas da Marinha  
CPN - Centro de Projetos Navais

CPO - Comissão de Promoção de Oficiais  
CPPM - Código de Processo Penal Militar  
CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais  
CSL - Contrato de Suporte Logístico  
Csub - Comunicações Submarinas  
CTecCFN - Centro Tecnológico do Corpo de Fuzileiros Navais  
CTMSP - Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo  
DAbM - Diretoria de Abastecimento da Marinha  
DAdM - Diretoria de Administração da Marinha  
DAerM - Diretoria de Aeronáutica da Marinha  
DASM - Diretoria de Assistência Social da Marinha  
DBM - Doutrina Básica da Marinha  
DBR - Declarações de Bens e Rendas  
DCAT - Declaração para Concessão de Auxílio-Transporte  
DefNBQR - Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica  
DEnsM - Diretoria de Ensino da Marinha  
DET - Declarações da Execução de Transporte  
DFM - Diretoria de Finanças da Marinha  
DGDNTM - Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha  
DGMM - Diretoria-Geral do Material da Marinha  
DGN - Diretoria-Geral de Navegação  
DGOM - Diretoria de Gestão Orçamentária da Marinha  
DGPM - Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha  
DHN - Diretoria de Hidrografia e Navegação  
DNBQR - Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica  
DNMB - Diretrizes para a Nacionalização na Marinha do Brasil  
DOU - Diário Oficial da União  
DPC - Diretoria de Portos e Costas  
DPCvM - Diretoria do Pessoal Civil da Marinha  
DPHDM - Diretoria de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha  
DPMM - Diretoria do Pessoal Militar da Marinha  
DSM - Diretoria de Saúde da Marinha  
EACF - Estação Antártica Comandante Ferraz  
EB - Exército Brasileiro  
EBAF - Estágio Básico de Asa Fixa  
ECASPSP - Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo  
ECIT - Estação Científica da Ilha da Trindade  
EDPn - Embarcações Pneumáticas  
EGN - Escola de Guerra Naval  
EISA - Estaleiro Ilha S/A  
EM - Empreendimentos Modulares  
EMA - Estado-Maior da Armada  
EMBRAER - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A  
EN - Escola Naval  
EN - Estratégias Navais  
END - Estratégia Nacional de Defesa  
ESANTAR - Estação de Apoio Antártico  
EsIE - Escola de Instrução Especializada do Exército  
EUA - Estados Unidos da América  
FAB - Força Aérea Brasileira  
FAURG - Fundação de Apoio à Universidade do Rio Grande

FGV - Fundação Getúlio Vargas  
FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz  
FMS - Foreign Military Sales  
FN - Fundo Naval  
FT - Força-Tarefa  
FUJB - Universidade José Bonifácio  
FUNDESPA – Fundação de estudos e Pesquisas Aquáticas  
FUSMA - Fundo de Saúde da Marinha  
GCM - Gabinete do Comandante da Marinha  
GDA-X - Gás Detector Any Explosive  
GEPEC - Sistema de Pessoal Civil da Marinha  
GESPÚBLICA - Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização  
GOOS/Brasil - Sistema Global de Observação dos Oceanos/Brasil  
GRUMEC - Grupamento de Mergulhadores de Combate  
GNHo - Grupamento de Navios Hidroceanográficos  
GT - Grupo de Trabalho  
GVI/GP - Grupos de Visita e Inspeções e Guarnições de Presa  
HCM - Hospital Central da Marinha  
HIAE - Hospital Israelita Albert Einstein  
HME - Helicóptero Multiemprego  
HNMD - Hospital Naval Marcílio Dias  
IAM - Inspeção Administrativo-Militar  
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente  
IBQN - Instituto Brasileiro da Qualidade Nuclear  
ICT - Instituição Científica e Tecnológica  
IH - Helicópteros de Instrução  
IMH - Indenização Médico-Hospitalar  
INFOCIRM - Informativo quadrimestral da Comissão Interministerial dos Recursos do Mar  
IPM - Inquérito Policial Militar  
IPqM - Instituto de Pesquisas da Marinha  
ISS - Imposto sobre serviço  
LABGENE - Laboratório de Geração Núcleo-Elétrica  
LABMAT - Laboratório de Materiais Nucleares  
LAI - Lei de Acesso à Informação  
LAR - Lanchas de Ação Rápida  
LARE - Laboratório Radioecológico  
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias  
LEPLAC - Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira  
LFM - Laboratório Farmacêutico da Marinha  
LME - Limite de Movimentação de Empenho  
LOA - Lei Orçamentária Anual  
LP - Limite de Pagamento  
LSAM - Licenciamento do Serviço Ativo da Marinha  
LSDH - Landing Ship Dock Helicopter  
MAE - Módulos Antárticos Emergenciais  
MANAER – Míssil Ar-Superfície Nacional  
MB - Marinha do Brasil  
MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação  
MD - Ministério da Defesa  
MEGP - Modelo de Excelência em Gestão Pública  
MF – Mina de Fundo

MINUSTAH - Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti  
MMA - Ministério do Meio Ambiente  
MME - Ministério de Minas e Energia  
Mock-up - Modelo em escala natural de parte da Estação  
MOVAR - Monitoramento da Variabilidade Regional  
MPM - Ministério Público Militar  
MRE - Ministério das Relações Exteriores  
NAe - Navio-Aeródromo  
NApOc - Navio de Apoio Oceanográfico  
NAsH - Navio de Assistência Hospitalar  
NBC T - Normas Brasileiras de Contabilidade - Técnica  
NDM - Navio Doca Multipropósito  
NHoFlu - Navio Hidroceanográfico Fluvial  
NORTAM - Norma Técnica Ambiental  
NPa - Navio-Patrolha  
NPo - Navio Polar  
OBNAV - Objetivos Estratégicos Navais  
OCC - Outras Despesas de Custeio e Capital  
OCM - Odontoclínica Central da Marinha  
ODG - Órgão de Direção Geral  
ODS - Órgão de Direção Setorial  
OI - Orçamento de Investimento  
OM - Organizações Militares  
OMF - Organizações Militares Fora da Cadeia de Comando dos ODS  
OMPS - Organizações Militares Prestadoras de Serviço  
OMPS-C - Organização Militar Prestadora de Serviço de Ciência e Tecnologia  
OMPS-H - Organização Militar Prestadora de Serviço Hospitalar  
OMPS-I - Organização Militar Prestadora de Serviço Industrial  
ONU - Organização das Nações Unidas  
OPAQ - Organização para a Proibição de Armas Químicas  
OPERANTAR - Operação Antártica  
ORCOM - Orientações do Comandante da Marinha  
ORISSET - Orientações Setoriais  
PA - Plano de Ação  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
PAC - Propositura de Ação de Cobrança  
PAD - Processo Administrativo Disciplinar  
PadExRes - Processo Administrativo de Execução da Rescisão Contratual  
PAMBG - Plano de Área da Marinha para a Baía de Guanabara  
PAPEM - Pagadoria de Pessoal da Marinha  
PatNav - Patrulha Naval  
PCC&T - Plano de Carreiras da área de Ciência e Tecnologia  
PCCTM - Plano de Carreiras dos Cargos de Tecnologia Militar  
PD - Plano Diretor  
PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação  
PEI - Plano de Emergência Individual  
PEM - Plano Estratégico da Marinha  
PEM - Procuradoria Especial da Marinha  
PEO - Plano Estratégico Organizacional  
PES - Projeto Esplanada Sustentável  
PETI - Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação

PETIM - Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Marinha  
PGPE - Plano Geral de Cargos do Poder Executivo  
PHE - Plano Hidroviário Estratégico  
PISL - Plano de Implantação do Software Livre  
PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual  
PMD e EMiD - Política e Estratégia Militares de Defesa  
PNBOIA - Plano Nacional de Bóias  
PND - Plano Nacional de Dragagem  
PND - Política Nacional de Defesa  
PNIH - Plano Nacional de Integração Hidroviária  
PNM - Programa Nuclear da Marinha  
PNNSG - Policlínica Naval Nossa Senhora da Glória  
PNR - Próprios Nacionais Residenciais  
PO - Proposta Orçamentária  
PPA - Plano Plurianual do Governo  
PPO - Pré-Proposta Orçamentária  
PROANTAR - Programa Antártico Brasileiro  
PROAREA - Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial  
PROARQUIPÉLAGO - Programa de Pesquisa no Arquipélago de São Pedro e São Paulo  
PROFESP - Programa Força no Esporte  
PROLIM - Programa Olímpico da Marinha  
PROMAR - Programa de Mentalidade Marítima  
PRONAE - Programa de Obtenção de Navios-Aeródromo  
PRONANF - Programa de Obtenção de Navios Anfíbios  
PROPENERG - Sistema de Propagação de Energia Acústica  
PROPES - Programa de Gestão de Pessoal  
PROSUB - Programa de Desenvolvimento de Submarinos  
PROSUPER - Programa de Obtenção de Meios de Superfície  
PROTRINDADE - Programa de Pesquisa na Ilha da Trindade  
PSD e ESD - Política e Estratégia Setoriais de Defesa  
PSO - Plano de Segurança Orgânica  
PSRM - Plano Setorial para os Recursos do Mar  
PTIM - Plano Estratégico de TI da MB  
PUC-Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
QBRN - Contaminados Químicos, Biológicos, Radiológicos e Nucleares  
QFN - Quitação com a Fazenda Nacional  
QUAESTOR - Sistema para Gestão do Municíamento e Caixa de Economias  
RAPAL - Reunião de Administradores de Programas Antárticos Latino-americanos  
RDS - Rádio Definido por Software  
REB - Registro Especial Brasileiro  
RECIM - Rede de Comunicação Interna da Marinha  
REF - Relatório Econômico-Financeiro  
REMO - Rede Temática de Modelagem e Observação Oceanográfica  
RFP - Request for Proposal  
RG - Relatório de Gestão  
RPD - Relação de Pagamentos Depositados  
SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo  
SAR - Serviço de Busca e Salvamento  
SARP - Sistema de Aeronaves Remotamente Pilotadas  
SASM - Serviço de Assistência Social da Marinha



S-BR - Submarino Convencional  
SCIMB - Sistema de Controle Interno da Marinha do Brasil  
SCTMB - Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação da Marinha  
SDA - Sistemas Digitais Administrativo  
SDO - Sistemas Digitais Operacional  
SecCTM - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação da Marinha  
SECIRM - Secretaria da Comissão Interministerial para Recursos do Mar  
SEDIME - Setor de Distribuição de Medicamentos  
SEN - Sistema de Ensino Naval  
SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados  
SGM - Secretaria-Geral da Marinha  
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira  
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos  
SIC - Sistema de Informação de Custos  
SIC-MB - Serviço de Informações ao Cidadão no âmbito da Marinha do Brasil  
SICONTA - Sistema de Controle Tático e de Armas  
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria  
SID - Segurança da Informação Digital  
SIGDEM - Sistema de Gerência de Documentos Eletrônicos da Marinha  
SIGEP - Sistema de Pessoal do Corpo de Fuzileiros Navais  
SIG-ICT - Sistema de Informações Gerenciais das Instituições de Ciência e Tecnologia e Inovação da MB  
SIGSAUDE - Sistema de Gestão das Informações de Saúde da Marinha  
SIM - Serviço de Identificação da Marinha  
SINGRA - Sistema de Informações Gerenciais de Abastecimento  
SIPLAD - Sistema de apoio ao Sistema do Plano Diretor  
SIPM - Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha  
SisDefNBQR-MB - Sistema de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica da Marinha do Brasileira  
SisGAAz - Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul  
SISMAT - Sistema para Gestão de Material da Marinha  
SISMAT-WEB - Sistema de Controle Patrimonial da MB  
SISPAG - Sistema de Pagamento do Pessoal da Marinha  
SISPES - Sistema do Projeto Esplanada Sustentável  
SISPRES - Sistema de Previsão do Ambiente Acústico para Planejamento das Operações Navais  
SISTRAM - Sistema de Informações sobre o tráfego Marítimo  
SL - Software Livre  
SMI - Serviço Militar Inicial  
SMO - Serviço Militar Obrigatório  
SMV - Serviço Militar Voluntário  
SN-BR - Submarino com Propulsão Nuclear  
SNNF - Sanatório Naval de Nova Friburgo  
SOF/MPOG - Secretaria do Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão  
SOLAS - Safety of Life at Sea  
SOMAR - Sistema de Obtenção da Marinha no Exterior  
SPAN - Sistemática de Planejamento de Alto Nível da Marinha  
SPD - Sistema do Plano Diretor  
SPI/MPDG - Secretaria de Planejamento e Investimentos do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão  
SPIUnet - Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União

SPRS - Ship Position Reporting System  
SSPM - Serviço de Seleção do Pessoal da Marinha  
SRP - Sistema de Registro de Preços  
STN - Secretaria do Tesouro Nacional  
TCU - Tribunal de Contas da União  
TED - Termo de Execução Descentralizada  
TI - Tecnologia da Informação  
TIC - Tecnologia da Informação e Comunicações  
TJDL - Termo de Justificativa de Dispensa de Licitação  
TM - Tribunal Marítimo  
TMFT - Tabela Mestra de Força de Trabalho  
TPA - Treinamento Pré-Antártico  
UAP - Unidades de Atendimento ao Público  
UCQP - Unidade de Células Quentes Piloto  
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
UFF - Universidade Federal Fluminense  
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UGE - Unidade Gestora Executante  
UISM - Unidade Integrada de Saúde Mental  
UJ - Unidade Jurisdicionada  
UMG - Unidade de Monitoramento e Gestão  
UNIFIL - Força Interina das Nações Unidas no Líbano  
UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina  
UPC - Unidade Prestadora de Contas  
USEXA - Unidade Piloto de Hexafluoreto de Urânio  
VANT - Veículos Não-Tripulados  
VBTP SL - Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal sobre Lagartas  
VSA - Veículo Submarino Autônomo  
XBT - Expendable Bathythermograph  
ZEE – Zona Econômica Exclusiva

**LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS**

FIGURA 1 - ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UPC .....	29
QUADRO 3.3 - INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS.....	30
QUADRO 4.2.1.1 - PROGRAMAS DO PPA.....	37
QUADRO 4.2.4.1 - RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.....	55
QUADRO 4.2.4.2 - RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UG NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE .....	55
QUADRO 4.2.4.3 - SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO.....	56
QUADRO 4.2.4.4 - PERFIL DOS ATRASOS NA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS POR RECEBEDORES DE RECURSOS.....	57
QUADRO 4.2.5.1 - DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO .....	58
QUADRO 4.2.5.2 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA .....	60
QUADRO 6.1.1.1 - FORÇA DE TRABALHO DA UPC POSIÇÃO EM 31/12/2016 .....	69
QUADRO 6.1.1.2 - DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA.....	69
QUADRO 6.1.1.3 - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UPC.....	69
QUADRO 6.1.2 - DESPESAS COM PESSOAL.....	71
TABELA 1 - QUADRO DE VAGAS NA MB.....	73
TABELA 2 - VALOR POR ESTAGIÁRIO REMUNERADO/MÊS (R\$).....	73
QUADRO 6.2.1.3 - DESPESAS NO EXERCÍCIO COM MANUTENÇÃO DE IMÓVEIS.....	74
QUADRO 6.3.1 - SISTEMAS DE INFORMAÇÕES.....	75
QUADRO 6.3.5 - DESPESAS NO EXERCÍCIO COM PROJETOS DE TI.....	77
TABELA 3 - ENDEREÇO WEB DAS CARTAS DE SERVIÇO AO CIDADÃO.....	81
TABELA 4 - VIDA ÚTIL ECONÔMICA DOS BENS MÓVEIS POR CONTA CONTÁBIL .....	84
QUADRO 9.1.1 - DETERMINAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE CUMPRIMENTO.....	87
QUADRO 9.3 - MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO.....	96
QUADRO 9.6 - DESPESAS COM PUBLICIDADE.....	96

**LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES**

Anexo A - Ações - OFSS

Anexo B - Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos

Anexo C - Distribuição Geográfica dos Imóveis da União

Anexo D - Cessão de Espaço Físico em Imóveis da União na Responsabilidade da UPC

Anexo E - Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

Anexo F - Demonstrativos de Caixa de Economias

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	14
3.0 - VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS .....	28
3.1 - Finalidade e Competências Institucionais da UPC .....	28
3.2 - Normas e Regulamentos de Criação, Alteração e Funcionamento do Órgão ou da Entidade...28	
3.3 - Organograma .....	29
3.4 - Macroprocessos Finalísticos .....	33
4.0 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL.....	35
4.1 - Planejamento Organizacional .....	35
4.2 - Desempenho Orçamentário.....	37
4.3 - Desempenho Operacional .....	62
5.0 - INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA .....	63
5.1 - Descrição das Estruturas de Governança.....	63
5.2 - Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos.....	65
5.3 - Gestão de Riscos e Controles Internos.....	66
6.0 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO .....	69
6.1 - Gestão de Pessoas .....	69
6.2 - Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura .....	73
6.3 - Gestão da Tecnologia da Informação .....	75
6.4 - Gestão Ambiental e Sustentabilidade .....	78
7.0 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	80
7.1 - Canais de Acesso ao Cidadão .....	80
7.2 - Carta de Serviços ao Cidadão .....	80
7.3 - Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários .....	82
7.4 - Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes Sobre a Atuação da Unidade .....	82
8.0 - DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	83
8.1 - Desempenho Financeiro do Exercício .....	83
8.2 - Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos .....	83
8.3 - Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade.....	85
8.4 - Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas .....	86
9.0 - CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE .....	87
9.1 - Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU.....	87
9.2 - Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno .....	90
9.3 - Medidas Administrativas para a Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário .....	96
9.4 - Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamento de Obrigações com o Disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/1993 .....	96
9.5 - Informações sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento .....	96
9.6 - Despesas com Ações de Publicidade e Propaganda .....	96
10.0 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES .....	98

## APRESENTAÇÃO

O Estado-Maior da Armada (EMA) apresenta de forma consolidada o presente Relatório de Gestão (RG) de 2016, atendendo ao princípio de transparência pública de seus atos de gestão e, desta forma, mais do que uma peça obrigatória de apresentação ao Tribunal de Contas da União (TCU), cumpre a função de se manter aberto à sociedade acerca das principais atividades que desenvolve, em ato de respeito às leis, que é um dever de uma instituição pública.

O documento foi preparado com base nos seguintes instrumentos normativos:

- Decisão Normativa nº 154/2016, do Tribunal de Contas da União (TCU);
- Acórdão nº 2690/2016 - TCU-Plenário;
- Portaria-TCU nº 59/2017; e
- Circular nº 18/2017, da Secretaria-Geral da Marinha (SGM) - Órgão de Direção Setorial (ODS), com responsabilidades normativas e gerenciais do controle interno da Marinha do Brasil (MB).

Cabe salientar que o EMA possui a qualidade de Unidade Prestadora de Contas (UPC) e, como tal, está apresentando este RG contendo informações relacionadas à gestão dos ODS e dos Órgãos de Assistência Direta e Imediata e Vinculados ao Comandante da Marinha (CM), de forma a permitir a apresentação de uma visão estratégica da gestão da Marinha.

O presente RG está estruturado da seguinte forma:

Apresentação; Visão Geral da UPC; Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional; Informações sobre a Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos; Áreas Especiais da Gestão; Relacionamento com a Sociedade; Desempenho Financeiro e Informações Contábeis; Conformidade da Gestão e Demandas de Órgãos de Controle; e Outras Informações Relevantes.

O EMA tem o propósito de assessorar o CM na direção do Comando da Marinha e no desempenho de suas atribuições no Conselho Militar de Defesa e no Conselho de Defesa Nacional. Para a consecução desse propósito, cabem ao EMA as seguintes tarefas, dentre outras:

1. Coordenar e controlar as atividades que lhe forem atribuídas pelo CM;
2. Formular a doutrina, a política e o planejamento estratégico da Marinha; e
3. Exercer a coordenação e o controle das atividades dos ODS.

A MB possui em sua estrutura sete ODS, quais sejam: o Comando de Operações Navais (ComOpNav), a Secretaria-Geral da Marinha (SGM), a Diretoria-Geral do Material da Marinha (DGMM), a Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha (DGPM), a Diretoria-Geral de Navegação (DGN), a Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (DGDNTM) e o Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), todos subordinados ao CM e coordenados pelo EMA, que atua como Órgão de Direção Geral (ODG).

Cabe ressaltar que, em 10 de novembro de 2016, por meio do Decreto nº 8.900, foi alterada a denominação da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação da Marinha (SecCTM) para Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (DGDNTM), com a incorporação das atividades do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) e do Programa Nuclear da Marinha (PNM), agregando suas estruturas organizacionais de Gestão.

Os Órgãos de Assistência Direta e Imediata e Vinculados ao CM são o Gabinete do Comandante da Marinha (GCM), o Centro de Controle Interno da Marinha (CCIMAR), o Centro de Comunicação Social da Marinha (CCSM), o Centro de Inteligência da Marinha (CIM), a Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), a Procuradoria Especial da Marinha (PEM) e o Tribunal Marítimo (TM).

Como ODG, uma das atribuições do EMA que releva destacar é a sua participação no Conselho do Plano Diretor (COPLAN) e no Conselho Financeiro e Administrativo da Marinha (COFAMAR), que tratam de assuntos voltados ao planejamento e administração financeira dos

recursos orçamentários alocados à MB. O detalhamento do propósito, da constituição e dos procedimentos atinentes aos referidos Conselhos serão abordados no item 5.0 deste Relatório, que trata de Informações sobre a Governança.

Ressalta-se também que, diretamente subordinado à estrutura de Comando do EMA, estão a Escola de Guerra Naval (EGN), cujas atividades principais abrangem as áreas de ensino e pesquisas científicas, voltadas para os temas de Defesa Nacional, Poder Marítimo, Guerra Naval e Administração; e a Comissão de Promoção de Oficiais (CPO), que tem como propósito assessorar o CM nos diversos processos de seleção de Oficiais, atuando como órgão de processamento das promoções por antiguidade, por merecimento e, numa primeira fase, para as por escolha.

As realizações da gestão no ano de 2016 foram pautadas no Plano Diretor (PD) da MB que é o instrumento de planejamento, execução e controle, de caráter permanente, inerente às gestões orçamentária e financeira, desenvolvidas nos diversos escalões administrativos, visando à adequação dos recursos disponíveis às necessidades da MB.

São propósitos do PD:

- contribuir para a administração da MB, visando ao cumprimento de sua destinação constitucional;
- condicionar processos e meios que visem à consecução de metas compatíveis com o Plano Estratégico da Marinha (PEM);
- harmonizar o planejamento, a execução e o controle desenvolvidos na MB com o Plano Plurianual (PPA) do Governo, seus Programas e Ações Orçamentárias (AO) decorrentes;
- permitir a aplicação de recursos com eficiência, eficácia, efetividade e economicidade;
- proporcionar a otimização na gestão dos recursos orçamentários da MB, maximizando o atendimento às demandas navais; e
- propiciar continuidade administrativa, em todos os níveis organizacionais, no que tange ao planejamento, aplicação e controle dos recursos financeiros disponíveis.

A Proposta Orçamentária (PO) da Marinha para o exercício de 2016 foi elaborada dentro dos limites orçamentários estabelecidos pelo Ministério da Defesa. Para a sua consecução, foram colhidos subsídios de todas as Organizações Militares (OM) do Comando da Marinha. Tais subsídios foram consolidados, priorizados pelos ODS e repassados ao EMA o qual, de posse dessas informações, elaborou a proposta de distribuição de recursos pelas diversas metas setoriais. Esta proposta, depois de avaliada e aprovada pelo COPLAN, composto pelo Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA) e os Titulares dos ODS, foi ratificada pelo CM.

O controle da execução orçamentária nos diversos Setores da MB é apreciado nas reuniões do COFAMAR, colaborando para a tomada de decisão referente à distribuição e remanejamento interno dos recursos pelas AO, propiciando minimizar tempestivamente os impactos causados pelos contingenciamento/cortes do orçamento imposto pelo Governo.

#### **Principais óbices observados em 2016:**

O cenário orçamentário e a redução dos recursos recebidos nos últimos anos ensejaram a necessidade de postergação de vários compromissos assumidos, obrigando à repactuação de diversos contratos, afetando diretamente a necessária renovação e modernização dos navios, aeronaves e carros de combate. Essas restrições impactaram, também, a manutenção dos meios existentes, ocasionando atrasos na prontificação, a postergação dos períodos de reparo e manutenção e, conseqüentemente, a disponibilidade desses meios necessários ao cumprimento da missão constitucional da Marinha do Brasil.

Assim, de forma resumida, destacam-se abaixo as principais realizações concretizadas em 2016.

### **I - Política Nacional de Defesa**

#### **1 - Defesa Naval**

### **a) Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB)**

O Programa de Desenvolvimento de Submarinos, criado a partir da parceria celebrada entre os Governos do Brasil e da França, em 2008, conta com a participação de mais de 600 empresas brasileiras, todas envolvidas no fornecimento de bens e serviços em três áreas específicas: i) implantação dos estaleiros de construção e de manutenção e uma Base Naval; ii) construção de quatro submarinos convencionais (S-BR); e iii) projeto e construção de um submarino com propulsão nuclear (SN-BR).

Esse programa será detalhado no RG da Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear (COGESN), organização da MB classificada como UPC.

### **b) Programa Nuclear da Marinha (PNM)**

O PNM, criado em 1979, está sendo executado pelo Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP) e tem como objetivo desenvolver e construir um protótipo de reator nuclear para a propulsão naval, assim como a obtenção de seus insumos.

O PNM é composto pelo Projeto do Ciclo do Combustível, pelo Projeto do Laboratório de Geração Nucleo-Elétrica (LABGENE) e pelo Projeto de Infraestrutura.

O Projeto do Ciclo do Combustível visa ao domínio do ciclo do combustível nuclear nas fases necessárias para atender ao abastecimento do LABGENE e dos futuros submarinos com propulsão nuclear.

A fase de maior complexidade tecnológica está no enriquecimento do urânio, já conquistada em 1982. Contudo, para atender às necessidades de abastecimento do LABGENE, há que se ampliar a atual estrutura de enriquecimento de urânio, bem como prontificar a Unidade Piloto de Hexafluoreto de Urânio (USEXA), cujo início dos testes de comissionamento a frio (sem urânio) ocorreu em julho de 2010.

Embora tenham sido reforçados orçamento e recursos humanos para conclusão da montagem da USEXA no menor prazo possível, com elevado volume de contratações, e consequente faturamento, o reflexo das dificuldades financeiras vivenciadas teve como consequência o adiamento da conclusão da mesma.

Atualmente, em face das incertezas de fluxo de caixa, há um esforço na renegociação dos contratos, na tentativa de não afetar significativamente o cronograma de prontificação da USEXA, que está em fase final de montagem, com os sistemas sendo testados para entrega à operação.

Já o Projeto do LABGENE visa a capacitar a MB para projetar, implantar, comissionar, operar e manter, em terra, um protótipo de reator nuclear, com a respectiva instalação de propulsão, capaz de dotar os futuros submarinos com propulsão nuclear da MB. Este Projeto tem sido afetado, mais acentuadamente, na conclusão do Sistema de Controle e Proteção do reator, em decorrência da variação cambial. Tal situação levou à necessidade de se buscar o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e à diminuição do ritmo dos trabalhos do LABGENE, adiando sua implantação para 2021, inicialmente prevista para 2018.

No que tange ao Projeto de Infraestrutura, que visa a prover as facilidades para o desenvolvimento dos projetos citados anteriormente, a sua conclusão, inicialmente prevista para 2018, também será postergada para 2021.

Em 2016 ocorreram as seguintes atividades: recebimento dos reguladores automáticos de tensão do motor elétrico de propulsão; recebimento dos transformadores para utilização no motor elétrico de propulsão; recebimento de tanques do sistema de processamento de rejeitos radioativos; continuação das obras civis do prédio do reator, prédio auxiliar controlado e infraestrutura; e continuação da aquisição do sistema de controle do LABGENE.



### **c) Obtenção de Meios Navais**

Existem três Programas da MB envolvendo obtenção de meios navais que se encontram pendentes de definição de disponibilidade orçamentária, pelo Governo Federal, para seu prosseguimento: o Programa de Desenvolvimento de Meios de Superfície (PROSUPER), o Programa de Obtenção de Navios-Aeródromo (PRONAE) e o Programa de Obtenção de Navios Anfíbios (PRONANF). Em 2016, foram priorizadas as tratativas envolvendo a fase conceitual e a fase preparatória destes programas.

O PROSUPER contempla, na sua primeira fase, a obtenção de 11 navios: cinco Navios-Patrolha de 1.800 ton. de deslocamento, cinco Fragatas com deslocamento da ordem de 6.000 ton. e um Navio de Apoio Logístico Móvel, com capacidade de carga de cerca de 12.000 ton. O Programa inclui também a transferência de tecnologia, apoio logístico, requisitos de nacionalização e compensações “offset”. Os contratos deverão ser assinados com um estaleiro estrangeiro detentor do projeto dos navios e deverão ser suportados por acordo entre governos. Os navios deverão ser construídos em estaleiro(s) brasileiro(s), em parceria com estaleiro(s) estrangeiro(s). Atualmente, nove países estão participando do processo, com os respectivos estaleiros.

A fase seguinte desse programa refere-se à obtenção de Corvetas Classe “Tamandaré” (CCT). O projeto das CCT contempla a construção, no País, de quatro navios. Serão Navios Escoltas com elevado índice de nacionalização, versáteis e de elevado poder combatente, capazes de se contraporem a múltiplas ameaças e, desse modo, poderão ser empregados na defesa e segurança marítima da Amazônia Azul, em áreas costeiras e oceânicas. Em 2016, já de posse do projeto preliminar, o Centro de Projetos Navais (CPN) trabalhou na documentação necessária à fase do contrato (seleção do estaleiro construtor) para, então, poder-se dar início ao detalhamento do projeto e à fase de construção, que está condicionada ao recebimento de recursos financeiros.

No caso do PRONAE, que contempla a obtenção de dois Navios-Aeródromo (NAe), um para substituir o NAe “São Paulo” e outro para ser destinado à 2ª Esquadra, cinco países estão atualmente participando do processo, com seus respectivos estaleiros.

Para o PRONANF, a participação no processo já envolve quatro países, também com seus respectivos estaleiros, para a venda de projetos adequados aos requisitos da MB.

Com relação ao PRONANF, em 2016 foi incorporado ao Setor Operativo da MB o Navio Doca Multipropósito “Bahia” (NDM Bahia), adquirido por oportunidade da Marinha da França. O NDMBahia é um navio de desembarque anfíbio dotado de doca alagável, além de amplo convoo e hangar para a operação de helicópteros e outras facilidades que o classificam como multipropósito. A doca alagável permite operar diversas combinações de embarcações de desembarque de grande e médio porte. O navio tem um deslocamento de 12.000 ton., acomodações para 200 tripulantes e mais 450 fuzileiros navais. Essas características, somadas a instalações hospitalares com duas salas de cirurgia e 47 leitos, conferem ao navio uma capacidade para variadas operações militares e humanitárias.

### **d) Obtenção e Modernização de Meios Aeronavais**

No tocante à obtenção de Helicópteros de Multi Emprego SH-16, de um total de 06 aeronaves previstas, todas já foram entregues e encontram-se em plena operação. Concomitantemente com o projeto de aquisição das aeronaves SH-16, foi iniciado, em 2016, o processo de obtenção do simulador tático de missão por meio do CASE BR-P-SDE (*Amendment 5* da LOA). A aquisição está sendo realizada pelo *Foreign Military Sales* (FMS) por meio de concorrência internacional e tem previsão de entrega do simulador para 2020. Dentro do valor global está previsto um Contrato de Suporte Logístico (CSL) para o simulador.

Com relação à obtenção dos Helicópteros de Instrução (IH), em junho 2016, a Diretoria de Aeronáutica da Marinha (DAerM) enviou novos *Request For Proposal* (RFP) às empresas, Canadian Commercial Corporation (CCC) e FMS, solicitando novas propostas comerciais,

incluindo aeronaves com menores custos de obtenção, operação e manutenção, mas que atendam aos principais requisitos do Projeto IH. Serão avaliadas, adicionalmente, as aeronaves Bell 505 “Jet Ranger X” (Bell Helicopter), H120 “Colibri” (Helibras) e AW009 (Leonardo-Finmeccanica). Em setembro de 2016, foram recebidas as propostas comerciais das empresas concorrentes e iniciada a análise pela comissão avaliadora. As empresas foram informadas pontualmente dos principais aspectos e custos das referidas propostas que deveriam ser revistos e/ou alterados, conforme o caso, por ocasião da apresentação da *Best And Final Offer* (BAFO).

Já com relação à modernização de aeronaves, a Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A (EMBRAER), contratada para modernizar doze unidades da Aeronave de Interceptação e Ataque (AF-1/1A), entregou em maio de 2016 a segunda AF-1 modernizada. Com relação ao contrato de modernização de oito Helicópteros de Esclarecimento e Ataque AH-11A “Super Lynx”, foi entregue, pela MB, em julho de 2016 a segunda aeronave à Empresa Leonardo Agusta Westland, no Reino Unido.

### **e) Obtenção e Modernização de Meios de Fuzileiros Navais**

O Comando do Material de Fuzileiros Navais (CMatFN) executou a obtenção de dezesseis viaturas especiais de 3/4 Ton. 4x4 Marruá e sete viaturas de transporte de tropa de 1 1/2 Ton. 4x4, Ambulância UTI Marruá.

Ainda com referência às Viaturas Operativas leves sobre rodas, em novembro de 2016, o CMatFN firmou contrato com a Empresa Agrale S.A, para aquisição de uma viatura de transporte de 3/4 Ton. 4x4 Marruá, visando à produção do protótipo de viatura de transporte especial de 3/4 Ton. 4x4 Ambulância.

Foi adquirido pelo CMatFN o Sistema de Aeronaves Remotamente Pilotadas (SARP) HORUS-FT 100 dotado de duas Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARP), componentes e Apoio Logístico Integrado (ALI), para emprego nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos RIO-2016.

Quanto ao material de Engenharia de Combate, foram realizadas as aquisições de pás carregadeiras, embarcações pneumáticas (EDPn), motores de popa, material de mergulho e equipamentos de desminagem e demolição.

### **f) Proteção da Amazônia**

No tocante ao Projeto Cartografia da Amazônia, a MB conta com cinco Navios, sendo um Navio Hidroceanográfico Fluvial (NHoFlu - “Rio Branco”) e quatro Avisos Hidroceanográficos Fluviais (AvHoFlu - “Rio Tocantins”, “Rio Xingu”, “Rio Solimões” e “Rio Negro”), que executam as atividades necessárias à atualização cartográfica na região. Esses navios, dotados de equipamentos e mão de obra qualificada, têm a missão de executar os levantamentos hidroceanográficos, por meio de sondagens dos rios da Bacia Amazônica, propiciando o conhecimento preciso e atualizado dos canais de navegação dos rios da região e garantindo a segurança da navegação pelas suas vias navegáveis.

No âmbito desse Projeto, que é gerenciado pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) e tem como partícipes a MB, o Exército Brasileiro (EB), a Força Aérea Brasileira (FAB) e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), cabe à MB executar o Subprojeto Cartografia Náutica. Em 2016 foram produzidas 11 cartas náuticas (Da Ilha do Capim à Ilha da Conceição; Porto de Vila do Conde; Baía de Todos os Santos - Partes Sul e Oeste; Da Ilha do Meio à Ilha de Santa Rita; Do Lago Aracuaá ao Rio Trombetas; Da Ilha do Meio à Ilha de Santa Rita; Da ilha do Mouraba à Costa do Ituquí; Da Ilha dos Porcos à Ilha de Santana; Da Ilha de Santa Rita a Parintins e Da Ilha Salvador à Ilha Grande de Gurupá), portanto, superior à meta estabelecida de 10 cartas náuticas ao ano.

Ainda em 2016 foi estabelecido o Termo de Execução Descentralizada (TED) entre a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e a MB para criação de um sistema de

monitoramento e fiscalização das embarcações que transportam passageiros ou passageiros e cargas (Misto) na navegação interior, sob a égide da Resolução nº 912-ANTAQ/2007.

Inicialmente, a região a ser considerada será a Amazônia, pela maior ocorrência de transporte de passageiros, por sua importância social e sua dimensão territorial. Posteriormente, este trabalho será ampliado para toda a navegação interior no território brasileiro, sob jurisdição da ANTAQ.

### **g) Principais Operações realizadas**

A “Amazônia Azul” é uma imensa região marítima com grandes potenciais estratégicos e econômicos. Por ela circulam 95% do comércio exterior e dela se extrai aproximadamente 90% da produção de petróleo. O mar brasileiro gera milhões de empregos, diretos e indiretos, nos setores de pesca, turismo, pesquisa e energia, irrigando recursos para a economia do País e promovendo o desenvolvimento sustentável. Trata-se, portanto, de um imenso patrimônio nacional, a nossa última fronteira, e que precisa ser conhecido e protegido por todos os brasileiros.

O Governo Federal, por meio da MB, fiscaliza as leis e regulamentos no mar e águas interiores, por meio de Patrulha Naval (PATNAV), em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, nas esferas federal ou estadual, quando necessária, de forma a prevenir e reprimir a prática de ilícitos, em especial a pesca ilegal, crimes ambientais, o contrabando e descaminho, o tráfico de entorpecentes, entre outros.

Em 2016 foram realizadas 122 Operações de Patrulha Naval, totalizando 954,5 dias de mar e 84.419,8 milhas navegadas. Foram inspecionadas 3970 embarcações, sendo que em 547 foram encontradas infrações e dezoito embarcações foram apresadas.

Outros acontecimentos relevantes em 2016:

- Incremento, pelos Comandos dos Grupamentos de Patrulha Naval (ComGptPatNav) e Comandos de Flotilhas (ComFlt), da utilização de dados do Sistema de Informações sobre o Tráfego Marítimo (SISTRAM) e inteligência marítima, ambos oriundos do Comando do Controle Naval do Tráfego Marítimo (COMCONTRAM), durante os planejamentos das PATNAV, fruto dos investimentos realizados em modernas ferramentas de Controle Naval do Tráfego Marítimo;

- Incremento na qualificação do combate às “novas ameaças” por meio de: adestramento das tripulações e participação em Operações do Golfo da Guiné; participação de militares dos ComGptPatNav em intercâmbios, no exterior, sobre Operações Antipirataria e Segurança Marítima e a efetiva participação em conclave sobre Segurança e Patrulha Marítima; adestramento ministrado pelo Grupamento de Mergulhadores de Combate (GRUMEC) para os militares que guarnecem os Grupos de Visita e Inspeção e Guarnições de Presa (GVI/GP) dos navios; embarque dos agentes de órgãos governamentais nos navios em PATNAV, além, da realização de operações conjuntas com esses órgãos; intensificado o emprego de Lanchas de Ação Rápida (LAR) como instrumento de PATNAV; e qualificação dos militares de bordo como Inspetor Naval nível III;

- Operações Conjuntas/interagências: Operação “ÁGATA 11” e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, com intensa atuação na garantia da lei e da ordem; e

- Operações Combinadas e Conjuntas: Operação “PANAMAX 2016”, na carta, realizada nos EUA com a participação de outros 18 países; e Operação “FELINO 2016”, também na carta, realizada em Cabo Verde com a participação dos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

### **h) Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica (DefNBQR)**

O Centro de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica da Marinha do Brasil (CDefNBQR-MB), passou a representar o quinto nível do Sistema de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica da Marinha do Brasil (SisDefNBQR-MB), tendo em vista a expedição da Portaria nº 132/2016, do EMA. Prosseguem as obras da sua sede definitiva.

**Principais realizações do CDefNBQR-MB em 2016:**

- participação no Exercício de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica, na Escola de Instrução Especializada do Exército (EsIE), em Realengo (RJ), onde houve ênfase em Ações de Descontaminação com apoio de especialistas norte-americanos, a fim de atuarem em ação conjunta por ocasião dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos RIO-2016, no Treinamento de Evacuação Aeromédica na Base Aérea dos Afonsos (RJ), no Estágio Básico de Ações de Resposta a Emergências Nucleares, Biológicas, Químicas e Radiológicas;
- participação do Comandante e mais um Oficial do CDefNBQR-MB no exercício de mesa sobre o Tema “Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica (DNBQR)”, organizado pelo Ministério da Defesa (MD), com apoio das Forças Armadas norte-americanas, no Forte Duque de Caxias (RJ);
- participação do Comandante do CDefNBQR-MB e diversos militares da MB, na condição de observadores, no II Simpósio Internacional de Gerenciamento da Resposta a Catástrofes e o II Simulado de Integração das Forças Públicas e Privadas da Cidade de São Paulo, coordenado pelo Hospital Israelita Albert Einstein (HIAE);
- participação de militares do CDefNBQR-MB, na reunião de usuários de equipamentos *Gas Detector Any Explosive (GDA-X)*, no Centro Empresarial *Universe*, na Barra da Tijuca (RJ);
- participação do Comandante do CDefNBQR-MB, como palestrante, no Simpósio de Logística - Trato com Contaminados Químicos, Biológicos, Radiológicos e Nucleares (QBRN), no Departamento de Educação e Cultura do Exército, no Rio de Janeiro;
- participação do Comandante e mais um Oficial do CDefNBQR-MB, compondo a Assessoria de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica (DefNBQR) dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016;
- realização do Adestramento Conjunto do Sistema de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica, de 31 de outubro a 04 de novembro de 2016, no Batalhão de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica de Aramar e, de 07 a 11 de novembro de 2016, no Batalhão de Engenharia de Fuzileiros Navais (BtlEngFuzNav);
- participação no 3º Teste de Competência de Análise de Armas Químicas para Laboratórios dos Estados Partes da Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ), realizado no Instituto de Pesquisas da Marinha (IPqM), de 18 de novembro a 02 de dezembro de 2016; e
- participação no 2º Exercício Conjunto de Apoio das Forças Armadas à Defesa Civil em Caso de Desastres Naturais, realizado em Vitória - ES, de 21 a 25 de novembro de 2016.

**2 - Segurança da Navegação Aquaviária**

Milhares de pessoas utilizam embarcações para locomoção, trabalho e lazer em todo o Brasil. Anualmente, centenas de acidentes ocorrem nas vias navegáveis, tendo como principais causas de mortes a imprudência, o desrespeito às normas de navegação e, em especial, o não uso dos equipamentos de segurança, como, por exemplo, o colete salva-vidas. Como Autoridade Marítima, a Marinha do Brasil desempenha atividades de fiscalização das Normas de Segurança Aquaviária por meio das ações de Patrulha e Inspeção Naval nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB).

As ações de Patrulha Naval têm como propósito a implementação e a fiscalização do cumprimento de leis e regulamentos nas águas brasileiras. Já as ações de Inspeção Naval visam à segurança do tráfego aquaviário e à salvaguarda da vida humana no mar e nos rios, com o propósito de realizar ações educativas e conscientizar as pessoas sobre a segurança da navegação.

Nesse sentido, a Marinha empreendeu inúmeros eventos ao longo de 2016 visando à segurança da navegação; à salvaguarda da vida humana no mar e nas hidrovias interiores; e à prevenção da poluição ambiental.

De dezembro de 2015 a fevereiro de 2016, foi realizada a Operação "Verão", que fiscalizou embarcações em todo o País, com o propósito de minimizar a possibilidade de acidentes

envolvendo embarcações de esporte e recreio e de transporte de passageiros, sobretudo aquelas utilizadas em turismo náutico. Realizada por meio dos nove Distritos Navais, 27 Capitânicas, 14 Delegacias e 22 Agências espalhadas pelo país, a operação intensificou a fiscalização do tráfego aquaviário com o objetivo de alertar os navegadores e a população sobre os riscos de acidentes no mar e nas hidrovias durante a estação do ano em que aumenta o fluxo de embarcações, principalmente as de esporte e recreio. Os números alcançados, de cerca de 60 mil embarcações abordadas, 5.400 notificações emitidas e 897 embarcações apreendidas, refletem o considerável esforço empreendido.

Entre as infrações mais comuns verificadas pelos Agentes da Autoridade Marítima estão a falta de habilitação do condutor, a ausência da tripulação mínima necessária à condução da embarcação e a ausência de documentos de porte obrigatório, tais como seguro e título de inscrição da embarcação.

Outros aspectos como material de salvatagem (coletes e boias), extintores de incêndio, luzes de navegação e o estado da embarcação também passaram pela fiscalização dos Agentes.

Além disso, foram utilizados etilômetros, tendo em vista que é proibido o consumo de bebidas alcoólicas pelos condutores.

Ações de presença em entidades náuticas e colônias de pescadores também ocorreram, bem como palestras educativas e chamadas na internet com dicas sobre as principais normas de segurança.

### **3 - Assistência Hospitalar nos rios das Regiões Amazônica e Pantaneira**

A Marinha do Brasil possui cinco Navios de Assistência Hospitalar (NAsH), sendo quatro sediados em Manaus (AM) e um na cidade de Ladário (MS), os quais tem por missão atender às populações carentes ao longo das calhas dos rios amazônicos e pantaneiros. Para tal, os NAsH possuem uma estrutura hospitalar, incluindo laboratórios, consultórios médicos e odontológicos, além de centros cirúrgicos.

Estes navios realizam as chamadas Operações de Assistência Hospitalar às Populações Ribeirinhas, ou simplesmente ASSHOP. Em cada ASSHOP, um Navio atende a uma determinada região, escolhida antecipadamente de acordo com uma programação. Esta antecedência é necessária para se prever todos os recursos logísticos para uma empreitada desta envergadura. As experiências obtidas nas comissões anteriores dos Navios são utilizadas nos planejamentos futuros.

As ASSHOP são realizadas nas localidades ribeirinhas mais carentes de atendimento de saúde das regiões. Esta carência é resultante, por exemplo, da distância dos centros urbanos da região; da inexistência de serviços de saúde, públicos ou privados; da falta de cultura de higiene nas populações, da falta de atividades econômicas estáveis e lucrativas, e da falta de infraestrutura de saneamento básico (água potável e esgoto tratado). Estas condições adversas resultam em uma situação precária de saúde da população ribeirinha que as ASSHOP buscam melhorar.

No ano de 2016, foram realizadas 24 Comissões de Ação Cívico-Sociais (ACISO) e 16 Comissões de Assistência Hospitalar (ASSHOP), perfazendo um total de 294 localidades visitadas, 474 dias de mar, 32.433 atendimentos médicos e 11.333 atendimentos odontológicos.

Na região Amazônica, os NAsH, e antes deles as Corvetas que a Marinha do Brasil possuía na região, realizam este trabalho há mais de quarenta anos. Já na região do Pantanal, há nove anos que a Marinha do Brasil mantém o seu Navio Hospital operando nas calhas dos rios Paraguai e Cuiabá. Por tudo o que fizeram e fazem, são plenamente conhecidos pelas populações ribeirinhas como os “Navios da Esperança”.

### **4 - Participação da Marinha em Missões de Paz**

Quanto ao Emprego do Poder Naval no campo internacional, sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), a Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no

Líbano (UNIFIL), comandada desde 2011 por um Contra-Almirante brasileiro, prossegue nas tarefas de impedir a entrada ilegal de armas e de materiais afins no Líbano, bem como treinar a Marinha Libanesa para que, no futuro, possa assumir o controle de suas próprias águas jurisdicionais. Essa contribuição da MB para a Força-Tarefa Marítima reforça a imagem do Brasil como ator capaz de atuar positivamente para a promoção da paz e da segurança mundiais.

No Haiti, a Marinha do Brasil está presente desde antes da ativação da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), quando um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais deslocou-se para a cidade de Porto Príncipe, em fevereiro de 2004, para conduzir a evacuação de nacionais brasileiros e prover segurança à Embaixada do Brasil. Desde então, a Marinha do Brasil tem participado de todos os contingentes brasileiros da Minustah, mantendo hoje cerca de 180 militares naquele país amigo.

A Marinha do Brasil ainda tem sob sua responsabilidade a importante tarefa do apoio logístico a todo o contingente brasileiro da MINUSTAH, efetuado por meio de duas viagens anuais de navios da Esquadra, transportando viaturas e material, em geral, tanto do Exército Brasileiro como do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais da Marinha.

## **II - Mar, Zona Costeira e Antártica**

### **1 - Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM)**

O PSRM é conduzido no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), com atividades de apoio ao desenvolvimento de pesquisas no mar, nas ilhas oceânicas e na Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial, bem como no fortalecimento da formação de recursos humanos em Ciências do Mar. A seguir, serão destacadas as principais ações do PSRM em 2016.

Sistema Brasileiro de Observação dos Oceanos e Estudos do Clima (GOOS/BRASIL):

O GOOS-Brasil realizou a coleta de dados Oceanográficos e Climatológicos, por meio de boias fixas e de deriva no Atlântico Sul e Tropical, marégrafos e ondógrafos, tendo como objetivo monitorar os oceanos, o nível médio do mar e de ondas em águas rasas, e produzir informações que contribuam para reduzir vulnerabilidades e riscos decorrentes de eventos extremos, da variabilidade do clima e das mudanças climáticas, principalmente junto à população litorânea brasileira.

Principais Realizações:

Lançamento de 10 boias de deriva para coleta de dados ambientais no Atlântico Sul, pertencentes ao Programa Nacional de Boias (PNBOIA); Lançamento de probes de *Expendable Bathythermograph* (XBT) na derrota Rio de Janeiro – Ilha da Trindade, do projeto de Monitoramento da Variabilidade Regional (MOVAR); Manutenção das boias fixas de Rio Grande, Cabo Frio, Santos, Santa Catarina, Porto Seguro e Vitória e previsão de lançamento, no mês de novembro, a boia de Fortaleza; Manutenção das oito boias fixas que compõem o Projeto PIRATA; e de marégrafos da Rede Maregráfica pertencente ao GOOS/Brasil e inclusão na Rede do ondógrafo de Ubatuba; Inclusão da Rede Temática de Modelagem e Observação Oceanográfica (REMO) no GOOS/Brasil.

### **2 - Ilhas Oceânicas**

No que tange às ilhas oceânicas, foram realizadas expedições logístico-científicas afetas ao Programa de Pesquisas Científicas na Ilha da Trindade (PROTRINDADE) e Programa Arquipélago de São Pedro e São Paulo (PROARQUIPELAGO). Principais Realizações:

- PROTRINDADE - Continuidade ao trabalho de recuperação da vegetação da Ilha da Trindade, que vem sendo realizada em parceria com o Museu Nacional e com o apoio da Fundação SOS Mata Atlântica, com o cômputo de resultados cada vez mais satisfatórios.

Existe um Projeto Básico para geração de energia utilizando fontes renováveis na Ilha da Trindade, elaborado pelo Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL) do Ministério de Minas e Energia (MME). Contudo, foi registrado o surgimento de nova tecnologia desenvolvida por “Itaipu” que promete maior eficiência e, no decorrer do corrente ano, foram iniciadas tratativas voltadas para celebração de uma possível parceira com aquela empresa.

- PROARQUIPELAGO - A Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ASPSP) manteve-se operacional, apesar de os fenômenos que costumam assolar a região. Ademais, as seguintes realizações merecem destaque: realização de um Treinamento Pré-Arquipélago, ocasião em que 29 pesquisadores habilitaram-se para integrar expedições científicas; operacionalização de 24 expedições científicas; realização de sondagem no solo do ASPSP, visando a substituição em data futura, ainda não estabelecida, da atual Estação Científica por uma edificação mais moderna, cujo projeto está a cargo do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo; e prosseguimento das tratativas com a Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio) para a confecção de projeto relacionado a implantação, em data ainda a ser estabelecida, de uma Estação Científica no Arquipélago de Fernando de Noronha.

### **3 - Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (PROAREA)**

Prosseguimento de pesquisas sobre recursos minerais da Plataforma Continental com os projetos de diamante no litoral da Bahia, de fosforita no talude continental dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e de ouro no projeto Vizeu-Caratupera, na Plataforma Continental do Pará e Maranhão.

### **4 - Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC)**

Dando continuidade aos trabalhos do LEPLAC, depois de concluída a fase de aquisição de dados geofísicos complementares, esses estão sendo processados e interpretados, sob a coordenação da Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), de modo a fundamentar a proposta revista de limite exterior da margem continental brasileira, além das 200 milhas náuticas, que será encaminhada à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da ONU.

Para a elaboração dessa proposta revista, a margem continental foi dividida em três regiões: Região Sul; Região Equatorial; e Região Oriental.

Não obstante o fato de que a proposta revista estivesse em elaboração, os significativos avanços obtidos na Região Sul motivaram a decisão de se realizar a elaboração de Propostas Revistas parciais.

Assim, a Proposta Revista da Região Sul foi prontificada em outubro de 2014 e encaminhada à CLPC em abril de 2015, sendo apresentada àquela Comissão em agosto de 2015 por uma delegação da MB e do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

A proposta da Região Equatorial foi prontificada em maio de 2016 e será encaminhada à CLPC oportunamente. Atualmente, está sendo preparada a proposta da Região Oriental.

O encaminhamento de propostas parciais tem a intenção de testar a aceitação dos argumentos utilizados em uma região e que poderão ser utilizados em outras regiões. Além disso, os representantes do Brasil tiveram a oportunidade de conhecer a nova Subcomissão da ONU, que foi montada quando da apresentação da nossa proposta revista da Região Sul.

### **5 - Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR)**

Principais Realizações de 2016:

- Execução, em fevereiro de 2016, da investigação ambiental detalhada complementar e do monitoramento ambiental do plano de remediação do solo contaminado da área da Estação

Antártica Comandante Ferraz (EACF), com a participação do Grupo-Base e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. A realização desta etapa teve como objetivo principal ampliar o diagnóstico e definir os limites das contaminações identificadas nas etapas anteriores, avaliar a evolução do quadro ambiental e os reflexos dos procedimentos adotados para a desmobilização e remoção dos escombros, cinzas e demais materiais remanescentes do incêndio, bem como coletar dados para a avaliação dos resultados da operação do sistema de bioremediação (Biopilhas 01e 02). Os resultados analíticos das Biopilhas 01 e 02 indicam que deve ser dada continuidade à remediação das mesmas e à ampliação/adequação desta técnica de remediação. Outras técnicas de remediação complementares poderão ser implantadas para polimento da contaminação. Ressalta-se o ineditismo do processo mencionado e a sua repercussão positiva, quando da apresentação em fóruns internacionais antárticos.

- Realização do Treinamento Pré-Antártico (TPA) – Realizado no período de julho a agosto de 2016 nas dependências do Centro de Avaliação da Ilha da Marambaia (CADIM), contou com a participação de 53 pesquisadores e representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e Ministério do Meio Ambiente (MMA) e 54 militares. O TPA tem o objetivo de proporcionar os conhecimentos básicos necessários ao exercício de atividades no ambiente antártico, avaliar a adaptabilidade e capacidade física dos participantes e dar prosseguimento ao processo seletivo do Grupo-Base da EACF.

- Conclusão da Operação Antártica XXXIV (OPERANTAR XXXIV), encerrada em setembro de 2016, e início da Operação Antártica XXXV (OPERANTAR XXXV), em 10 de outubro de 2016, com a saída dos navios antárticos do Rio de Janeiro para a Antártica.

- Participação da SECIRM na 39ª Reunião das Partes Consultivas do Tratado da Antártica (XXXIX ATCM) e na 19ª Reunião do Comitê para a Proteção do Meio Ambiente (XIX CEP), realizadas em Santiago, Chile, de 23 de maio a 01 de junho de 2016, sob a coordenação do MRE. A ATCM é realizada anualmente, em caráter de rodízio entre os países-membros consultivos do Tratado da Antártica. Constitui-se no fórum de discussão, troca de informações e consultas em assuntos pertinentes ao Continente Antártico, elaborando recomendações aos governos dos países-membros, de acordo com os princípios e objetivos do referido Tratado.

Os pontos da reunião que mereceram maior destaque foram: o Plano de Trabalho Estratégico Plurianual; as discussões sobre atividades de turismo e não governamentais; workshop sobre Serviço de Busca e Salvamento (SAR); implicações das mudanças climáticas no meio ambiente antártico; utilização de Veículos Não-Tripulados (VANT) e a necessidade de regulamentação de procedimentos para seu emprego; projeto de reconstrução e lançamento da Pedra Fundamental da nova EACF; e comemorações relativas ao 25º Aniversário do Protocolo sobre a Proteção Ambiental (Protocolo de Madri), além das questões ambientais discutidas no âmbito do CEP. A próxima ATCM será sediada em Pequim, China, no período de 22 de maio a 01 de junho de 2017.

- Participação da SECIRM na Reunião do Conselho de Gerentes de Programas Antárticos Nacionais (COMNAP) - O Brasil tem participado regularmente dessas reuniões desde 1989. A mais recente participação do Brasil foi na XXVIII COMNAP, realizada em Goa, Índia, no período de 16 a 18 de agosto de 2016.

Nas reuniões do COMNAP são abordados aspectos operacionais e logísticos utilizados pelos programas antárticos nacionais, em busca de soluções para problemas comuns. Além desses aspectos, os administradores e responsáveis pelos programas buscam, cada vez mais, a padronização de procedimentos, a fim de diminuir o impacto ambiental das atividades na Antártica.

O Secretário da CIRM, na qualidade de Gerente do Programa Antártico Brasileiro, é o chefe da delegação brasileira nesta reunião. A delegação brasileira, além dos representantes das Divisões de Operações e de Logística do PROANTAR, conta com membros do MRE, MCTI, MMA e FAB. Os pontos da reunião que mereceram maior destaque foram: atualização do status do novo Código Polar, que entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017, para todas as embarcações *Safety of Life at Sea* (SOLAS) construídas após aquela data; e apresentação do novo *Ship Position Reporting*



*System* (SPRS), voltado para o apoio à coordenação das atividades científicas e para casos de emergência marítima. Como essas reuniões congregam administradores e responsáveis logísticos de todos os programas antárticos, o Programa Antártico Brasileiro tem a possibilidade de intercambiar informações e conhecimentos, bem como compartilhar as dificuldades que podem ser resolvidas com apoio mútuo. A XXIX COMNAP será realizada em Brno, República Checa, em julho de 2017.

- Participação da SECIRM na Reunião de Administradores de Programas Antárticos Latino-americanos (RAPAL) - Realizada anualmente desde 1987. A mais recente participação do Brasil foi na XXVII RAPAL, realizada em Guayaquil, Equador, no período de 12 a 14 de julho de 2016. O Secretário da CIRM, na qualidade de Gerente do Programa Antártico Brasileiro, é o chefe da delegação brasileira nesta reunião.

A RAPAL possibilita o fortalecimento da presença dos países sul-americanos na Antártica e propicia a cooperação e o apoio mútuo entre essas partes. Permite, ainda, a união de esforços para tomadas de decisão conjuntas nas demais reuniões internacionais sobre o tema.

Os pontos da reunião que mereceram maior destaque foram: procedimentos para operação segura de veículos aéreos não tripulados e os seus possíveis impactos ao meio ambiente antártico; regulamentação do mergulho polar; informações gerais sobre a OPERANTAR XXXIV e OPERANTAR XXXV; reconstrução da EACF; e operação de retirada da Aeronave C-130 da Base Aérea Chilena de Frei Montalva. A próxima XXVIII RAPAL será realizada em Lima, Peru, em data ainda não definida de 2017.

## **6 - Projeto de Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz**

Após a realização dos serviços complementares de geotecnia, de 13 de janeiro a 13 de fevereiro de 2016, a empresa *China National Electronics Imports and Exports Corporation* (CEIEC), vencedora da licitação internacional, continuou executando as obras de reconstrução da EACF em quatro fases, duas de pré-montagem, em Xangai, China, e duas de construção/montagem, na Antártica.

Na primeira fase, iniciada em abril de 2016, foi pré-montado, em maio de 2016, um modelo em escala natural de parte da Estação (*mock-up*), as fundações, o bloco técnico e os módulos isolados, além da construção de duas balsas e da plataforma de desembarque. O primeiro *mock-up* foi rejeitado pela Comissão de Fiscalização, designada pelo Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM). O *mock-up* está sendo refeito e ainda não foi aprovado. As fundações, embarcações e todos os equipamentos necessários para a construção foram embarcados em navio para transporte para a Antártica, que saiu de Xangai no dia 02 de novembro de 2016. Um segundo navio suspendeu de Xangai, na segunda quinzena de dezembro de 2016, levando os módulos isolados (Meteor, VLF e telecomunicação da empresa Oi). O bloco técnico está previsto para ser levado para a Antártica no início do ano de 2017.

Na segunda fase (ANTÁRTICA 1), está prevista a execução na Antártica, no período de dezembro de 2016 a março de 2017, as fundações e as montagens do bloco técnico e dos módulos isolados (laboratórios de meteorologia/ozônio, VLF e o de telecomunicações da OI).

Na terceira fase, de março a setembro de 2017, serão pré-montados, em Xangai, os blocos leste (laboratórios, sala de estar/refeitório, cozinha, saúde e de serviços) e oeste (camarotes, biblioteca, ginásio e salas de vídeo e reuniões).

Na quarta fase (ANTÁRTICA 2), de novembro de 2017 a março de 2018, serão montados na Antártica os blocos leste e oeste, o acabamento e instalações internas, a montagem dos equipamentos e o comissionamento da nova Estação. Nesta fase, está previsto que a CEIEC faça o treinamento de uma equipe a ser designada pela Marinha, com duração de trinta dias, na Antártica.

Ainda em fevereiro de 2016, foi lançada a Pedra Fundamental da Reconstrução da Nova Estação, em Punta Arenas, Chile, devido ao mau tempo na Antártica, com as presenças dos Ministros de Estado da Defesa e da Ciência, Tecnologia e Inovação, do Comandante da Marinha,

além de representantes da Frente Parlamentar de Apoio ao PROANTAR, do Ministério das Relações Exteriores, da comunidade científica e de autoridades chilenas e chinesas.

É importante lembrar que os serviços, em todas as fases, estão sendo acompanhados por fiscais designados pela Secretaria da SECIRM, incluindo pessoal indicado pelo MMA, para as duas fases que serão executadas na Antártica.

### **III – Outros Programas**

#### **1 - Programa Olímpico da Marinha (PROLIM)**

O PROLIM visa à preparação de equipes militares para comporem a delegação brasileira nas diversas competições nacionais e internacionais e, também, contribuir para o desenvolvimento do desporto nacional.

Em 2016, o grande evento desportivo foram os Jogos Olímpicos Rio-2016. Os resultados alcançados refletem o esforço da MB em contribuir para a transformação do Brasil numa potência Olímpica.

Em relação ao desempenho dos Atletas de Alto Rendimento da MB, é digno de destaque o registro que, das dezenove medalhas do Brasil na competição, treze foram conquistadas por atletas militares, das quais seis foram relativas a atletas pertencentes ao PROLIM.

#### **2- Programa Segundo Tempo - Forças no Esporte (PROFESP)**

Considerado um programa estratégico pelo Governo Federal, o PROFESP é desenvolvido pelo MD, com o apoio da MB, EB e FAB, e em parceria com os Ministérios do Esporte e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O objetivo é proporcionar atividades esportivas e físicas saudáveis para a comunidade em geral, priorizando crianças e jovens carentes, auxiliando no processo de educação, além de desenvolver civismo, disciplina, dedicação, ética, integração social e prevenção à marginalidade. Para ser matriculado o jovem deve estar matriculado na rede pública de ensino e, preferencialmente, possuir baixa renda familiar. Normalmente, as OM têm buscado a indicação da Direção da Escola, que possui os dados cadastrais das crianças.

Em 2016, duas OM solicitaram aumentar o número dos núcleos de crianças e jovens participantes, sete OM solicitaram ingresso no Programa, totalizando 35 OM com 55 núcleos em funcionamento, atendendo à aproximadamente 5.300 crianças e jovens (entre 6 e 17 anos).

#### **3 - Projeto Soldado Cidadão**

Trata-se da realização de cursos profissionalizantes nas OM da MB, EB e FAB em todo o País, com o intuito de oportunizar aos jovens que prestam o Serviço Militar, o recebimento, além da formação cívico-militar, de conhecimentos técnicos, por meio de cursos, ministrados por instituições de reconhecida competência.

Coordenado pelo MD, o Projeto visa à capacitação dos jovens brasileiros incorporados às fileiras das Forças Armadas (recrutadas) por intermédio de cursos profissionalizantes que lhes proporcionem qualificação social e profissional, complementem sua formação cívica-cidadã e facilitem seu ingresso no mercado de trabalho.

No ano de 2016, foram qualificados 842 conscritos da Marinha do Brasil, em cursos abrangidos pelo Projeto “Soldado Cidadão”.

Além do pagamento dos cursos, também foram aplicados recursos em melhorias de instalações e na administração dos ambientes destinados ao atendimento dos militares em curso.

#### **4 - Comunicação Social**

Com o intuito de permitir a qualquer cidadão obter informações no âmbito da MB, de acordo com o preconizado na Lei nº 12.527/11, Lei de Acesso à Informação (LAI), a MB implementou normas para o Serviço de Informações ao Cidadão no âmbito da Marinha do Brasil (SIC-MB).

Por meio destas normas foram definidas a estruturação do SIC-MB e a tramitação de demandas por informações. A estrutura do SIC-MB, bem como o processo de tramitação de informações estão detalhados no Subitem 7.1 deste relatório.

### **3.0 - VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS**

#### **3.1 - Finalidade e Competências Institucionais da UPC**

O EMA foi criado no período de transição do regime monárquico para o republicano, quando por intermédio do Decreto nº 430, de 29 de maio de 1890, foi reestruturado o Quartel-General da Marinha, e foi criado o cargo de Chefe do Estado-Maior General da Armada, definindo o seu titular como um Oficial General do Quadro Ativo da Armada. O termo "Estado-Maior da Armada" apareceu pela primeira vez, oficialmente, no Decreto nº 6.503, de 11 de junho de 1907, com a incumbência da manutenção das forças navais da República em estado de ação imediata, desde a sua concepção mais geral até os seus menores detalhes, e como tal, era responsável pela “eficiência militar da esquadra pronta, pela instrução de suas guarnições e pela disciplina”.

Conforme disposto no Artigo 2º de seu Regulamento, o EMA tem o propósito de “assessorar o Comandante da Marinha na Direção do Comando da Marinha e no desempenho de suas atribuições no Conselho Militar de Defesa e no Conselho de Defesa Nacional”.

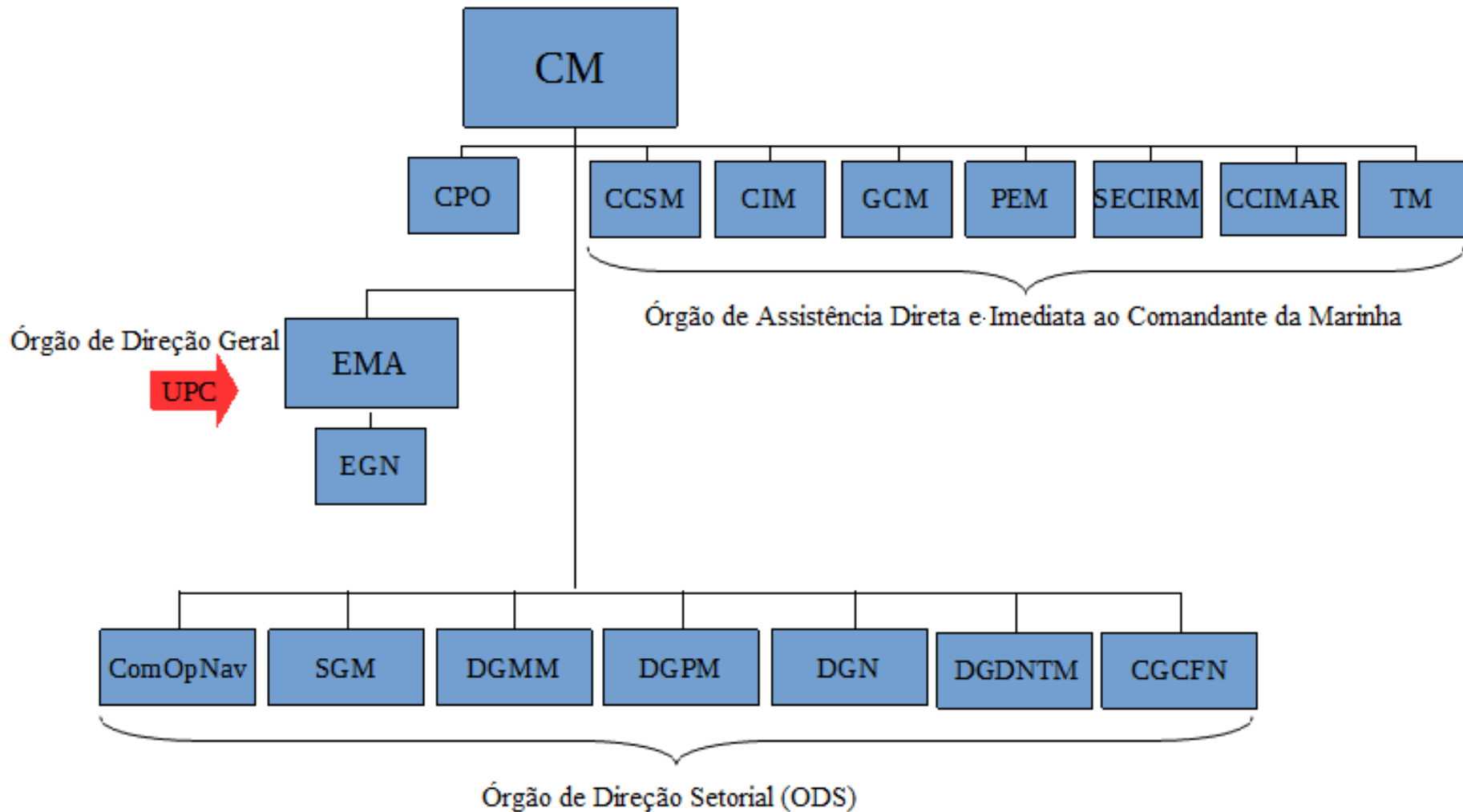
De um modo geral, pode-se resumir as competências institucionais do EMA em duas áreas de atuação principais, sendo uma delas a de atuar como órgão de assessoramento do Comandante da Marinha para assuntos estratégicos tratados na Força e a outra a de atuar como Órgão de Direção Geral (ODG), responsável por coordenar, orientar e normatizar as ações dos Órgãos de Direção Setorial (ODS) da Marinha.

#### **3.2 - Normas e Regulamentos de Criação, Alteração e Funcionamento do Órgão ou da Entidade**

O EMA foi criado pelo Decreto nº 6.503, de 11/06/1907 e alterado pelo Decreto nº 62.860, de 18/06/1968.

O seu Regulamento Interno foi aprovado pela Portaria nº 213, do EMA, de 26/12/2016 e o seu Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 1, do EMA, de 18/01/2017.

3.3 - Organograma



QUADRO 3.3 - INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Comandante da Marinha (CM)	Exercer a direção e a gestão da MB, a fim de cumprir a destinação constitucional da Força.	Almirante de Esquadra Eduardo Bacellar Leal Ferreira	Comandante da Marinha	01/01/2016 a 31/12/2016
Centro de Comunicação Social da Marinha (CCSM)	Assessorar o Comandante da Marinha e tratar, em seu mais alto nível, das atividades relacionadas com a Comunicação Social na Marinha do Brasil.	Contra-Almirante Flávio Augusto Viana Rocha	Diretor do Centro de Comunicação Social da Marinha	01/01/2016 a 31/12/2016
Centro de Inteligência da Marinha (CIM)	Assessorar o Comandante da Marinha, o EMA e o Almirantado nos assuntos da Atividade de Inteligência.	Contra-Almirante Arthur Fernando Bettega Corrêa	Diretor do Centro de Inteligência da Marinha	01/01/2016 a 31/12/2016
Gabinete do Comandante da Marinha (GCM)	Assistir ao Comandante da Marinha no desempenho das suas atribuições legais, consolidando/elaborando a documentação necessária às suas decisões/determinações e exercendo a assessoria de suas relações institucionais.	Vice-Almirante Celso Luiz Nazareth	Chefe do Gabinete	01/01/2016 a 07/04/2016
		Vice-Almirante José Augusto Vieira da Cunha de Menezes		08/04/2016 a 31/12/2016
Procuradoria Especial da Marinha (PEM)	Zelar, perante o Tribunal Marítimo, pela fiel observância da Constituição da República Federativa do Brasil, das Leis e dos Atos emanados dos Poderes públicos, referentes às Atividades Marítimas, fluviais e lacustres.	Vice-Almirante (RM1) Domingos Sávio Almeida Nogueira	Diretor da Procuradoria Especial da Marinha	01/01/2016 a 31/12/2016
Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM)	Assessorar o Comandante da Marinha e o Coordenador da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) e executar as atividades pertinentes aos encargos técnicos e administrativos da referida Comissão.	Contra-Almirante José Augusto Vieira da Cunha de Menezes	Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	01/01/2016 a 04/04/2016
		Contra-Almirante Marcos Borges Sertã		05/04/2016 a 12/12/2016
		Contra-Almirante Renato Batista de Melo		13/12/2016 a 31/12/2016
Centro de Controle Interno da Marinha (CCIMAR)	Assessorar o Comandante da Marinha a planejar, dirigir, coordenar e executar as atividades de Controle Interno.	Contra-Almirante (IM) Marcelo Barreto Rodrigues	Diretor do Centro de Controle Interno da Marinha	01/01/2016 a 31/12/2016
Tribunal Marítimo (TM)	Julgar os acidentes e fatos da navegação marítima, fluvial e lacustre e ainda manter o Registro da Propriedade Marítima, de armadores de navios brasileiros, do Registro Especial Brasileiro (REB) e dos ônus que incidem sobre as embarcações nacionais.	Vice-Almirante (RM1) Marcos Nunes de Miranda	Presidente do Tribunal Marítimo	01/01/2016 a 31/01/2016

**MARINHA DO BRASIL**

(Continuação do Relatório de Gestão do Exercício de 2016.....)

<b>Áreas/ Subunidades Estratégicas</b>	<b>Competências</b>	<b>Titular</b>	<b>Cargo</b>	<b>Período de atuação</b>
Comissão de Promoção de Oficiais (CPO)	Assessorar o Comandante da Marinha nos diversos processos de seleção de Oficiais, atuando como órgão de processamento das promoções por antiguidade, por merecimento e, numa primeira fase, por escolha.	Contra-Almirante (FN) José Henrique Salvi Elkfury	Secretário da Comissão de Promoção de Oficiais	01/01/2016 a 31/12/2016
Estado-Maior da Armada (EMA)	Assessorar o Comandante da Marinha na direção do Comando da Marinha e no desempenho de suas atribuições no Conselho Militar de Defesa e no Conselho de Defesa Nacional.	Almirante de Esquadra Airton Teixeira Pinho Filho	Chefe do Estado-Maior da Armada	01/01/2016 a 31/12/2016
Escola de Guerra Naval (EGN)	Contribuir para a capacitação dos oficiais no desempenho de comissões operativas e administrativas, assim como no exercício de cargos de comando, chefia, direção e funções em estado-maior e nos altos escalões da Marinha.	Vice-Almirante Antonio Fernando Garcez Faria	Diretor da Escola de Guerra Naval	01/01/2016 a 12/04/2016
		Contra-Almirante André Luiz Silva Lima de Santana Mendes		13/04/2016 a 31/12/2016
Comando de Operações Navais (ComOpNav)	Aprestar as Forças Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais para o adequado emprego do Poder Naval.	Almirante de Esquadra Elis Treidler Öberg	Comandante de Operações Navais	01/01/2016 a 07/01/2016
		Almirante de Esquadra Sergio Roberto Fernandes dos Santos		08/01/2016 a 31/12/2016
Secretaria-Geral da Marinha (SGM)	Contribuir para o preparo e a aplicação do Poder Naval, no tocante às atividades relacionadas com: Orçamento (Planejamento, Programação, Execução e Avaliação); Economia e Finanças; Logística (Abastecimento); Patrimônio Imobiliário e Histórico-Cultural; Sistemas Digitais Administrativos; Administração Geral; Documentação; Controle Interno; Contabilidade; e Habitação.	Almirante de Esquadra Liseo Zampronio	Secretário-Geral da Marinha	01/01/2016 a 31/12/2016
Diretoria-Geral do Material da Marinha (DGMM)	Contribuir para o preparo e aplicação do Poder Naval, no tocante às atividades relacionadas com o material e a tecnologia da informação da Marinha, cabendo: supervisionar os estudos para a formulação de diretrizes concernentes à produção, manutenção, desenvolvimento e pesquisas do material que lhe está afeto; supervisionar os projetos, a construção, a aquisição, a manutenção e os reparos de navios, aeronaves e equipamentos em geral; exercer a supervisão técnica do Sistema de Abastecimento da Marinha; e supervisionar as atividades relativas à Governança de Tecnologia da Informação (TI) na Marinha.	Almirante de Esquadra Luiz Guilherme Sá Gusmão	Diretor-Geral do Material da Marinha	01/01/2016 a 31/12/2016

MARINHA DO BRASIL

(Continuação do Relatório de Gestão do Exercício de 2016.....)

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha (DGPM)	Contribuir para o preparo e a aplicação do Poder Naval no tocante às atividades relacionadas com o pessoal da MB, cabendo: orientar e controlar a atuação das Organizações Militares subordinadas; determinar, aprovar e implementar os estudos e as diretrizes relativas ao Pessoal Militar e Civil da MB, ao Ensino, à Saúde e à Assistência Social e Religiosa; supervisionar as atividades de Mobilização dos Subsistemas de Pessoal e Saúde, de Recrutamento, de Carreira, de Instrução, de Saúde e de Assistência Social e Religiosa; e promover a formação da Reserva da Marinha.	Almirante de Esquadra Ilques Barbosa Junior	Diretor-Geral do Pessoal da Marinha	01/01/2016 a 31/12/2016
Diretoria-Geral de Navegação (DGN)	Contribuir para o preparo e aplicação do Poder Naval e do Poder Marítimo, no tocante às atividades relacionadas com os assuntos marítimos, à segurança da navegação, à hidrografia, à oceanografia e à meteorologia.	Almirante de Esquadra Paulo Cezar de Quadros Küster	Diretor-Geral de Navegação	01/01/2016 a 31/12/2016
Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (DGDNTM)	Atuar como o órgão central executivo do Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação da Marinha (SCTMB), exercendo a administração estratégica das atividades científicas, tecnológicas e de inovação da Marinha.	Almirante de Esquadra Sergio Roberto Fernandes dos Santos	Diretor-Geral de Desenvolvimento	01/01/2016 a 07/04/2016
		Almirante de Esquadra Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior	Nuclear e Tecnológico da Marinha	08/04/2016 a 31/12/2016
Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN)	Dirigir, em âmbito setorial, objetivando a excelência, as atividades relativas à Gestão Estratégica de Recursos Humanos, do Material de uso exclusivo ou preponderante do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) e buscar a eficácia das atividades de Educação Física e Desportiva na Marinha do Brasil, bem como orientar o Desenvolvimento Doutrinário do CFN, a fim de contribuir para o preparo e emprego de Fuzileiros Navais, com vistas ao cumprimento das tarefas básicas do Poder Naval.	Almirante de Esquadra (FN) Fernando Antonio de Siqueira Ribeiro	Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais	01/01/2016 a 31/12/2016



### 3.4 - Macroprocessos Finalísticos

Para desenvolver sua missão, a MB elaborou os seguintes Macroprocessos Finalísticos listados nos quadros abaixo:

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Executar Operações e Ações de Guerra Naval	A Execução de Operações e Ações de Guerra Naval está relacionada à existência de um Poder Naval capaz de executar os diversos tipos de operações e ações de guerra em prol das suas Tarefas Básicas. O Poder Naval não é empregado apenas em Operações e Ações de Guerra Naval. A execução de exercícios, eficazmente conduzidos, produzirá credibilidade e, com isso, poderá contribuir para a dissuasão, sendo capaz de desencorajar qualquer intenção de agressão militar.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Poder Naval preparado e pronto para contribuir com a Defesa da Pátria.</li> <li>- Poder Naval preparado e com credibilidade para contribuir para a dissuasão.</li> </ul>	MD Sociedade	ComOpNav
Executar o Emprego Limitado da Força	As "Atividades de Emprego Limitado da Força" são aquelas em que a MB exercerá o poder de polícia para impor a lei ou um mandato internacional. A forma de emprego do Poder Naval e a composição das forças dependerão do tipo de operação ou de atividade, que se encontram descritas na Doutrina Básica da Marinha (DBM). Entre as atividades realizadas pela Marinha para fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos no mar e nas águas interiores, destaca-se a Patrulha Naval (PATNAV).	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização de PATNAV para repressão de ilícitos no interior das Águas Jurisdicionais Brasileiras.</li> </ul>	Sociedade	ComOpNav
Cumprir Atividades Benignas	Significa a condução de atividades, desenvolvidas no País ou no exterior, em	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Poder Naval preparado e pronto para: a manutenção ou restabelecimento da ordem,</li> </ul>	Sociedade	ComOpNav

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
	que o Poder Naval, de forma singular ou em articulação com demais órgãos, tem com propósito contribuir para: a manutenção ou restabelecimento da ordem, para o "desenvolvimento nacional", para a "política externa", e para a "segurança marítima".	para o "desenvolvimento nacional", para a "política externa", e para a "segurança marítima".		
Aprimorar a Interoperabilidade	Está relacionada com a capacidade da MB de operar de forma conjunta, combinada ou interagências, contribuindo com o efeito sinérgico necessário para o cumprimento da missão.	- Capacidade da MB de executar operações envolvendo planejamento, doutrina e a compatibilidade dos equipamentos com outras instituições, contribuindo para o cumprimento da missão.	MD	ComOpNav
Promover a Comunicação Estratégica	"Promover a Comunicação Estratégica" da MB tem como propósito principal divulgar o preparo e o emprego do Poder Naval para o público externo, de forma a contribuir para a dissuasão estratégica.	- Poder Naval preparado e com credibilidade, contribuindo para a dissuasão.	MD Sociedade	ComOpNav CCSM

## **4.0 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL**

### **4.1 - Planejamento Organizacional**

Pela Sistemática de Planejamento de Alto Nível da Marinha (SPAN), existem três fases de planejamento: Básica, de Preparo e Emprego, e Administrativo-Financeira.

Na Fase Básica estão previstos o Plano Estratégico da Marinha (PEM), com horizonte de planejamento de 20 anos, com revisões quadrienais; as Orientações do Comandante da Marinha (ORCOM), para indicação de metas e ajustes necessários no exercício em foco; e as Orientações Setoriais (ORISSET), em decorrência das ORCOM, para cada grande Setor da Marinha.

Na Fase de Preparo e Emprego estão previstos os planos operacionais. As ações do "plano tático" seriam da execução desses "planos operacionais" bem como das ORISSET, específicas de cada Setor.

Na Fase Administrativo-Financeira estão previstos o planejamento e o acompanhamento/controle dos recursos orçamentários alocados à MB. Para esse fim, a MB possui duas importantes estruturas de governança, o Conselho do Plano Diretor (COPLAN) e o Conselho Financeiro e Administrativo da Marinha (COFAMAR). A estrutura e atribuições desses conselhos estão detalhadas no item 5.0.

#### **4.1.1 - Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício**

Em 2016, as ORCOM passaram por uma profunda reestruturação, a fim de estabelecer, dentre os subsídios apresentados pelos ODS, os temas essenciais que consolidassem a abordagem estratégica do Comandante da Marinha.

Assim, buscou-se:

- racionalizar e otimizar a alocação de recursos, de forma eficaz, reavaliando continuamente os programas, projetos e metas;
- continuar as pesquisas que levem a um maior conhecimento do ambiente marinho, fundamental ao emprego do Poder Naval, bem como à qualificação do pessoal envolvido, direta e indiretamente, nas atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- prosseguir a mentalidade de inteligência e de segurança orgânica, bem como a qualificação do pessoal envolvido, direta e indiretamente, na aplicação das doutrinas de Inteligência e Contrainteligência na MB;
- prosseguir os processos de obtenção, modernização e revitalização de meios e sistemas operativos;
- prosseguir o projeto de desenvolvimento do Programa Nuclear e do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB);
- cumprir os objetivos relacionados nas Diretrizes para a Nacionalização na Marinha do Brasil (DNMB), com ênfase no estímulo à indústria nacional;
- ampliar a presença e a atuação da Marinha na Amazônia e na “Amazônia Azul”; e uma maior aproximação da Instituição com a sociedade brasileira, priorizando a comunicação social, em todos os níveis, de modo a aumentar a visibilidade da Força e a eficácia no cumprimento das suas atribuições subsidiárias;
- aprimorar e integrar os diversos sistemas de gestão de recursos humanos; e
- planejar as movimentações de militares das unidades operativas.

#### **4.1.2 - Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico**

O EMA está conduzindo um Grupo de Trabalho (GT) responsável pela atualização do PEM.

Este documento contempla a utilização de metodologia que visa permitir a integração do processo de sua concepção com a Gestão Estratégica, acompanhando a execução do Plano, sua avaliação e revisão, por meio de Indicadores Estratégicos de Desempenho e metas.

O GT contou com a participação dos ODS e de algumas Organizações Militares Fora da Cadeia de Comando dos ODS (OMF), responsável pela atualização do PEM. A proposta de revisão foi elaborada de forma participativa, com a utilização de metodologia que visa permitir a integração dos processos de análise, planejamento e gestão estratégicos. Dentre as principais alterações na proposta do documento, destacam-se as seguintes inclusões: Mapa Estratégico composto por Objetivos Estratégicos Navais (OBNAV) e Estratégias e Ações Estratégicas Navais (EN e AEN).

Para a atualização do PEM conta-se com o apoio de ferramenta computacional na condução das etapas de planejamento e posterior gestão, incluindo plataformas para elaboração e acompanhamento de Cenários Prospectivos, Monitoramento de Indicadores, Inteligência Estratégica e Gestão de Risco. A nova versão do PEM, portanto, fruto da metodologia empregada, pretende absorver os conceitos estratégicos, como alinhamento estratégico e gestão por processos.

Destacam-se, dessa maneira, que o processo para a confecção do PEM, vem utilizando uma metodologia para o planejamento que tem se mostrado densa, predominando a busca pela elaboração de um documento final de elevada qualidade, com poder orientador de longo prazo.

Estima-se que a aprovação e a divulgação da terceira revisão do PEM ocorram, ainda, no 1º semestre de 2017.

#### **4.1.3 - Vinculação dos planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos**

O alinhamento desejado dos chamados "planos estratégico, operacional e tático" é assegurado pela SPAN, pois necessariamente ela parte dos principais documentos condicionantes superiores de nível nacional e setorial, que, de forma mais direta, condicionam a construção da Missão e Visão da Marinha. Hoje, além da Constituição Federal de 1988 e da Lei Complementar nº 97/1999, com suas alterações (LC nº 117/2004, e LC nº 136/2010), esses documentos se compõem da Política e Estratégia Nacionais de Defesa (PND e END), no nível nacional; e da Política e Estratégia Militares de Defesa (PMD e EMiD) e Política e Estratégia Setoriais de Defesa, no nível setorial (PSD e ESD). A mencionada integração dos planos da UPC está sendo aperfeiçoada na aludida revisão do PEM, ora em andamento, por meio do desenvolvimento e aplicação do conceito de alinhamento estratégico.

A MB, historicamente por meio de seus PEM, sempre explicita a imperativa vinculação de seu planejamento à sua missão. Demonstra-se isso no seu conteúdo, havendo a definição clara do que condiciona a construção de sua missão e visão e, por conseguinte, de seus objetivos estratégicos navais e seu conceito estratégico naval, este abordando as possibilidades de aplicação do poder naval (sigiloso no PEM em vigor), o cumprimento das atribuições subsidiárias, e o dimensionamento estratégico de meios (sigiloso no PEM em vigor).

#### **4.1.4 - Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados dos Planos**

A demonstração por meio de resultados é feita pelos diversos relatórios gerados anualmente pelos Setores, conforme orientações emanadas ao início do exercício pelas ORCOM e decorrentes ORISSET. O que se busca com a revisão atual é aperfeiçoar o alinhamento estratégico, com maior vinculação das Ações Estratégicas listadas/criadas – necessárias ao atingimento dos Objetivos Navais estipulados no Mapa Estratégico, em construção – aos Indicadores Estratégicos, em construção.

**4.2 - Desempenho Orçamentário****4.2.1 - Objetivos Estabelecidos no PPA de Responsabilidade da UPC e Resultados Alcançados****4.2.1.1 - Programas do PPA****QUADRO 4.2.1.1 - PROGRAMAS DO PPA**

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2046				
Título	Oceanos, Zona Costeira e Antártida				
Esfera de Recursos - PPA e LOA (Valores em R\$ 1,00)					
Esfera	a) Global PPA 2016-2019		b) Dotação Posição - 2016 (Loa+Créditos)		
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	497.033.513		148.973.855		
Orçamento de Investimentos - OI	0,00		0,00		
Recursos Extraordinários	0,00		0,00		
Total	497.033.513		148.973.855		
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2016, referentes ao PT 2046 (Valores em R\$ 1,00)					
Lei Orçamentária 2016					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
c) Despesa Empenhada	d) Despesa Liquidada	e) Despesa Paga	f) Restos a Pagar (inscrição 2016)		g) Despesa Realizada
			f.1) Processados	f.2) Não Processados	
122.723.158,04	18.672.556,21	18.388.231,39	284.324,82	104.050.601,83	0,00
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	h) Posição em 01/01/2016	i) Valor Liquidado	j) Valor Pago	k) Valor Cancelado	l) Valor a Pagar
Não processados	30.359.526,89	1.341.527,61	1.341.527,55	163.821,75	24.054.475,69
Processados	3.032.229,06	0,00	2.900.324,32	3,26	0,00
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2016 (em R\$ 1,00)					
Dotação OFSS	126.433.416,00	Dotação OI	0,00	Recursos Extraordinários	0,00
Fonte: SIOP					

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2058				
Título	Defesa Nacional				
Esfera de Recursos - PPA e LOA (Valores em R\$ 1,00)					
Esfera	a) Global PPA 2016-2019		b) Dotação Posição - 2016 (Loa+Créditos)		
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	65.361.138.190		11.733.589.683		
Orçamento de Investimentos - OI	0,00		0,00		
Recursos Extraordinários	1.751.339.841		407.013.178		
Total	67.112.478.031		12.140.602.861		
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2016, referentes ao PT 2046 (Valores em R\$ 1,00)					
Lei Orçamentária 2016					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
c) Despesa Empenhada	d) Despesa Liquidada	e) Despesa Paga	f) Restos a Pagar (inscrição 2016)		g) Despesa Realizada
			f.1) Processados	f.2) Não Processados	
11.225.542.014,22	8.089.885.732,14	7.955.049.105,69	134.836.626,45	3.135.656.282,08	0,00
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	h) Posição em 01/01/2016	i) Valor Liquidado	j) Valor Pago	k) Valor Cancelado	l) Valor a Pagar

**MARINHA DO BRASIL**

(Continuação do Relatório de Gestão do Exercício de 2016.....)

Não processados	5.379.365.855,31	3.913.179.520,64	3.810.414.289,41	193.477.566,49	1.026.505.371,31
Processados	2.328.252.162,42	0,00	2.140.200.494,86	3.969.756,00	128.515.076,89
<b>Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2016 (em R\$ 1,00)</b>					
<b>Dotação OFSS</b>	11.733.589.683,00	<b>Dotação OI</b>	0,00	<b>Recursos Extraordinários</b>	407.013.178,37
Fonte: SIOF					

A alocação de recursos orçamentários na MB dá-se por meio do Plano de Ação (PA), elaborado para cada exercício observando metodologia própria da MB, consubstanciado no Sistema do Plano Diretor (SPD).

Em síntese, os recursos a serem alocados no ano A são planejados no ano anterior (A-1) no procedimento denominado Revisão de Plano de Metas, que dá origem aos subsídios para a formulação da Pré-Proposta Orçamentária (PPO) da MB para o ano A.

Após negociações com a Secretaria do Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SOF/MPDG), intermediados pela SEORI do Ministério da Defesa, no que concerne aos limites orçamentários disponibilizados pelo Governo Federal, a PPO dá origem à Proposta Orçamentária (PO) da MB integrando o Projeto da Lei Orçamentária Anual (PLOA), encaminhado ao Congresso Nacional (CN) conforme preceito constitucional.

Na ocasião da Revisão do Plano de Metas são observadas as diretrizes constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovada para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) de cada exercício, bem como os empreendimentos e as metas constantes no PPA.

Os valores alocados ao PPA 2016-2019 tiveram como base a LOA-2015 e expansões lineares de 4,5% nos exercícios seguintes, conforme estabelecido pela Secretaria de Planejamento e Investimentos do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SPI/MPDG), órgão responsável pela elaboração do PPA do Governo Federal, não sendo consideradas as variações não necessariamente lineares das demandas orçamentárias, principalmente dos projetos da Força.

O quadro abaixo mostra os valores previstos no PPA e os efetivamente alocados à Força na forma do Limite de Movimentação e Empenho (LME).

em R\$ milhões

2013		2014		2015		2016	
PPA	LME	PPA	LME	PPA	LME	PPA	LME
5.000,80	5.117,00	5.225,83	5.220,00	5.460,99	3.938,00	4.163,80	4.160,60

O LME concedido em 2016 foi ligeiramente superior ao ano de 2015, cabendo ressaltar que as reais necessidades da Força para esse exercício era substancialmente superior, tanto nos valores de PPA, quanto no concedido em LME.

Os recursos concedidos à MB na forma da dotação orçamentária anual foram executados observando as alocações determinadas pela Alta Administração Naval, em conformidade às necessidades setoriais apresentadas na ocasião das Revisões de Plano de Metas. Essas alocações consideraram essencialmente as prioridades da MB, o planejamento plurianual e, principalmente, os limites orçamentários disponibilizados, sistematicamente inferiores às necessidades, determinando à Administração Naval o estabelecimento das metas prioritárias, prescindindo-se outras que, apesar de relevantes à Força, foram postergadas.

#### **4.2.1.2 - Objetivos dos Programas do PPA**

Os objetivos do Programa Temático 2046 - Mar, Zona Costeira e Antártica são de responsabilidade do Ministério da Defesa (MD) e do Ministério de Minas e Energia (MME). Já os objetivos do Programa Temático 2058 - Defesa Nacional são de responsabilidade, apenas, do MD. Assim, os respectivos objetivos serão apresentados nos RG dos citados Ministérios.

#### **4.2.2 - Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da UPC**

##### **4.2.2.1 - Ações – OFSS**

As tabelas com as Ações – OFSS constam no Anexo A deste Relatório.

##### **4.2.2.2 - Ações/Subtítulos – OFSS**

Não há informações para este subitem.

##### **4.2.2.3 - Ações não Previstas na LOA 2016 – Restos a Pagar não Processados – OFSS**

Não há informações para este subitem.

##### **4.2.2.4 - Ações - Orçamento de Investimento – OI**

Não há informações para este subitem.

##### **4.2.2.5 - Análise Situacional**

###### **a) Programa 2058 – Defesa Nacional**

Em 2016, os resultados da execução das Ações Orçamentárias (AO) vinculadas às Iniciativas dos Objetivos do Ministério da Defesa (MD) no Programa 2058, de responsabilidade da UO 52131, foram alcançados satisfatoriamente, conforme abaixo:

###### **I) AO 157M - Desenvolvimento e Implementação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)**

O desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) é constituído de módulos, sendo cada um deles um subconjunto plenamente funcional do Sistema, restrito a uma região geográfica específica e com objetivos técnicos necessários para o pleno funcionamento desses módulos. A mensuração do cumprimento das metas planejadas será realizada em percentuais de execução física, a partir do monitoramento e fiscalização. O escopo deste Projeto inclui, além do sistema de comando e controle, seus sensores e equipamentos associados, Projetos Suplementares, também de interesse para a Marinha, e que contribuirão para a efetiva implementação do SisGAAz. Assim, o SisGAAz tem como missão monitorar, de forma integrada, as Águas Jurisdicionais Brasileiras e as áreas internacionais de responsabilidade para operações de Socorro e Salvamento (SAR), a fim de contribuir para o controle e a mobilidade estratégica, representadas pela capacidade de responder prontamente a qualquer ameaça, emergência, desastre ambiental, agressão ou ilegalidade.

Atividades realizadas em 2016:

Devido às restrições orçamentárias enfrentadas pela Marinha do Brasil, foi determinada pela Alta Administração Naval a interrupção do Programa Estratégico SisGAAz após o término da *Short List*, sendo determinada a sua manutenção até que os patamares orçamentários e financeiros permitam o seu retorno.

As empresas que estão na *Short List* concordaram em prorrogar o prazo de validade de suas propostas de preço, que venceriam no início de 2017, por mais um ano, com o objetivo de que as mesmas estejam válidas caso o programa seja retomado.

Para tal, foi necessária a manutenção de um patamar mínimo de gastos necessários, executados em 2016, que foram empregados nas seguintes despesas:

- contratação de serviço de assessoramento, apoio técnico-administrativo e gerencial na execução do projeto SisGAAz; e
- outras despesas de pequeno vulto necessárias à manutenção da gestão dos conhecimentos obtidos até o atual estágio de desenvolvimento/negociação do SisGAAz, incluindo deslocamentos, cursos, adestramentos e conclaves.

## **II) AO 1N47 - Construção de Navios-Patrolha de 500 toneladas (NPa 500t) - Classe Macaé**

A construção de Navios-Patrolha de 500 toneladas (NPa 500t) - Classe Macaé terá como propósito contribuir para elevar a capacidade do Setor Operativo da Marinha no emprego das seguintes operações:

- operações de defesa das plataformas de exploração e exploração de petróleo e gás no mar, que respondem por mais de 80% de nossa produção;
- patrulha naval nas águas jurisdicionais brasileiras, garantindo os interesses nacionais no mar, nas áreas marítimas costeiras e das plataformas de exploração/exploração de petróleo no mar e contribuir para defesa de porto;
- promover a fiscalização que vise ao resguardo dos recursos do mar territorial, zona contígua e zona econômica exclusiva (ZEE);
- missões de fiscalização contra a pesca predatória e outras relacionadas à prevenção da poluição hídrica nas águas jurisdicionais brasileiras, em apoio aos órgãos governamentais;
- apoio às atividades de busca e salvamento da vida humana na área de responsabilidade do Brasil em função de compromissos internacionais; e
- transporte de pessoal e material a serem empregados em ações de Defesa Civil.

Vale ressaltar, que a construção de Navios-Patrolha de 500 toneladas (NPa 500t) - Classe Macaé contribuirá para o fomento à Base Industrial de Defesa (BID), em consonância com a Estratégia Nacional de Defesa (END).

Em 2016 os recursos disponibilizados nesta Ação Orçamentária (AO) custearam o Processo Administrativo de Execução da Rescisão Contratual (PadExRes), instaurado visando à avaliação prévia, tomada de posse e retirada dos materiais da MB existentes nas instalações do Estaleiro Ilha S/A (EISA), incluindo-se a realização de perícia técnica e contábil, necessária à apuração de haveres e deveres do contrato rescindido. O resultado foi contestado pelo EISA, que impetrou Recurso Administrativo, ao qual foi dado provimento parcial, com pequena redução do montante devido pelo Estaleiro. Adicionalmente, encontra-se em fase de elaboração e obtenção de recursos o Processo Licitatório visando a contratação de empresa para a execução da remoção dos cascos dos futuros NPa Maracanã e Mangaratiba, com destino ao Arsenal da Marinha no Rio de Janeiro (AMRJ).

### **Fatores que dificultaram a execução da AO**

Escassez de recursos orçamentários na ordem de R\$ 8,5 milhões, aliada à necessidade de tratativas junto ao Estaleiro para viabilizar a remoção dos cascos.



### **Informações julgadas relevantes**

Para o próximo ano está prevista a tomada de posse dos cascos acima citados e demais bens de propriedade da MB, discriminados na relação final da Apuração de Haveres e Deveres, a qual é parte integrante do PadExRes.

### **III) AO 20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha**

A Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha compreende os reparos, construção e apoio logístico dos meios navais, aeronavais, de fuzileiros navais e administrativo.

Dentro deste contexto as seguintes atividades foram realizadas em 2016:

- Modernização das instalações da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação da Marinha com o propósito de dotá-las de infraestruturas científica e administrativa adequadas para o melhor desempenho de suas atividades;

- Modernização e Adequação do Laboratório de Avaliação de Segurança de Sistemas Computacionais;

- Modernização da infraestrutura do Laboratório pertencente ao Centro de Análises de Sistemas Navais; e

- Modernização da Raia de Medidas Magnéticas de Navios, na Base Naval de Aratu.

É importante mencionar que, em 2016, esta Ação Orçamentária sofreu corte nos recursos financeiros, em relação ao ano anterior, fator este determinante para a readequação das metas iniciais, sendo necessário o realinhamento das metas e aplicação pontual dos recursos em metas de pequeno porte ou a aplicação parcial em metas emergenciais. O histórico de cortes sofridos acarretam demandas reprimidas que, aliadas ao fato de possuímos uma estrutura física descentralizada composta por instalações prediais antigas, são determinantes para a diminuição da capacidade da execução da Meta Física da referida Ação Orçamentária, principalmente para a aquisição de materiais e contratação de serviços previstos no projeto "Novo Centro de Instrução "Almirante Newton Braga" - CIANB, o qual contempla a aquisição de parte dos mobiliários e equipamentos de informática para duas salas de aula, salas de jogos de simulação e biblioteca e aquisição de armários para atender as necessidades dos alunos.

### **IV) AO 20XN - Aprestamento da Marinha**

O Aprestamento da Marinha é constituído pelos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, os quais destinam-se ao patrulhamento das águas jurisdicionais brasileiras e águas interiores, podendo ser utilizado tanto em situação de conflito como em situação de paz, visando ao resguardo dos recursos naturais e estratégicos existentes ao longo dos 8.500 km de litoral e 3,5 milhões de km quadrados de Zona Econômica Exclusiva. Além disso, os meios navais apoiam atividades de repressão ilícitas (pesca ilegal, contrabando, narcotráfico e poluição do meio ambiente marinho), contribuindo, significativamente, para a segurança das instalações costeiras e das plataformas marítimas.

Destacam-se, também, as realizações das operações de busca e salvamento na área de responsabilidade do Brasil.

Os recursos disponibilizados para o aprestamento da Marinha custearam em 2016 as atividades relacionadas à manutenção dos meios, de modo a elevar a prontidão operativa da Marinha.

As atividades relacionadas com a manutenção dos meios propiciaram a criação de novos empregos na Indústria de Defesa, além do desenvolvimento tecnológico do país mediante mobilização da Indústria Nacional.

Ademais, permitiram reduzir a vulnerabilidade externa do país com afluxo dos investimentos diretos para a cadeia produtiva dos setores petrolífero e marítimos. Dessa forma, tornam-se importante as ações de presença da Marinha em especial nas áreas do pré-sal e fluviais do Amazonas, patrimônios da “Amazônia Azul”.

Em 2016 com os recursos disponibilizados para o aprestamento da Força, a Marinha priorizou as seguintes atividades:

1) Manutenção preventiva dos seguintes meios: Navio-Escola "Brasil", Navio Veleiro “Cisne Branco”, Corveta “Júlio de Noronha”, Navio-Tanque "Almirante Gastão Motta", Submarino “Tupi”, Submarino “Tapajó”, e Submarino "Tikuna", além de outros meios distritais, aeronavais e de fuzileiros navais.

2) Manutenção corretiva de equipamentos de diversos meios da MB, dentre os quais destacam-se:

a) Manutenção de dois Motores de Combustão Principal do Navio-Desembarque de Carros de Combate “Almirante Sabóia”;

b) Manutenção de engrenagens reductoras, reversoras e motores do Navio-Escola “Brasil”;

c) Manutenção e reparo dos condensadores das Unidades de Resfriamento do Navio Aeródromo "São Paulo";

d) Manutenção de válvulas de meios navais com serviço de ultra hidrojateamento;

e) Serviço de manobra de rebocadores;

f) Locação de geradores de energia; e

g) Manutenção da infra-estrutura das Organizações Militares.

No que tange às Operações Navais, além das tradicionais Operações constantes do Plano Geral de Adestramento do Setor Operativo (Operações Aspirantex, Aderex), a Marinha ainda participou de outras Operações Conjuntas conduzidas pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (Operação Amazônia, Operação Ágata e Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016) e de missões de paz sob a égide da ONU (Haiti e Líbano).

#### **Fatores que contribuíram para a execução da AO**

O planejamento, o acompanhamento positivo na execução das metas e as adequações que se fizeram necessárias determinaram uma maior precisão na aplicação dos recursos do Programa Calha Norte, contribuindo, assim, para a execução da AO. Por conseguinte, foi possível manter as Organizações Militares e meios navais em condições adequadas de segurança, habitabilidade, conforto e apresentação, bem como, fomentar a indústria e comércio nacional na contratação das suas demandas.

#### **Informações julgadas relevantes.**

Nos últimos cinco anos, esta Ação Orçamentária vem apresentando limites orçamentários, aquém das necessidades prioritárias da Força. Esta restrição orçamentária vem agravando a disponibilidade de meios operativos da Marinha.

#### **V) AO 14T7 - Tecnologia Nuclear da Marinha**

Os recursos financeiros disponibilizados em 2016, nesta Ação Orçamentária, destinaram-se as despesas relativas a continuação do projeto de construção de um protótipo, que servirá de modelo de um reator nuclear, destinado a gerar energia para propulsão de submarinos nuclear, a serem empregados na proteção e defesa da Amazônia Azul e dos recursos econômicos nela existentes.

É importante destacar que o projeto de desenvolvimento possui estreita relação com o acordo de cooperação estratégica, no âmbito da Defesa, que o Brasil assinou com a França em 2009, que prevê testes e pesquisas complementares que possam dar continuidade à construção de

um protótipo de reator nuclear, para que impacte de forma positiva em outras pesquisas, provocando o chamado arrasto tecnológico.

Este projeto ainda proporcionará pesquisas, estudos específicos e técnicos sobre a aplicação da tecnologia nuclear na área de geração de energia e propulsão naval em conjunto com universidades, órgãos de pesquisas e empresas públicas e privadas. Esta linha de ação converge para melhorar a capacitação de recursos humanos nacionais.

Os recursos disponibilizados na Ação Orçamentária em 2016, custearam as seguintes atividades relacionadas a Tecnologia Nuclear da Marinha:

- 1) Fase Atual do Projeto – Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica – LABGENE;
  - a) Recebimento dos Reguladores Automáticos de Tensão do Motor Elétrico de Propulsão;
  - b) Recebimento dos transformadores para utilização no Motor Elétrico de Propulsão;
  - c) Teste hidrostático do tubo do Estator dos Mecanismos de Acionamento de Barras;
  - d) Recebimento de tanques do Sistema de Processamento de Rejeitos Radioativos;
  - e) Início da montagem eletromecânica, interligação dos equipamentos dos Sistemas do Circuito Secundário (Bloco 30);
  - f) Continuação das obras civis do Prédio do Reator, Prédio Auxiliar Não Controlado e Infraestrutura, início das obras civis da Chaminé de exaustão do LABGENE;
  - g) Construção da base do freio dinamométrico; e
  - h) Continuação da aquisição do Sistema de Controle, Proteção e Instrumentação Nuclear.
  
- 2) Encontra-se em negociação:
  - a) A contratação do Bloco 20, com a empresa ASVOTEC; e
  - b) Os serviços técnicos e logísticos afetos ao desenvolvimento e fornecimento do Sistema de Controle e Proteção do LABGENE (empresa Atech).
  
- 3) Continua em andamento a prestação de serviço técnico especializado e de engenharia dos serviços de supervisão técnica independente pelo Instituto Brasileiro da Qualidade Nuclear (IBQN).
  
- 4) Retomada de obras de pavimentação asfáltica da via norte-sul e a revitalização da pavimentação de vias do Centro Experimental Aramar – CEA, foram retomadas mediante contrato com nova empresa de pavimentação.
  
- 5) Estão em fase de aceitação as seguintes obras:
  - a) As obras para construção do muro de arrimo e da cabine de força (construção civil) no Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo - CTMSP II;
  - b) Os trabalhos de reconhecimento e mapeamento da fauna no CEA;
  - c) As obras de implantação do sistema de armazenagem e distribuição de combustíveis;
  - d) Nova especificação da licitação do Projeto Executivo para adequação do paiol de inflamáveis no CEA, a licitação foi cancelada e as condições de contorno serão revisadas; e
  - e) O Projeto Executivo para construção civil do prédio do Centro Integrado de Segurança e Comunicações do CEA.
  
- 6) Foram concluídas as seguintes ações:
  - a) A implantação da rede de combate a incêndio no CTMSP II;
  - b) As obras do corpo da guarda no CEA;

- c) As Obras para adequação do anexo do auditório do CEA;
- d) Os estudos hidrogeológicos da segunda fonte de água no CEA;
- e) A análise da zona de mistura dos efluentes líquidos no Rio Ipanema – CEA;
- f) Obras de ligação de água da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP para o CTMSP I;
- g) Obras da implantação do sistema de armazenagem e distribuição de combustíveis no CEA;
- h) Montagem eletromecânica da unidade de estocagem de Ácido Fluorídrico Anidro - AHF da Unidade Produtora de Hexafluoreto de Urânio - USEXA;
- i) Montagem eletromecânica da unidade de usinagem de anodos da USEXA;
- j) Fabricação dos tanques de descontaminação da USEXA;
- l) Instalação do monitor de rejeitos do ciclo na Unidade de Células Quentes Piloto - UCQP;
- m) Concretagem da laje técnica do 3º Módulo do Laboratório de Materiais Nucleares - LABMAT;
- n) Qualificação e medição da grade espaçadora do Elemento Combustível do LABGENE; e
- o) Conclusão do convênio de R\$ 35 milhões com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP para apoio à montagem da USEXA.

**Fatores que contribuíram para a execução das atividades:**

- a) Celeridade e antecipação dos processos licitatórios conduzidos pelo CTMSP;
- b) Alocação de recursos financeiros, ainda que em montantes aquém dos inicialmente previstos, que permitiram a antecipação de metas em contratos mais significativos;
- c) Permanência de terceirizados na obra, apesar de diversas suspensões de contratos devido à falta de recursos, para avançar paulatinamente nas obras da USEXA; e
- d) Contribuição dos contratados que entenderam a situação financeira do Governo Federal e mantiveram a execução dos contratos, mesmo com atraso nos pagamentos.

**Informações Relevantes:**

A USEXA encontra-se em fase final de montagem. Sua conclusão representa um passo muito relevante para o Programa Nuclear da Marinha - PNM uma vez que realiza importante componente do Ciclo do Combustível Nuclear;

**VI) AO 20XO - Desenvolvimento Tecnológico da Marinha**

O Desenvolvimento Tecnológico da Marinha compreende:

1) realização de pesquisas e desenvolvimento de sistemas de armas, armas e munições; de hidrofones e transdutores acústicos, de sistemas de detecção, discriminação e contra medidas acústicas e eletromagnéticas, de sistema formador de feixes acústicos, bem como de sistemas infravermelhos, eletro-óticos e de guerra eletrônica, visando à nacionalização progressiva dos sistemas utilizados na Marinha do Brasil;

2) aquisição de: insumos empregados na pesquisa, desenvolvimento, testes, validações e implantações de sistemas oceanográficos; insumos empregados no levantamento, análise, armazenamento e disseminação de dados do meio ambiente marinho, fluvial e lacustre, na modelagem de processos oceanográficos e meteorológicos, na pesquisa e desenvolvimento de materiais e técnicas que permitam o controle das incrustações e da corrosão nas plataformas e instalações navais, visando à produção de informações sobre o meio ambiente marinho e suas aplicações em proveito do apoio às operações navais e de outros interesses da MB;

3) aquisição de insumos empregados na pesquisa e desenvolvimento de sistemas de apoio à Tomada de Decisão, Avaliação Operacional, Comando e Controle Estratégicos, Táticos, Operacionais e de Treinamento, Sistemas Criptológicos, Computacionais e de apoio à Guerra Cibernética, de métodos e sistemas para comunicações e na gestão eletrônica de documentos;

4) realização de pesquisas para o desenvolvimento de sensores especiais, componentes e circuitos microeletrônicos e biológicos, visando o aumento da capacitação da MB na área de Nanotecnologia;

5) realização de pesquisas, experimentos e desenvolvimento de combustíveis não nucleares, de sistemas de controle de propulsão convencional de navios e submarinos e controle de sistemas auxiliares, visando à nacionalização progressiva dos sistemas utilizados na Marinha do Brasil (por exemplo, o Projeto de Desenvolvimento de Cerâmicas Eletrônicas do Tipo Piezoelétricas para aplicação em Transdutores Hidroacústicos); e

6) Desenvolvimento de Míssil Antinavio; Sistema de Lançamento por Aeronave do míssil EXOCET AM39-B2 Mod2 e Motor do míssil EXOCET AM39-B2 Mod2.

Em 2016 foram realizadas as seguintes atividades:

No âmbito das Organizações Militares de CT&I sob responsabilidade da Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (DGDNTM) foi dada continuidade na pesquisa e desenvolvimento dos seguintes Projetos, dentre outros: Sistema de Informações Gerenciais das Instituições de Ciência e Tecnologia e Inovação da MB (SIG-ICT); Protótipo nacional de um Rádio Definido por Software (RDS); CSub - Comunicações Submarinas; PROPENERG - Sistema de Propagação de Energia Acústica; SISPRES - Sistema de Previsão do Ambiente Acústico para o planejamento de Operações Navais; BIONATURA - Desenvolvimento de Tintas Antiincrustante a Base de Biocidas Naturais; LAQUAMAR - Pesquisa de Substâncias Bioativas Produzidas por Organismos Marinhos, visando a sua Identificação e Síntese Laboratorial; Radar Gavota S; Mina de Fundo (MF); Subsistemas e Sensores para Veículo Submarino Autônomo (VSA); Protótipo do MAGE Veicular; Sonar Passivo; e Sistema de Simulação Tática e Treinamento - Versão 3 (SSTT3).

#### **Fatores que Dificultaram a Execução da Ação:**

As restrições orçamentárias e financeiras observadas no exercício de 2016 resultaram em atrasos no cronograma de execução do desenvolvimento de um míssil Ar-Superfície Nacional (MANAER), além de atrasos nos pagamentos de parcelas vencidas. Isto gerou custos adicionais para obtenção de suplementação dos seus fluxos de caixa, o que impactou diretamente no cronograma físico dos projetos, com alto custo social e financeiro.

#### **Externalidades Positivas:**

O futuro desenvolvimento de um míssil Ar-Superfície Nacional (MANAER), juntamente com a transferência de tecnologia para desenvolvimento de seu motor foguete, contribuem com a reestruturação e fomento da indústria brasileira de material de defesa e tecnologia militar, possibilitando que as necessidades de mísseis da MB apóiem-se em tecnologias sob domínio nacional e contribuindo para a redução dos custos de aquisição e manutenção, em consonância com a Estratégia Nacional de Defesa (END).

Contribui, também, para a criação de empregos diretos e indiretos nas diversas instituições envolvidas e permite obter um alto emprego da capacitação nacional na área de mísseis e foguetes,

já que os mísseis EXOCET AM-39 Block 2 Mod 2 e SM-39 Block 2 Mod 2 precisarão também ser montados e testados no Centro de Mísseis e Armas Submarinas da Marinha (CMASM). Contribui, ainda, para garantir a soberania nacional e mitigar a perda de divisas na importação de sistemas, possibilitando a expansão de mercado da Indústria Nacional de Defesa, no Brasil e no exterior.

### VII) AO 20XR - Capacitação Profissional da Marinha

Os recursos alocados em 2016 para esta Ação Orçamentária possibilitaram no âmbito da Marinha, a realização dos cursos de formação, especialização e aperfeiçoamento ministrados nas Instituições do Sistema de Ensino Naval (SEN) que abrange as seguintes Organizações Militares: Colégio Naval (CN), Escola Naval (EM), Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW) e Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA) – localizados no Rio de Janeiro, e nas Escolas de Aprendizes-Marinheiros, localizadas nas cidades de Fortaleza-CE, Vitória-ES, Recife-PE e Florianópolis-SC.

Além disso, diversas Instituições no Brasil foram utilizadas na qualificação do pessoal, dentre as quais, destacaram-se a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ-RJ), Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB - instituição vinculada à UFRJ), Universidade Estácio de Sá (RJ), Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL-SC), Universidade Positivo (PR) e o Centro Valéria Paschoal de Educação (RJ).

Releva-se também a continuidade na formação de pilotos do Programa de Cursos de Asa Fixa na Marinha norte-americana (US NAVY) e na Academia da Força Aérea Brasileira (FAB), iniciados em 2015. Entretanto, no presente exercício somente foi possível o envio de militares para capacitação no Estágio Básico de Asa Fixa (EBAF), realizado na Academia da Força Aérea (FAB).

Os cursos presenciais ministrados em 2016 envolveram **11.711 alunos** nas instituições de ensino, em diversos níveis. Além disso, foram realizados, aproximadamente, 89 cursos na modalidade de ensino a distância, beneficiando **6.021 alunos**, atingindo uma requalificação do pessoal sem descontinuidade do exercício das tarefas profissionais de rotina, reduzindo custos e superando as limitações geográficas existentes, dos quais destacaram-se os cursos de Idiomas (Inglês e Francês), de Metodologia Científica, Bioestatística e Bioética, de Legislação Militar Naval, de Introdução à Administração, de Contabilidade, de Gestão Pública, de Auditorias Internas na Superintendência Industrial, Gestão por Excelência e Liderança, Programa de Orientação ao Acompanhamento da Carreira de Oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), de apoio ao Curso de Aperfeiçoamento de Intendência para Oficiais (CAIO), de apoio ao Curso de Especialização em Intendência (C-Espc-Int), de apoio ao Curso Superior (C-Sup), Portal de Liderança e o Fórum Permanente de Educação. Esse último, visando divulgar e valorizar iniciativas em educação bem sucedidas em desenvolvimento no âmbito da Marinha e das demais Forças Armadas, no meio corporativo e acadêmico, e facilitar o compartilhamento do conhecimento entre os profissionais da área de ensino da Marinha. Além dos cursos de Política e Estratégia Marítima e de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Releva mencionar, também, o Programa de Intercâmbios de pessoal entre a Marinha do Brasil e as Marinhas Amigas nas áreas operativas, de ciência e tecnologia, logística e instrução, visando estreitar laços de amizade e cooperação entre as Marinhas, contribuir para a formação profissional e cultural, bem como aperfeiçoar os conhecimentos adquiridos em outras Academias Navais, que contou com capacitação de **135 alunos** de 16 (dezesseis) Marinhas: Argentina, Angola,

Bolívia, Cabo Verde, Chile, EUA, França, Líbano, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Paraguai, Peru, Senegal, Suriname e Venezuela.

Destacam-se os seguintes fatores que contribuíram na formação dos capacitados:

- o alto índice de motivação de instrutores e alunos, aliado à experiência pregressa dos instrutores em atividades de instrução;

- incentivo a participação de docentes, civis e militares, em encontros pedagógicos, workshops e em cursos de pós graduação Lato Sensu e Stricto Sensu, visando a necessária e desejada qualificação dos docentes, e consequente atualização quanto ao que há de mais atual na área educacional, propiciando transmitir aos alunos o conhecimento específico para o cumprimento do currículo;

- qualificação do corpo docente que, em sua maioria, são Doutores, Mestres e/ou Aperfeiçoados;

- realização de capacitações internas, tais como palestras, reuniões pedagógicas e adestramentos;

- adequação da estrutura física das salas de aula e disponibilização de biblioteca e laboratório de informática para as atividades práticas;

- disponibilidade de licenças de softwares necessários à ministração de aulas práticas;

- incremento das atividades práticas previstas no currículo, por meio de Comissões/visitas que permitiram a aplicação em diversas áreas de conhecimentos; e

- atuação da equipe técnico-pedagógica no apoio aos docentes e discentes, bem como na avaliação sistemática e contínua do ensino.

Como resultado em 2016, foram empreendidas ações que possibilitaram a qualificação e a capacitação contínua do pessoal militar e servidores civis da Marinha conforme abaixo:

1) Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Militares e Civis da Marinha: 1.056; e

2) Formação da Reserva Mobilizável - 5.344 alunos, compreendendo:

- Serviço Militar Inicial - Marinheiros-Recrutas (SMI): 4.277 alunos;

- Serviço Militar Obrigatório - Oficiais MFDV (SMO): 300 alunos;

- Serviço Militar Voluntário - Oficiais (SMV): 376 alunos; e

- Serviço Militar Voluntário - Praças (SMV): 391 alunos.

Torna-se importante a preocupação com o aprimoramento da formação do pessoal e da modernização e inclusão dos processos adotados na capacitação, em busca de otimizar a sistemática de ensino, com o desafio de ajustar-se ao cenário político e econômico do país que impõe a adoção de medidas de aprimoramento da gestão de recursos.

Releva mencionar que o corte/contingenciamento e o fracionamento dos montantes financeiros desproveu o Sistema de Ensino Naval de recursos a serem empregados, principalmente nas ações destinadas a recuperação e manutenção de embarcações utilizadas na instrução, recuperação de bens móveis e imóveis, capacitação de militares da MB e Cursos e Estágios Extra-MB, tornando-se um obstáculo a ser transposto para a condução satisfatória das atividades das Organizações Militares do SEN e dos Órgãos de Formação de Reservistas Navais, que foram obrigados a custear as atividades de ensino com recursos provenientes de outras fontes.

### **VIII) AO 1560 - Obtenção de Meios da Marinha**

A Obtenção de meios da Marinha compreende estudos prévios necessários, de novos meios navais, aeronavais e Sistemas Operativos para emprego nesses meios, bem como a obtenção de

materiais e equipamentos e realização de serviços visando dotar os Meios Operativos da Marinha de tecnologias atualizadas, a fim de assegurar a capacidade de defesa e segurança marítima.

A meta física da Ação Orçamentária em 2016 possibilitou a celebração de contratos com indústrias nacionais com geração de empregos e considerável incremento de tecnologia, contribuindo para o estímulo à indústria brasileira e ainda, no âmbito desta Ação Orçamentária incluiu a aquisição e modernização de aeronaves, cujo escopo encontra-se no Programa de Reparelhamento da Marinha e no Plano de Articulação e Equipamento do Ministério da Defesa.

Destaca-se o prosseguimento na modernização de vários meios com tecnologias mais modernas, em face da obsolescência dos sistemas ora empregados. Também constituiu como meta dessa Ação Orçamentária a aquisição do helicóptero *Landing Ship Dock Helicopter* (LSDH) a ser utilizado no Navio de Desembarque Anfíbio “Bahia” incorporado no Setor Operativo da Marinha em 2016.

Ainda no que se refere as manutenções, foram realizadas em 2016 as seguintes atividades:

**1) Fragatas Classe Niteroi (FCN):**

Equipamentos previstos no Programa Geral de Manutenção foram adquiridos e estão sendo instalados.

**2) Navio-Aeródromo (NAe) São Paulo:**

- Limpeza e degaseificação de tanques e espaços vazios; e
- Preparação do Centro de Projetos de Navios (CPN) para aquisição de “hardwares” e “softwares”, visando à melhoria da infraestrutura daquele Centro para a participação e acompanhamento do Projeto de Concepção/Estudo de Exequibilidade da Modernização do NAe São Paulo.

**3) Submarinos Classe Tupi e Tikuna:**

- avaliação/reparo de equipamentos do Sistema de Combate;
- testes de aceitação da próxima versão de software dos Submarinos Classe Tupi;
- elaboração de um Plano de Transporte do FMS Case do Sistema de Combate.
- desenvolvimento do projeto detalhado da adaptação mecânica do sensor do sonar IHA;
- desenvolvimento do projeto da próxima versão do Sonar Ativo;
- preparação da especificação de requisitos do projeto de modernização do Submarino Tikuna;
- transporte de equipamentos reparados do Sistema de Combate ao Brasil; e
- desenvolvimento do projeto básico de instalação do Sistema de Combate no Submarino Tikuna.

**4) Aeronaves - C-1A “Trade” COD AAR:**

As quatro aeronaves encontram-se em modernização para instalação de equipamentos com a finalidade de ampliar as suas capacidades operativas de socorro no mar, patrulhas e resgates, com prazo previsto de prontificação em 2021.

**5) Helicópteros Multiemprego (HME) S-70B "Seahawk":**

Todas as aeronaves SH-16 foram entregues e encontram-se em plena operação.

Foi acrescentado ao projeto a aquisição de um simulador tático de missão, com previsão de entrega para 2020.



**6) Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal sobre Lagartas (VBTP SL) "M113":**

De um total de 30 Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal sobre Lagartas (VBTP SL) "M113" entregues para modernização, 27 foram recebidas pelo Setor Operativo, 24 unidades até 2015 e três unidades em 2016.

A modernização destas viaturas ampliará a operacionalidade nas atividades de transporte de pessoal e no desempenho, quando determinado pelo Governo Federal, de patrulhamento em áreas urbanas.

**7) Aquisição de Sistemas:**

Sistemas Operativos - em 2016 foram adquiridos, dois radares FT-250. O radar Vision Master FT-250, fabricado pela Empresa "Northrop Grumman Sperry Marine B.V." foi padronizado para emprego na MB, bem como seus sobressalentes, acessórios e ferramentas especiais. O material em lide preenche os aspectos tecnológico e militar exigidos, aproveitando o sistema de Apoio Logístico e as Normas do Sistema de Catalogação existentes na MB.

**8) Sistemas de Comunicações Navais:**

- Modernização dos Sistemas das Fragatas Classe "NITERÓI": Especificação do Software no Modo Teste; Especificação do Software no Modo Instrutor; Execução do Teste de Integração de Software Fase 1; Teste de Verificação do Laboratório de Integração; Recebimento de Computadores/Software e Sobressalentes para Integração; Recebimento de Material COT's e Sobressalentes para Integração; Elaboração de Manual Técnico de Unidades para Compatibilização dos Sinais de Alto Nível;

- Elaboração de Planilha para Teste de Verificação Funcional dos Consoles das Fragatas; Projeto de nova Unidade de Teste; Testes de Aceitação de Geradores de Alvos Radar; Revisão do Plano de Apoio Logístico Integrado das Fragatas; e Atualização da Lista de Partes Componentes (CPL).

- Desenvolvimento do Sistema de Controle Tático e de Armas (SICONTA). O SICONTA é um Sistema de Combate para navios, cujo domínio é inteiramente nacional. Dessa forma, evita-se a dependência de sistemas externos, incentiva-se a indústria de defesa nacional e, finalmente, gera-se empregos para um setor sensível e estratégico.

**IX) AO 157N - Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais – PROBANTF**

Os recursos disponibilizados nesta Ação Orçamentária (AO) possibilitaram o custeio, em 2016, das atividades de Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais conforme abaixo:

- Pagamento dos serviços de construções das edificações de suporte ao Sistema de Lançadores Múltiplos de Foguetes ASTROS CFN 2020, tais como garagem para abrigo de viaturas, prédio de manutenção com posto de lavagem, prédio de administração, salas de aula, pátio de manobra, urbanização e infraestrutura;

- Pagamento das parcelas do contrato para aquisição de 23 Carros Lagarta Anfíbios (CLANf), sendo vinte CLANf para transporte de pessoal, um CLANf para socorro e dois CLANf de Comando, conforme contrato assinado junto à empresa MARCORSYSCOM; e

- Aquisição de equipagens operativas para o repletamento das dotações existentes e à introdução de novas equipagens no acervo do Corpo de Fuzileiros Navais, a fim de substituir o material obsoleto em uso, de modo a manter adequadamente a prontificação operativa das Organizações Militares do Corpo de Fuzileiros Navais.

Todos esses meios e equipagens são indispensáveis às tarefas executadas pelo Corpo de Fuzileiros Navais, tais como emprego em operações de diferentes níveis, desde missões humanitárias até as de combate, e em ambientes operacionais diversos, como o ribeirinho ou urbano.

Cabe destacar a utilização desses meios e equipagens nas atividades operativas, em conjunto com as demais Forças, em áreas de fronteira da Amazônia Legal, na fiscalização e segurança da “Amazônia Azul”, nela contidas as instalações portuárias, plataformas do pré-sal e ilhas oceânicas, bem como no auxílio às Forças de Segurança Pública, principalmente, no Estado do Rio de Janeiro, onde foi empregado em ações de combate ao tráfico de drogas em comunidades carentes.

Na vertente social, destaca-se a relevante oportunidade de geração de empregos diretos e indiretos com a priorização de aquisição dos meios desenvolvidos e /ou produzidos pela indústria nacional, contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento social e econômico do País.

#### **X) AO 2120 - Movimentação de Militares**

A movimentação dos Militares é uma atividade planejada e controlada anualmente pela Força, para atender as necessidades decorrentes dos cursos de carreira, comando, direção e comissões programadas.

Os recursos disponibilizados por esta Ação Orçamentária custearam as despesas de transporte de pessoal, bagagem e ajuda de custo, locomoção e instalação dos militares ao longo do exercício de 2016.

#### **Informações julgadas relevantes:**

Em razão do cenário de austeridade pelo qual passa o país, a Marinha estabeleceu, em 2016, medidas adicionais de economia para as despesas com as movimentações de militares, visando à execução da Meta Física desta AO, o que resultou estabelecer limites financeiros, na ordem de 25% do montante inicialmente previsto para o exercício, atendendo um total de 11.733 movimentações, as quais foram acompanhadas mensalmente, visando evitar impacto significativo na redução dos efetivos da Marinha em áreas de grande importância estratégica para o Brasil, como fronteiras, regiões costeiras e comunidades ribeirinhas, bem como na redução no nível de emprego da Força em operações embarcadas.

Destaca-se que esses limites também abrangeram as movimentações internas nos Distritos Navais e aquelas referentes aos cursos/intercâmbios. Os planos de carreiras de Oficiais e de Praças foram revistos, com o propósito de reduzir a quantidade de movimentações.

#### **b) Programa 2046 - Oceanos, Zona Costeira e Antártida**

No que se refere às Ações Orçamentárias (AO) vinculadas às Iniciativas dos Objetivos do Ministério da Defesa (MD) no Programa 2046, de responsabilidade da UO 52133, as metas previstas para cada AO no exercício de 2016 foram alcançadas, atendendo, satisfatoriamente, os resultados esperados para o exercício.

A diferença entre a Dotação Atual e o Reprogramado Financeiro (limite de empenho) corresponde à Dotação não utilizada (crédito contingenciado), não contemplada com Limite de Movimentação e Empenho. Essa dificuldade, de ordem orçamentária, foi contornada com a reprogramação das prioridades de execução da programação orçamentária e financeira das metas físicas intermediárias, previstas para 2016, que contribuíram para consecução das Metas finais das AO.

Dentre as principais metas físicas intermediárias alcançadas, destacam-se:

**I) AO 14ML - Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz**

Os créditos recebidos foram transferidos para a Comissão Naval Brasileira em Washington, para pagamento da primeira parcela contratual, referente à construção da nova Estação Antártica, cuja a maior parte foi inscrita em Restos a Pagar e deverá ser liquidado em 2017, conforme a prorrogação das etapas previstas em contrato.

Ao longo de 2016, foram realizadas fiscalizações no canteiro de obra da empresa *China National Electronics Imports and Exports Corporation* (CEIEC) responsável pela construção da nova estação.

No 2º semestre de 2016, destaca-se o envio de cinco engenheiros militares da Marinha do Brasil à empresa CEIEC para fiscalização da construção do mockup (molde para teste em tamanho natural); a manutenção e preparação dos navios e equipamentos da Marinha do Brasil designados para o apoio à reconstrução da EACF; e construção e transporte para a Antártica dos módulos isolados da nova estação.

**II) AO 2518 - Apoio à Pesquisa e ao Monitoramento Oceanográfico e Climatológico da Amazônia Azul**

Os créditos executados, até 31/12/2016, foram utilizados em aquisições de equipamentos (no país e no exterior), material de apoio, contratação de embarcações e equipamentos, contratação dos serviços de treinamento de pessoal militar e pesquisadores e nas atividades de apoio à pesquisa e monitoramento da Amazônia Azul, incluindo manutenção de navios da Marinha do Brasil, empregados em apoio à pesquisa no mar. O alto valor inscrito em Restos a Pagar refere-se a créditos transferidos para a Base de Hidrografia da Marinha fim prestar apoio para as atividades relativas à defesa das argumentações expositivas de cunho técnico e científico contidas no relatório da submissão parcial revista da Região Sul, referentes ao pleito brasileiro para delimitação do limite exterior da Plataforma Continental do Brasil, além das 200 milhas marítimas, perante a Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) na organização das Nações Unidas – ONU, e à elaboração do relatório da submissão parcial revista da Região Equatorial com redação devidamente alinhada com as atuais tendências técnico/científicas e jurídicas das análises realizadas pela CLPC.

Foram realizadas, em 2016, 24 expedições científicas para o Arquipélago de São Pedro e São Paulo, com a participação de 106 pessoas; 7 expedições científicas à Ilha da Trindade, envolvendo 137 pesquisadores, todos vinculados a projetos de pesquisas desenvolvidos por universidades espalhadas por todo o território nacional.

As Estações Científicas de apoio à pesquisa no Mar, hoje em funcionamento, são: Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ECASPSP) e Estação Científica da Ilha da Trindade (ECIT). Essas duas estações encontram-se em pleno funcionamento operacional, sem restrições significativas. Em 2016 foram apoiados 23 projetos de pesquisa científicas na ECIT e 19 na ECASPSP. Além disso, os recursos também foram utilizados para atividades do Programa de Mentalidade Marítima (PROMAR) para a sociedade brasileira, bem como no apoio às diversas reuniões das Subcomissões do Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM), dos Comitês Executivos dos Programas do PSRM e Grupos de Trabalhos e Estudos de Ações do PSRM.

Avalia-se que as metas prioritárias programadas para 2016 foram atingidas, mantendo-se toda a infraestrutura de apoio à pesquisa e monitoramento no Mar, principalmente as Estações Científicas nas Ilhas Oceânicas Brasileiras, em condições operacionais, a despeito da postergação de algumas metas.

As principais metas físicas intermediárias alcançadas foram:

- Contratação de transporte de material de divulgação das atividades da SECIRM, por meio de palestras e exposições itinerantes sobre a “Amazônia Azul e o Brasil na Antártica” em diversos pontos do território nacional, realizadas pelo PROMAR;

- Participação de representantes dos diversos Programas e Ações PSRM e do Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC) em diversas atividades, projetos e reuniões, no país e no exterior, de interesse da CIRM, da Marinha e do Brasil, como Reunião dos Ministros responsáveis pela Coordenação dos Assuntos do Mar pertencentes à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – Dili-Timor Leste, Reunião da Comissão Jurídica e Técnica da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos – Kingston-Jamaica, Encontro da Conferência das Partes e da Convenção da Diversidade Biológica – Cancún-México e Reunião do Órgão de Assessoramento Técnico, Científico e Tecnológico e Encontro do Órgão de Assessoramento sobre a implementação da Convenção da Diversidade Biológica – Quebec-Canadá;

- Lançamento, calibração e manutenção de equipamentos (bóias de deriva e fixa, ondógrafos, marégrafos, flutuadores e probes de XBT) para o monitoramento oceanográfico e climatológico da Amazônia Azul;

- Manutenção dos Navios da Marinha do Brasil empregados nas atividades de pesquisa e monitoramento no mar;

- Aquisição de sobressalentes para a manutenção dos equipamentos;

- Apoio às atividades de processamento dos dados de monitoramento coletados;

- Renovação do contrato com a empresa TRANSMAR para apoio de transporte de material e pessoal às expedições do PROARQUIPELAGO, de acordo com o segundo Termo Aditivo nº 12000/2014-20/02, ao Contrato 12000/2014-020/00;

- Continuidade ao projeto de construção de uma Estação Científica no Arquipélago de Fernando de Noronha;

- Distribuição de um informativo quadrimestral (INFOCIRM) sobre as atividades dos Planos, Programas e Ações da CIRM, com 3.000 exemplares impressos e 90.000 de forma eletrônica, bem como de material impresso e filmes sobre os Programas desenvolvidos pela CIRM;

- Manutenção preventiva e corretiva da Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo;

- Realização de um Treinamento Pré-Arquipélago para 29 pesquisadores, nas instalações da Base Naval de Natal;

- Em andamento os estudos voltados para construção de uma nova Estação Científica no Arquipélago de São Pedro e São Paulo, tendo sido realizado o estudo geodésico do solo;

- Aquisição de um bote rígido para apoio às pesquisas do Pró-Trindade;

- Manutenção preventiva e corretiva da Estação Científica da Ilha da Trindade e continuidade das atividades de recuperação da vegetação da Ilha da Trindade; e

- Transferência de recursos para Base Naval de Natal, fim dar apoio ao Pró-Arquipélago, e para navios empregados no Pró-Trindade.

### **III) AO 2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica**

A LOA-2016 consta, equivocadamente, a meta de 7 estações mantidas, porém a meta de 1 estação mantida refere-se à manutenção dos Módulos Antárticos Emergenciais (MAE), montados na área da antiga Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) para dar continuidade ao apoio à pesquisa e servir de abrigo ao Grupo Base (15 militares da Marinha do Brasil), aos pesquisadores e ao pessoal que trabalhará na montagem da nova EACF. O crédito executado até 31DEZ2016 foi utilizado em complemento às aquisições de equipamentos (no país e no exterior), material de apoio,

gêneros alimentícios, manutenção dos MAE, contratação de serviços e nas atividades de apoio logístico para a XXXIV Operação Antártica, iniciada em OUT2015 e finalizada em SET2016, e para a XXXV Operação Antártica, iniciada em OUT2016, incluindo os voos de apoio da Força Aérea Brasileira e a manutenção de navios antárticos da Marinha do Brasil, empregados em apoio à pesquisa na Antártica, bem como no apoio às Organizações Militares da Marinha envolvidas com o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), e treinamento de pessoal militar e pesquisadores para a XXXV Operação Antártica, que se iniciou em OUT2016. O valor inscrito em Restos a Pagar refere-se a créditos transferidos para o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ) para a construção de uma chata de transporte de material e de pessoal e quatro skids para transporte de material para a Estação Antártica Comandante Ferraz, os quais foram empenhados e estão aguardando o fornecimento de matéria-prima.

Dentre os principais eventos do PROANTAR relativos ao ano de 2016, destacam-se:

- Participação na XXVII Reunião dos Administradores de Programas Antárticos Latino-Americanos (RAPAL) ocorrida na cidade de Guayaquil - Equador, em JUL/2016;
- Participação na XXVIII *Council of Managers of National Antartic Programs* (COMNAP) ocorrida na cidade de Goa - Índia, em AGO/2016;
- Participação na Reunião Consultiva do Tratado da Antártica ocorrida na cidade de Santiago - Chile, em JUN/2016; e
- Reunião com a Força Aérea do Chile para tratar do desmonte e retirada da aeronave C-130 da Base Aérea de Frei, ocorrida na cidade de Santiago - Chile, em NOV/2016.

Durante a OPERANTAR XXXIV, foram realizadas as seguintes tarefas: manutenção dos Módulos Antárticos Emergenciais (MAE) e apoio a mais de vinte e quatro projetos científicos envolvendo cerca de 300 pesquisadores; e o planejamento e início da OPERANTAR XXXV, onde foram programadas diversas pesquisas científicas nos MAE e nos navios. O navio NPo Almirante Maximiano está apoiando 24 projetos científicos. Estão previstos também o apoio aos seguintes Programas Antárticos Estrangeiros: Argentina, Colômbia, Bulgária, Portugal, Alemanha e do Chile.

O NApOc Ary Rongel foi empregado no desmonte e retirada da aeronave C-130 da Força Aérea Brasileira (FAB), que se encontra danificada na Base Aérea Eduardo Frei, do Chile.

Durante o ano de 2016, destacam-se as seguintes Metas realizadas:

- Aquisição dos seguintes equipamentos/materiais para apoio à Estação Antártica: paraquedas e containers para lançamento de carga, gerador de energia elétrica, chata para transporte de óleo e carga, 6 skids para transporte de materiais;
- Realização do quarto Termo Aditivo nº 12000/2012-063/04 ao Contrato 12000/2012-063/00 com a empresa *Inchcape Shipping Service B.V. Chile LTDA*, para agenciamento de serviços portuários em apoio às Operações Antárticas nas cidades de Punta Arenas-Chile e Ushuaia-Argentina e realizado Pregão Eletrônico para contratação de empresa para fornecimento de refeições nos voos de apoio da FAB, para o Chile;
- Construção, para a EACF, de uma lancha de chata autopropulsada com dois motores, de duplo fundo, bipartida, com capacidade para transportar óleo e/ou carga, com rampa, podendo transportar um container de 20 pés;
- Fabricação, para a EACF, de dois skids de 6 metros e dois de 7 metros, para serem utilizados no transporte de materiais, lançados por paraquedas nos voos de inverno, da área de toque, localizada no Refúgio nº 1, para a EACF;
- Realização da 1ª etapa de treinamento pré-antártico (TPA) para 108 pessoas, entre pesquisadores, colaboradores e militares;

- Transferência de recursos para a Fundação de Apoio à Universidade do Rio Grande (FAURG) para atender, por meio da ESANTAR Rio Grande, a manutenção operativa e conservação da EACF, refúgios e módulos, e garantir a infraestrutura necessária as exigências logísticas, tais como: lavagem de vestimentas especiais, barracas e de equipamentos usados no campo, de acordo com o décimo nono Termo Aditivo 12000/03-001/19, ao Convênio 12000/03-001/00;

- Aquisição de gêneros alimentícios para os MAE e para os voos de apoio; e

- Realização da 2ª etapa de treinamento pré-antártico (TPA) para 96 pessoas, entre pesquisadores, colaboradores e militares.

O rito da Lei 8.666/93 dificulta a aquisição de material e serviço para atender as demandas inopinadas do PROANTAR. O planejamento e o tempo exigido para a realização de um certame licitatório dificultam a execução dos recursos que, devido à tempestividade dos acontecimentos, necessita de celeridade nas ações, visto que a Antártica é um local inóspito e peculiar. Além disso, os cortes orçamentários, amenizados pelas Emendas Parlamentares Individuais, bem como a desvalorização da moeda nacional, ocasionaram a reprogramação das atividades realizadas pelo PROANTAR, uma vez que grande parte do custo logístico é cotado na moeda norte americana.

#### **4.2.3 - Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário**

Em 2016, as programações orçamentárias da MB, classificadas como Outras Despesas de Custeio e Capital (OCC), referentes a despesas obrigatórias, discricionárias livres e discricionárias vinculadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que se encontravam sujeitas ao Limite de Movimentação e Empenho (LME) e ao Limite de Pagamento (LP), foram reduzidas de um Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) que previa R\$ 4.306,5 milhões para uma Lei Orçamentária Anual (LOA) que fixou a despesa em R\$ 4.107,3 milhões.

Entretanto, em razão dos contingenciamentos impostos ao orçamento público federal pelos Decretos nº 8.670/2016 e 8.700/2016, nos meses de fevereiro e março, o orçamento da MB sofreu uma redução de quase 25% nas programações discricionárias livres e vinculadas ao PAC, chegando ao montante de R\$ 3.118,07 milhões nas despesas sujeitas ao LME/LP, ao final do primeiro trimestre.

Somente a partir de junho, por ocasião da publicação do Decreto nº 8.784 e após uma sequência de ampliações do LME, o patamar orçamentário inicial da MB foi restabelecido, de modo que, após os acréscimos e suprimentos ocorridos ao longo do ano, por meio de Créditos Adicionais, a MB encerrou o Exercício com a Dotação Orçamentária de R\$ 4.163,8 milhões e um LME de R\$ 4.160,6 milhões.

Destaca-se que, para se chegar a esses valores, as ampliações de LME ocorridas em dezembro totalizaram o montante de R\$ 165,16 milhões, dos quais R\$ 120,27 milhões em programações discricionárias.

O LP estabelecido para a MB em 2016 foi de R\$ 5.846,33 milhões. Esse montante contempla valores autorizados inicialmente, por meio do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, e ampliações ocorridas no decorrer do exercício. Releva destacar que, somente em dezembro, a MB recebeu R\$ 1.696,81 milhões de ampliação, o que representou 29% do montante final do LP de 2016.

Como consequência da liberação de parte do LME/LP somente ter ocorrido nos últimos meses do ano, diversas Unidades Gestoras (UG) da MB permaneceram inadimplentes ao longo do ano, até a efetiva chegada dos recursos, por ocasião do Encerramento do Exercício.

**4.2.4 - Execução Descentralizada com Transferências de Recursos****4.2.4.1 - Visão Gerencial dos Instrumentos de Transferências e dos Montantes Transferidos****QUADRO 4.2.4.1 - RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS**

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar					
<b>UG/GESTÃO:</b>	712000/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em cada Exercício (valores em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio	0	0	0	885.778,00	1.729.211,05	901.924,16
Contrato de Repasse	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Cooperação	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Compromisso	0	0	0	0,00	0,00	0,00
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>885.778,00</b>	<b>1.729.211,05</b>	<b>901.924,16</b>

Fonte: SIAFI/SIPLAD

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo					
<b>UG/GESTÃO:</b>	742000/0001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (valores em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio	0	0	3	2.636.258,22	963.706,00	1.217.805,00
Contrato de Repasse	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Cooperação	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Compromisso	0	0	0	0,00	0,00	0,00
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>2.636.258,22</b>	<b>963.706,00</b>	<b>1.217.805,00</b>

Fonte: SIAFI

**4.2.4.2 - Visão Gerencial da Prestação de Contas dos Recursos pelos Recebedores****QUADRO 4.2.4.2 - RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UG NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE**

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente			
<b>Nome:</b> Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar			
<b>UG/GESTÃO:</b> 712000/00001			
Exercício da Prestação	Quantitativos e montante repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
		Convênios	Contratos de

das Contas				Repasse
2016	Contas Prestadas	Quantidade	0	2
		Montante Repassado	0,00	0,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	4	0
		Montante Repassado	885.778,00	0,00
2015	Contas Prestadas	Quantidade	4	2
		Montante Repassado	1.729.211,05	0,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00
2014	Contas Prestadas	Quantidade	4	2
		Montante Repassado	901.924,16	308.275,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00
Anteriores a 2014	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00

Fonte: SIAFI/SIPLAD

Unidade Concedente				
Nome: Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo				
CNPJ: 09.462.873/0001-90		UG/GESTÃO: 742000/0001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
		Convênios	Contratos de Repasse	
2016	Contas Prestadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	2	0
		Montante Repassado	R\$ 2.636.258,22	0,00
2015	Contas Prestadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	2	0
		Montante Repassado	R\$ 963.706,00	0,00
2014	Contas Prestadas	Quantidade	2	0
		Montante Repassado	R\$ 317.805,00	0,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1	0
		Montante Repassado	R\$ 900.000,00	0,00
Anteriores a 2014	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00

Fonte: SIAFI

#### 4.2.4.3 - Visão Geral da Análise das Contas Prestadas

##### QUADRO 4.2.4.3 - SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante		
Nome: Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar		
UG/GESTÃO: 712000/00001		
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão	Instrumentos	
	Convênios	Contratos de Repasse



Contas analisadas	Quantidade aprovada	0	2
	Quantidade reprovada	0	0
	Quantidade de TCE instauradas	0	0
	Montante repassado (R\$)	0,00	0,00
Contas NÃO analisadas	Quantidade	4	0
	Montante repassado (R\$)	885.778,00	0,00

Fonte: SIAFI/SIPLAD

#### 4.2.4.4 - Perfil dos Atrasos na análise das Contas Prestadas por Receptores de Recursos

##### QUADRO 4.2.4.4 - PERFIL DOS ATRASOS NA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS POR RECEBEDORES DE RECURSOS

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
<b>Nome:</b> Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar					
<b>UG/GESTÃO:</b> 712000/00001					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	0	0	0	0	1
Contratos de repasse	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI/SIPLAD

#### 4.2.4.5 - Análise Crítica

A SECIRM possui o Convênio nº 480096, celebrado junto à Fundação de Apoio à Universidade do Rio Grande (FAURG), cujo objeto é atender à manutenção operativa e conservação da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), que não está cadastrado no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV. O mesmo foi assinado em 14 de maio de 2003 e teve sua vigência prorrogada até o dia 13 de maio de 2018. De acordo com o inciso II do art. 2º da Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº127, datada de 29 de maio de 2008, este Convênio não tinha a necessidade de ser inserido no SICONV por ser anterior à edição da referida Portaria.

Entretanto, com a edição do Decreto nº 7.641, de 12 de dezembro de 2011, que determinou a utilização do SICONV para todos os Convênios, foram feitos contatos com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, DGEI/SLTI/MP (Portal de Convênios) e foi informado o seguinte: “os convênios celebrados antes de 16 de janeiro de 2012 e que não estão no SICONV deverão ser registrados nesse sistema a partir dos dados existentes no SIAFI. O registro dessas informações no SICONV ocorrerá por meio de integração com o SIAFI, sem a necessidade de interferência do órgão concedente”.

Este Convênio teve sua regularidade analisada e aprovada pelo Ministério da Defesa, em conformidade com o preconizado no art. 2º do Decreto nº 7.592, de 28 de outubro de 2011, cuja aprovação foi publicada no DOU em 05 de janeiro de 2012, Seção 1, pág. 26.

O valor pactuado foi de R\$ 16.226.776,71, sendo liberado até 2016, o valor de R\$ 15.872.756,09. Deste valor, R\$ 12.355.842,88 foram anteriores a 2014.

O Convênio se refere à execução de atividades de Programas de Estado contínuo e o objetivo esperado com o Convênio vem sendo adequadamente alcançado e os recursos foram repassados dentro do que prevê o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 e suas alterações.

A estrutura de controle definida para o gerenciamento das transferências consta de um Fiscal designado por Ordem de Serviço, com a incumbência de fiscalizar, trimestralmente, as

comprovações enviadas pelo conveniente e no final de exercício subsequente propor a aprovação da prestação de contas parcial pelo Dirigente Máximo.

Os Acordos de Parceria nº 42000/2012-076 (FUNDESPA), 42000/2014-012 (FDTE), 42000/2014-097 (FP) e 42000/2014-86 (FP), lançados como convênio com o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo, fundamentam-se no art. 9º da Lei nº 10.973/04 que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo:

*Art. 9º É facultado à ICT celebrar acordos de parceria com instituições públicas e privadas para realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica e de desenvolvimento de tecnologia, produto, serviço ou processo.*

A UJ é uma Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) de acordo com o art. 2º, inciso V, da Lei nº 10.973/04 e Portaria nº 109/2015 EMA, de 01 de Junho de 2015.

Há outras obrigações previstas, não valorando ônus financeiros. A fiscalização é feita de forma similar de um convênio, sendo que os convenientes deverão prestar contas do repasse anterior para liberação do subsequente ou no final da execução.

#### 4.2.5.6 - Informações sobre a Estrutura de Pessoal para Análise das Prestações de Contas

Não há informações para este subitem.

#### 4.2.5 - Informações Sobre a Execução das Despesas

##### 4.2.5.1 - Despesas por Modalidade de Contratação

**QUADRO 4.2.5.1 - DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO** (Valores em R\$ 1.00)

Modalidade de Contratação	Despesa Executada				Despesa Paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
<b>1. Modalidade de Licitação</b> <b>(a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>813.662.373,27</b>	<b>3,87</b>	<b>937.323.305,87</b>	<b>4,37</b>	<b>480.615.341,09</b>	<b>2,35</b>	<b>282.727.157,46</b>	<b>1,51</b>
a) Convite	84.596.865,96	0,40	150.856.497,91	0,70	62.049.381,94	0,30	60.961.985,61	0,32
b) Tomada de Preços	2.641.421,55	0,01	6.141.403,33	0,03	1.086.374,10	0,01	1.740.177,56	0,01
c) Concorrência	188.742.645,30	0,90	232.172.458,16	1,08	62.362.027,85	0,31	32.426.652,60	0,17
d) Pregão	537.483.966,11	2,55	543.958.352,58	2,53	354.925.017,69	1,74	186.454.560,13	0,99
e) Concurso	9.669,42	0,00	1.669,50	0,00	5.909,08	0,00	1.669,50	0,00
f) Consulta	1.174,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
g) Regime Diferenciado de	186.630,43	0,00	4.192.924,40	0,02	186.630,43	0,00	1.142.112,06	0,01

## MARINHA DO BRASIL

(Continuação do Relatório de Gestão do Exercício de 2016.....)

Contratações Públicas									
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>1.082.652.859,07</b>	<b>5,14</b>	<b>2.013.965.955,21</b>	<b>9,38</b>	<b>805.725.587,03</b>	<b>3,95</b>	<b>483.052.795,92</b>	<b>2,57</b>	
h) Dispensa	589.638.863,18	2,80	1.507.789.140,62	7,02	452.774.876,78	2,22	268.071.453,64	1,43	
i) Inexigibilidade	493.013.995,89	2,34	506.176.814,59	2,36	352.950.710,25	1,73	214.981.342,28	1,14	
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>11.386.700,84</b>	<b>0,05</b>	<b>17.379.718,31</b>	<b>0,08</b>	<b>11.386.700,84</b>	<b>0,06</b>	<b>7.605.040,47</b>	<b>0,04</b>	
j) Suprimento de Fundos	11.386.700,84	0,05	17.379.718,31	0,08	11.386.700,84	0,06	7.605.040,47	0,04	
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>17.130.629.452,13</b>	<b>81,40</b>	<b>16.363.738.236,79</b>	<b>76,21</b>	<b>17.130.277.156,95</b>	<b>83,90</b>	<b>15.914.367.186,16</b>	<b>84,75</b>	
k) Pagamento em Folha	17.116.857.442,93	81,34	16.355.097.074,71	76,17	17.116.857.442,93	83,83	15.909.680.643,99	84,73	
l) Diárias	13.772.009,20	0,07	8.641.162,09	0,04	13.419.714,02	0,07	4.686.542,17	0,02	
<b>5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)</b>	<b>19.038.331.385,31</b>	<b>90,47</b>	<b>19.332.407.216,18</b>	<b>90,03</b>	<b>18.428.004.785,91</b>	<b>90,26</b>	<b>16.687.752.180,01</b>	<b>88,87</b>	
<b>Outros</b>	<b>2.006.134.883,97</b>	<b>9,53</b>	<b>2.140.334.242,38</b>	<b>9,97</b>	<b>1.989.325.035,91</b>	<b>9,74</b>	<b>2.089.291.199,64</b>	<b>11,13</b>	
<b>6. Total das Despesas da UPC</b>	<b>21.044.466.269,28</b>	<b>100</b>	<b>21.472.741.458,55</b>	<b>100</b>	<b>20.417.329.821,82</b>	<b>100</b>	<b>18.777.043.379,65</b>	<b>100</b>	

Fonte: Tesouro Gerencial. Dados referentes às UGE listadas pela UPC EMA.

**4.2.5.2 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA**

<b>DESPESAS CORRENTES</b>								
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não Processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>1. Despesas de Pessoal</b>								
APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	6.147.596.757,61	5.820.515.890,71	6.147.596.757,61	5.820.515.890,71	-	-	6.147.596.757,61	5.820.515.890,71
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES. MILITAR	5.128.298.663,37	5.148.521.524,34	5.128.298.663,37	5.148.521.524,34	-	-	5.128.298.663,37	4.933.033.818,92
PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	4.653.225.783,75	4.439.693.684,23	4.653.225.783,75	4.439.693.684,23	-	-	4.653.225.783,75	4.435.822.109,21
DEMAIS ELEMENTOS DO GRUPO	1.027.929.479,94	728.210.862,51	1.027.929.479,94	728.210.862,51	-	-	1.027.929.479,94	720.308.825,15
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>								
JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO - LC 141/12	113.740.841,34	159.294.669,83	113.740.841,34	159.294.669,83	-	-	113.740.841,34	159.294.669,83
OUTROS ENCARGOS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	54.537.682,38	54.186.629,59	54.537.682,38	54.186.629,59	-	-	54.537.682,38	54.186.629,59
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>								
MATERIAL DE CONSUMO	499.517.077,05	503.303.897,90	403.455.956,22	403.306.801,03	96.061.120,83	99.997.096,87	370.880.982,12	323.050.123,17
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	528.033.092,05	489.285.161,47	456.683.457,13	409.401.602,88	71.349.634,92	79.883.558,60	443.582.817,04	296.896.675,57
INDENIZACOES E RESTITUICOES	226.091.376,95	297.363.004,93	226.019.502,68	297.358.481,34	71.874,27	4.523,59	226.015.632,66	295.906.065,58
AUXILIO-TRANSPORTE	152.246.432,88	122.844.247,54	152.226.877,63	122.844.247,54	19.555,25	-	152.226.877,63	122.844.247,54
DEMAIS ELEMENTOS DO GRUPO	306.770.158,76	231.400.715,02	301.173.575,65	229.917.244,58	5.596.583,11	1.483.470,44	300.369.294,69	224.479.848,08

<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não Processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>4. Investimentos</b>								
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PJ	296.826.458,58	288.333.741,32	253.375.765,98	224.412.352,95	43.450.692,60	63.921.388,37	249.960.958,98	118.213.566,11
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	104.966.817,38	210.290.902,86	73.608.156,69	145.150.834,09	31.358.660,69	65.140.068,77	69.737.936,20	89.196.020,79
OBRAS E INSTALACOES	118.085.898,93	203.612.315,05	50.405.515,53	51.318.972,20	67.680.383,40	152.293.342,85	50.405.515,53	35.840.936,32
DEMAIS ELEMENTOS DO GRUPO	42.124.089,47	97.578.774,54	30.684.976,20	79.802.693,78	11.439.113,27	17.776.080,76	18.962.490,94	72.825.265,93
<b>5. Inversões Financeiras</b>								
XXX	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>6. Amortização da Dívida</b>								
PRINCIPAL CORRIGIDO DA DIVIDA CONTRATUAL RESG	892.387.450,94	1.074.628.687,15	892.387.450,94	1.074.628.687,15	-	-	892.387.450,94	1.074.628.687,15

Fonte: Tesouro Gerencial. Dados referentes às UGE listadas pela UPC EMA.

#### **4.2.5.3 - Análise crítica da realização de Despesas**

O exercício de 2016 foi vigorosamente influenciado pela grave crise econômica. Sendo assim, o Governo foi obrigado a adotar, ao longo de todo o exercício, medidas de ajuste e de limitação de repasses de recursos orçamentários e financeiros. Após a sanção da Lei Orçamentária Anual (LOA), o Governo aplicou, inicialmente, medidas que limitaram a execução mensal dos recursos relativos a Custeio (“um doze avos” e, posteriormente, “um dezoito avos”), tendo a MB recebido um Limite de Movimentação e Empenho (LME) inicial que configurou-se como o menor valor em quatorze anos.

Nos 2º e 3º trimestres, uma melhora no cenário político nacional, aliada a um abrandamento da crise econômica, levou a um descontingenciamento de recursos ocorrido em junho de 2016, o que elevou o teto das Despesas Discricionárias da MB, permitindo a mínima operacionalidade da Força, que conciliou despesas de funcionamento e a manutenção das atividades essenciais com a continuidade dos poucos projetos prioritários para os quais fora possível alocar recursos.

Os valores contingenciados, somados ao bloqueio da quase totalidade dos valores correspondentes às Emendas Parlamentares (EP), espelhavam um valor disponível aquém daquele esperado para o exercício. Deste modo, para fazer frente às dificuldades ao longo do ano, a Alta Administração Naval tomou providências, redirecionando recursos, remanejando valores e definindo metas estratégicas com prioridade de atendimento, evitando comprometer a agilidade e afetar a credibilidade da Força em honrar seus acordos. A MB, durante todo o exercício, continuou a empenhar-se junto aos órgãos de planejamento e orçamento governamentais em busca da liberação dos montantes contingenciados, o que veio a se concretizar ao final do 4º trimestre.

Fruto do esforço permanente da MB em sensibilizar o Ministério da Defesa (MD) e a área econômica do Governo da importância de assegurar a operacionalidade da Força e a continuidade dos projetos estratégicos, foram obtidas sucessivas liberações de créditos, que propiciaram alcançar, ao final do ano, um LME que permitiu honrar os compromissos assumidos.

Vale ressaltar que, apesar de todas as dificuldades enfrentadas no decorrer do exercício, os Setores levaram a termo a execução orçamentária de 2016 com presteza e eficiência, o que permitiu à MB manter-se em níveis adequados de aprestamento e prosseguir, paulatinamente, com os investimentos indispensáveis à modernização de equipamentos e à qualificação do nosso pessoal.

### **4.3 - Desempenho Operacional**

#### **4.3.1 - Apresentação e análise de Indicadores de Desempenho**

Conforme anteriormente citado, a atual revisão do PEM visa, entre outros pontos, permitir a construção de Indicadores Estratégicos de Desempenho ligados aos Objetivos do Mapa Estratégico e Ações Estratégicas relacionadas. Pretende-se fazer a necessária correlação desses elementos ao Sistema do Plano Diretor (SPD) para construir a devida conectividade ao PPA e, portanto, à realidade orçamentária do Ministério da Defesa.

Espera-se, com a articulação dos elementos acima descritos, melhorar a identificação das dificuldades na consecução dos Objetivos Estratégicos da Força, facilitando a Gestão Estratégica.

## 5.0 - INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

### 5.1 - Descrição das Estruturas de Governança

Conforme definição contida na publicação do TCU “Governança Pública: referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública e ações indutoras de melhoria”, a Governança no setor público é “um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para AVALIAR, DIRECIONAR E MONITORAR a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade”.

Neste contexto, para poder avaliar, direcionar e monitorar sua gestão, as OM possuem em sua estrutura interna o Conselho de Gestão, cuja base normativa está apresentada na publicação da SGM intitulada “SGM-107 - Normas Gerais de Administração”, que têm por finalidade assessorar o Comando ou a Direção da OM na administração econômico-financeira e gerencial e no desenvolvimento organizacional, mediante planejamento, programação, controle e fiscalização da aplicação de recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais colocados à disposição da OM ou pelos quais seja responsável, bem como promover o desenvolvimento e a implementação de melhores práticas de gestão e avaliação dos seus processos administrativos em uma estratégia de aprimoramentos contínuos.

O Conselho de Gestão integra-se à estrutura organizacional da OM como órgão de assessoramento, sendo responsável pela promoção da qualidade de sua gestão, em conformidade com os conceitos e fundamentos disseminados por meio do programa de excelência gerencial da Marinha. Possui composição variável em função dos temas a serem discutidos.

O referido Conselho é reunido mensalmente, em caráter ordinário, ou por convocação do presidente, em caráter extraordinário. Dentre suas principais atribuições, destacamos o acompanhamento e monitoramento da administração econômico-financeira dos recursos orçamentários e o acompanhamento e avaliação dos Indicadores de Desempenho.

Cabe ressaltar, como importantes estruturas de governança da MB, o Conselho do Plano Diretor (COPLAN), o Conselho Financeiro e Administrativo da Marinha (COFAMAR) e o Conselho de Tecnologia da Informação da Marinha (COTIM). O COPLAN e o COFAMAR estão voltados ao planejamento e administração financeira dos recursos orçamentários alocados à MB. Suas bases normativas encontram-se descritas na publicação da SGM intitulada “SGM-401 - Normas para a Gestão do Plano Diretor”. Já o COTIM é voltado para os assuntos relacionados à Governança de TI na MB. Sua normatização encontra-se na publicação do EMA intitulada “EMA-416 - Doutrina de Tecnologia da Informação” e, recentemente, suas competências foram atualizadas por meio da Portaria nº 323/2016, do CM.

O COPLAN é um órgão consultivo, de caráter permanente, que tem o propósito de assessorar o CM no trato dos assuntos relacionados com o Ciclo de Planejamento do Sistema do Plano Diretor (SPD). Em suas reuniões, o COPLAN compatibiliza as necessidades apresentadas pelos Órgãos de Direção Setorial com os recursos disponíveis, sob a ótica das prioridades estabelecidas para a MB, com o objetivo de montar o Plano de Ação (PA) para o exercício subsequente. O PA da Marinha é o programa utilizado como base para a elaboração da Proposta Orçamentária da MB. O PA também servirá de ferramenta para o acompanhamento orçamentário dos recursos após a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), permitindo assim o embasamento de eventuais pleitos de ampliação da capacidade de execução orçamentária e financeira da Força.

Dentre as atribuições do COPLAN, destacam-se a apreciação de: propostas de alteração do Plano Diretor; propostas de criação ou extinção de Plano de Metas e Empreendimentos Modulares; propostas de revisão do Plano Plurianual; proposta orçamentária da MB; estudos de viabilidade

orçamentária de contratações plurianuais; proposta de Plano de Ação; e outros assuntos pertinentes ao Plano Diretor, por iniciativa do presidente ou de qualquer de seus membros.

O COPLAN possui a seguinte formação:

- Presidente: CEMA;
- Membros: Titulares dos ODS;
- Secretaria-Executiva: Diretor de Coordenação do Orçamento da Marinha;
- Assessores: Diretor de Gestão Orçamentária da Marinha e Chefe do GCM; e
- Secretário: Subchefe de Orçamento e Plano Diretor do EMA.

O COFAMAR tem como propósito assessorar o CM nos assuntos administrativo-financeiros, exercendo o mais elevado nível de controle da execução do PA, estando presente no mais alto nível de controle interno da Administração Naval. Em suas reuniões, o COFAMAR avalia a execução físico-financeira do PA, a situação do Fundo Naval (FN) e outras atividades relacionadas com a administração financeira da MB.

Dentre suas atribuições, destacam-se: atuar, na qualidade de Junta Administrativa do FN, orientando a sua gestão e controlando-o, segundo os preceitos legais e regulamentares que o regem; apreciar os níveis de participação do FN na complementação dos recursos necessários à execução do planejamento da Marinha; orientar as aplicações financeiras do FN e dos demais Fundos pertencentes ou sob a supervisão da MB; apreciar o desenvolvimento físico-financeiro do PA, bem como qualquer assunto que lhe seja atinente; realizar o acompanhamento e avaliação físico-financeira das Contratações Plurianuais, bem como dos Empreendimentos Modulares (EM); e apreciar eventuais solicitações de alteração nos níveis de Contratação Plurianual previamente definidos.

O COFAMAR possui a seguinte formação:

- Presidente: CM;
- Membros: CEMA e Titulares dos ODS;
- Secretaria-Executiva: Diretor de Coordenação do Orçamento da Marinha;
- Assessores: Diretor de Gestão Orçamentária da Marinha, Diretor de Finanças da Marinha, Diretor do Centro de Controle Interno da Marinha e Subchefe de Orçamento e Plano Diretor do EMA; e
- Secretário: Chefe do Gabinete do CM.

O COTIM é destinado a assessorar o Comandante da Marinha no trato dos assuntos relacionados à Governança da TI na MB.

Dentre suas atribuições, destacam-se: deliberar sobre as medidas necessárias e coordenar a implantação das atividades de Governança de TI na Marinha; aprovar diretrizes e normas doutrinárias sobre Governança de TI na MB; aprovar a Doutrina de TI da Marinha; priorizar os projetos de TI na MB; aprovar o Programa de Trabalho da Comissão Técnica de Tecnologia da Informação (COTEC-TI); e deliberar sobre outros assuntos pertinentes à Governança de TI na MB, por iniciativa do Presidente ou de qualquer de seus membros.

O COTIM possui a seguinte constituição:

- Presidente: CEMA;
- Membros: Titulares dos ODS;
- Assessor: Diretor de Comunicações e Tecnologia da Informação da Marinha; e
- Secretário: Subchefe de Logística e Mobilização do EMA.

Dentre as diversas decisões tomadas nas reuniões do Conselho de Tecnologia da Informação da Marinha (COTIM) em 2016, destacam-se a aprovação do INFORMAR - Simpósio de Tecnologia da Informação e Comunicações da Marinha - 2016 e a criação de Centros Locais de



Tecnologia da Informação (CLTI) nas seguintes OM: Escola de Guerra Naval (EGN), Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW), Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA), Escola Naval (EN) e Hospital Naval Marcilio Dias (HNMD).

Cabe ainda ressaltar que, subordinado diretamente ao Comandante da Marinha, há o Centro do Controle Interno da Marinha (CCIMAR). Este Centro é responsável, em linhas gerais, pelo assessoramento ao CM nos assuntos afetos ao Controle Interno na MB, bem como orientar e fiscalizar as atividades de Controle Interno das demais OM.

Conforme descrito em seu Regimento Interno, são tarefas do CCIMAR:

I - planejar, dirigir, coordenar e executar as atividades de Controle Interno, por meio da realização de auditoria, análise e apresentação de contas no âmbito do Comando da Marinha;

II - orientar as OM, em função das atividades de auditoria, análise e apresentação de contas, quanto às boas práticas de gestão, visando à utilização dos recursos financeiros e patrimoniais da MB com regularidade e efetividade;

III - orientar e apoiar tecnicamente as Unidades Jurisdicionadas (UJ) Apresentadoras de Contas ao longo do exercício e, em especial, por ocasião da preparação dos processos de contas anuais, a serem encaminhados ao Tribunal de Contas da União (TCU);

IV - coordenar, analisar e encaminhar ao TCU os processos de contas das UJ ao Controle Interno da MB;

V - analisar e homologar os processos e os atos relativos ao pessoal da MB, visando ao cumprimento das normas e procedimentos dos sistemas do TCU;

VI - orientar tecnicamente e administrar as atividades inerentes à qualificação e aprimoramento do pessoal, relacionadas aos assuntos de Controle Interno e Externo na MB;

VII - coordenar e fiscalizar o cumprimento das diligências e demais solicitações de informações encaminhadas ao Controle Interno da MB;

VIII - promover os ajustes de contas e indenizações à Fazenda Nacional;

IX - manter intercâmbios com os demais Órgãos de Controle Interno e Externo da Administração Federal;

X - representar a MB no Conselho de Controle Interno do Ministério da Defesa (CCI-MD);

XI - apoiar, no que lhe for solicitado, o Controle Externo no exercício de sua Missão Institucional;

XII - controlar a situação de Quitação com a Fazenda Nacional (QFN) do pessoal da MB; e

XIII - assessorar o Conselho Financeiro e Administrativo da Marinha (COFAMAR) nos assuntos designados ao CCIMAR.

## **5.2 - Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos**

No âmbito da MB, os seguintes procedimentos podem ser instaurados quando há indícios de possíveis irregularidades cometidas por servidores civis ou militares, com o intuito de esclarecer o ocorrido:

- Sindicância (para servidores civis ou militares);
- Inquérito Policial Militar (IPM) (para servidores civis e militares);
- Processo Administrativo Disciplinar Sumário (apenas para servidores civis); e
- Processo Administrativo Disciplinar Ordinário (apenas para servidores civis).

A sindicância é o procedimento administrativo investigatório sumário que se destina a apurar ocorrências anômalas ao serviço, sobre as quais o Titular da OM considere necessário maiores esclarecimentos que não configurem, a princípio, crime militar. Tal procedimento não se confunde com o processo administrativo nem com o IPM, não admitindo, para a apuração dos fatos, que sejam adotadas medidas que impliquem ações coercitivas. Se da Sindicância resultarem indícios de

ocorrência de ilícito penal, a autoridade nomeante determinará a instauração do competente IPM e/ou, no caso de contravenção disciplinar determinará as providências necessárias para a responsabilização disciplinar do imputado, observando-se os procedimentos previstos nas normas da MB.

O IPM é o procedimento administrativo investigatório instaurado no exercício da polícia judiciária militar, disciplinado pelo Código do Processo Penal Militar (CPPM), destinado à apuração de fato caracterizado, em tese, como crime militar, e à consequente identificação da autoria do mesmo, a fim de subsidiar a propositura da Ação Penal pelo Ministério Público Militar (MPM). Na hipótese da conduta configurar, ao mesmo tempo, crime militar e contravenção disciplinar (art. 42, § 2º, do Estatuto dos Militares c/c art. 9º do Regulamento Disciplinar para a Marinha), não deverá haver procedimento administrativo para apuração de contravenção disciplinar, salvo se, na hipótese de arquivamento ou absolvição, em sede de Inquérito Policial/Processo, Militar/Comum, ficar constatada a existência de falta residual por parte do militar que não tenha sido absolvido por inexistência do fato ou por negativa de autoria, pelo mesmo fato.

O procedimento sumário do Processo Administrativo Disciplinar (PAD sumário) é instaurado para a apuração das transgressões disciplinares de abandono de cargo, inassiduidade habitual e acumulação ilícita de cargos, empregos ou funções públicas. O PAD sumário somente é aplicado nessas situações.

O procedimento ordinário do Processo Administrativo Disciplinar (PAD ordinário) é o instrumento legal destinado a apurar responsabilidade pela prática de irregularidade apontada em parte de ocorrência, denúncia, Sindicância ou Inquérito Policial Militar (IPM). Ele é instaurado para a apuração de falta disciplinar cuja penalidade seja de suspensão superior a trinta dias, demissão, destituição de cargo em comissão ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

Em todos os procedimentos citados acima, caso seja constatada a ocorrência de dano ao erário, o processo será encaminhado ao Centro de Controle Interno da Marinha, órgão responsável pelas ações de ressarcimento aos cofres públicos.

No caso de abertura de algum destes procedimentos tendo como indiciado um servidor civil, a OM na qual esteja lotado este servidor deverá emitir uma Portaria informando a abertura do procedimento e enviar uma cópia para a Diretoria de Pessoal Civil da Marinha, que é o órgão da MB responsável pela inserção dos dados destes procedimentos no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGUPAD, conforme as orientações estabelecidas na Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007.

A base normativa que disciplina a matéria na MB, está fundamentada nos seguintes documentos:

a) Militares:

- DGPM-315 - Normas sobre Justiça e Disciplina na MB; e
- SGM-601 - Normas sobre Auditoria, Análise e Apresentação de Contas na Marinha.

b) Servidores Civis:

- DGPM-204 - Normas sobre Direitos e Deveres dos Servidores Civis na MB; e
- SGM-601 - Normas sobre Auditoria, Análise e Apresentação de Contas na Marinha.

### 5.3 - Gestão de Riscos e Controles Internos

Buscando adaptar-se ao preconizado pelo Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA), a MB desenvolveu o Programa Netuno, que tem por propósito “apresentar situações e procedimentos de caráter operacional a serem observados pelas OM de modo a complementar as diretrizes estatuídas nas publicações Manual de Gestão Administrativa da Marinha (EMA-134) e Manual de Visitas, Inspeções e Reuniões Funcionais da Marinha (EMA-130), no intuito de contribuir para a implementação de uma gestão de alta performance na MB, bem como, para o aumento da visibilidade institucional por intermédio do Programa Netuno”, conforme

definido no item 4.1 do capítulo 4 da publicação SGM-107 “Normas Gerais de Administração”, Volume I, da Secretaria-Geral da Marinha.

O Programa Netuno consolida o compromisso institucional da MB com a melhoria da qualidade da gestão das OM, repercutindo na orientação estratégica voltada para a excelência gerencial em consonância com o Modelo de Excelência em Gestão Pública (MEGP), divulgados pelo Governo Federal.

Por intermédio do Programa Netuno, capitaneado pela Diretoria de Administração da Marinha, busca-se levar e consolidar a cultura de excelência gerencial para todas as OM da MB, apresentando ferramentas que permitam uma melhor Gestão de Riscos e o desenvolvimento de dispositivos de Controle Interno.

Dentro do preconizado no Programa Netuno, as OM da MB realizam a avaliação de suas gestões mensalmente, por ocasião das reuniões do Conselho de Gestão. Os militares e servidores civis designados para exercerem funções internas são indicados mediante observância do princípio da fiscalização intercorrente, não sendo permitido que uma mesma pessoa exerça funções de execução e controle ao mesmo tempo. Todas as contas de gestão são analisadas por militares ou servidores que não sejam os próprios gestores, o agente fiscal ou o ordenador de despesas. As reuniões mensais do Conselho de Gestão aumentam a transparência dos processos e contribuem para o bom desempenho do controle interno.

O EMA iniciou no exercício de 2015 a sua Autoavaliação de Gestão, que foi validada pela Diretoria de Administração da Marinha em 2016.

A Autoavaliação de Gestão é um processo de avaliação que tem o propósito de identificar necessidades de melhoria constantes nas OM, utilizando-se de um modelo próprio de excelência, adaptado do MEGP para a cultura dos órgãos da estrutura da MB.

Os critérios do Modelo de Excelência do Programa Netuno são divididos em itens a serem avaliados na OM, conforme a lista de Inspeção Administrativa Militar (IAM) P-10, constante no EMA-130, e possuem pontuação específica. O somatório das pontuações de todos os critérios é 1.000 pontos, pontuação máxima a ser obtida na avaliação da gestão por meio da lista P-10. Cabe destacar que, dos 1.000 pontos possíveis, a OM se autoavaliou com 462 pontos, sendo 450 validados pela Diretoria de Administração da Marinha (DAdM).

Por meio deste processo, foram identificados os principais pontos a serem melhorados na organização, o que permitiu a mesma desenvolver seu Plano de Melhoria de Gestão, por intermédio da Comissão de Avaliação e Gestão, designada pela Portaria nº 146/EMA, de 13 de setembro de 2016, que também é responsável pelo acompanhamento da evolução das ações do referido Plano. Desta forma, objetiva-se mitigar os pontos fracos que atrapalham o bom desempenho do órgão, gerenciando aqueles que apresentam maiores riscos ao desenvolvimento das atividades finalísticas.

A gestão de riscos, no âmbito da MB, está normatizada no capítulo 11 da SGM-107, e consiste na aplicação de princípios e processos para identificação e avaliação de riscos aos quais as Organizações estão expostas em suas atividades. Esse gerenciamento encontra-se sob responsabilidade dos Conselhos de Gestão, e aborda os processos de identificação, análise, planejamento de respostas e controle de riscos, com objetivo de aumentar a probabilidade e o impacto dos eventos positivos e eliminar, ou minimizar, os negativos.

A respeito do tema, a Controladoria Geral da União e o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão resolveram, por meio da Instrução Normativa Conjunta nº 1/2016, que os Órgãos e Entidades do Poder Executivo Federal deverão adotar uma série de medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, controles internos e governança.

A MB vem cumprindo a essência dessas boas práticas, por meio do Sistema de Controle Interno da MB (SCIMB), da atuação dos Conselhos de Gestão, da implantação de Controles Internos de Gestão e dos processos de Gestão de Riscos, conforme constam nas Normas SGM-107 (6ª Rev.) e SGM-601 (5ª Rev.).

Cabe ressaltar, ainda, que o Plano Estratégico da Marinha (PEM), em revisão, abordará uma política de gestão de riscos, tendo como propósito apresentar critérios para análise e avaliação de riscos na MB.

**6.0 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO****6.1 - Gestão de Pessoas****6.1.1 - Estrutura de Pessoal da Unidade****6.1.1.1 - Força de Trabalho da UPC****QUADRO 6.1.1.1 - FORÇA DE TRABALHO DA UPC POSIÇÃO EM 31/12/2016**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>92.955</b>	<b>81.660</b>	<b>7.743</b>	<b>5.979</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4+1.2.5)	92.955	81.660	7.743	5.979
1.2.1. Militares	80.507	76.617	7.714	5.767
1.2.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	12.316	4.911	29	212
1.2.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	118	118	0	0
1.2.4. Servidores de carreira em exercício provisório	5	5	0	0
1.2.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	9	9	0	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>4.861</b>	<b>4.626</b>	<b>549</b>	<b>339</b>
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>97.819</b>	<b>86.289</b>	<b>8.292</b>	<b>6.318</b>

Fonte: DGPM

**6.1.1.2 - Distribuição da Lotação Efetiva****QUADRO 6.1.1.2 - DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA**

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>	<b>40.046</b>	<b>41.614</b>
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4+1.2.5)	40.046	41.614
1.2.1. Militares	35.003	41.614
1.1.3. Servidores de carreira vinculada ao órgão	4.911	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício descentralizado	118	0
1.1.5. Servidores de carreira em exercício provisório	5	0
1.1.6. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	9	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>2.267</b>	<b>2.359</b>
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	<b>3</b>	<b>0</b>
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>42.316</b>	<b>43.973</b>

Fonte: DGPM

**6.1.1.3 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UPC****QUADRO 6.1.1.3 - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UPC**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>62</b>	<b>59</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	1	1	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	61	58	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	37	34	0	0

1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	1	1	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	4	4	0	0
1.2.5. Aposentados	19	19	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>804</b>	<b>748</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	804	748	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>866</b>	<b>807</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: DGPM

#### 6.1.1.4 - Análise Crítica

A aprovação da Lei nº 12.216/2010, que autorizou o Aumento de Efetivo (AE) de militares da MB, norteou um planejamento de crescimento de pessoal, a ser realizado no decorrer de 20 anos, priorizando o atendimento das necessidades de pessoal para os programas prioritários da Marinha, quais sejam: a revitalização do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), o Programa Nuclear da Marinha (PNM), o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), o Programa de Reaparelhamento da Marinha (PRM) e a 2ª Esquadra/2ª Força de Fuzileiros da Esquadra.

A metodologia de distribuição do AE previa a adequação das Tabelas de Lotação a cada cinco anos. A primeira parcela do AE ocorreu em 2011 e as demais estavam previstas para serem implementadas em 2016, 2021 e 2026. Contudo, em 2015, final do 1º quinquênio, surgiu a necessidade de se reavaliar os parâmetros de planejamento do AE.

Tendo em vista a reavaliação do AE, oriunda de deliberações do Conselho de Planejamento e Pessoal (COPLAPE), as novas Curvas-Padrão foram calculadas para uma obtenção planejada de militares de carreira em 30 anos, não mais em 20 anos. A adoção das Curvas-Padrão de segurança assegurou uma redução nos ingressos de Oficiais e Praças de carreira.

Em decorrência da necessidade de adequação do nível de controle do Sistema de Pessoal, foi criado o Programa de Gestão de Pessoal (PROPES), com base nos conceitos de Força de Trabalho e Gestão de Pessoas por Competências. A implantação das Tabelas Mestras de Força de Trabalho (TMFT) será realizada, após o mapeamento de todas as OM.

Cabe ressaltar, ainda, a atuação do Grupo de Trabalho (GT) de delineamento do efetivo da Força de Trabalho, que, em 2016, iniciou seus estudos para definir ações para redução da Força de Trabalho da MB. Dentre as ações apontadas pelo GT, podemos citar a proposta de fusão de atividades comuns entre OM; redução de cargos e funções de carreira; e a substituição gradativa de militares de carreira por militares temporários, de onde depreendemos que, em termos de efetivo de militares, a Marinha vem realizando as medidas necessárias para o real dimensionamento da Força de Trabalho visando o cumprimento de sua missão institucional.

Para recompor parcialmente a lotação da MB de Servidores Civis, observando o Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, foram instruídos, em 2016, quatro processos de solicitação de autorização ao Ministério do Planejamento para realizar concursos públicos, para o preenchimento de 890 vagas do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE); 558 do Plano de Carreiras da área de Ciência e Tecnologia (PCC&T); 127 vagas do Plano de Carreiras dos Cargos de Tecnologia Militar (PCCTM); e 40 vagas do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal.

Foi autorizada, pelo MP, a contratação de 260 profissionais, por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público. Os profissionais a serem contratados atuarão em processos inseridos no Plano Hidroviário Estratégico (PHE), no Plano Nacional de Integração Hidroviária (PNIH), no Programa Nacional de Dragagem (PND), em obras e hidrovias e portos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e em projetos relacionados a portos organizados e instalações portuárias.

Por restrições impostas pelo Governo Federal, devido a situação financeira, o recompletamento de Pessoal Civil está limitado.

**6.1.2 - Demonstrativo das Despesas com Pessoal****QUADRO 6.1.2 - DESPESAS COM PESSOAL**

(Valores em R\$ 1,00)

Tipologias/Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Militares</b>											
Exercícios	2016	4.976.755.195,22	0,00	0,00	0,00	336.449.592,28	90.226.615,36	271.239.518,49	6.433.958,59	19.069,38	5.681.123.949,32
	2015	4.796.981.242,14	0,00	0,00	0,00	297.802.868,23	36.789.644,99	342.254.375,60	7.551.999,65	20.814,76	5.481.400.945,37
<b>Servidores de Carreira vinculados ao órgão da Unidade</b>											
Exercícios	2016	906.811.653,76	3.228.573,67	100.599.101,41	241.206.643,35	14.387.330,21	41.161.399,68	3.413.731,79	8.054.383,03	3.539.538,89	1.355.574.892,21
	2015	895.809.545,05	3.088.634,10	97.868.320,88	241.083.158,36	12.377.292,89	37.676.177,64	4.248.837,06	1.886.322,06	3.382.324,52	1.288.922.938,44
<b>Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da Unidade</b>											
Exercícios	2016	0,00	102.455,74	14.386,83	36.935,07	249,84	0,00	0,00	0,00	0,00	154.027,48
	2015	0,00	77.331,18	9.407,76	38.186,54	0,00	0,00	0,00	850,84	0,00	125.776,32
<b>Servidores SEM VÍNCULO com a Administração Pública (exceto temporários)</b>											
Exercícios	2016	0,00	1.674.454,28	157.408,94	41.026,56	14.736,90	2.913,18	0,00	2.581,02	0,00	1.893.120,88
	2015	0,00	1.636.692,80	148.653,22	55.521,64	12.284,64	3.073,20	0,00	4.639,36	0,00	1.860.864,86
<b>Servidores cedidos com ônus</b>											
Exercícios	2016	836.036,59	0,00	142.353,16	748.806,17	100.408,00	135.233,33	712,22	303.475,78	0,00	2.265.600,81
	2015	932.511,93	0,00	135.998,56	791.585,72	80.170,38	128.764,63	7,08	3.733,27	0,00	2.072.757,41
<b>Servidores com contrato temporário</b>											
Exercícios	2016	0,00	5.641.627,90	75.473.698,04	0,00	101,70	0,00	1.191.139,50	0,00	0,00	82.306.567,14
	2015	0,00	5.293.371,76	172.249.398,73	0,00	0,00	0,00	2.486.618,82	0,00	0,00	180.029.389,31

Fonte: PAPEM

**6.1.3 - Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal**

O cenário econômico vivenciado pelo país submeteu o orçamento da MB a severos cortes e contingenciamentos, dificultando a realização de investimentos e manutenção dos meios da Força.

A principal consequência na gestão de recursos humanos foi a restrição à participação do pessoal em cursos de capacitação. Devido ao período de instabilidade, a população vem demandando por empregos financeiramente estáveis. Nesse contexto, a carreira militar ainda se destaca e vem sendo muito cogitada como opção para alcançar a estabilidade financeira, oferecendo, ainda, possibilidade de ascensão.

Tem sido observado, ainda, o crescimento da complexidade nas ações relativas à gestão de pessoal, face ao atendimento às ações judiciais decorrentes, muitas vezes, das diversas mudanças na legislação.

Os aspectos abordados abaixo ocasionam dificuldades (pontos fracos) na gestão de recursos humanos:

- Dificuldade em liberar o pessoal para cursos e simpósios, devido à elevada demanda de trabalho e custos;

- Dificuldade em capacitar pessoal, em virtude de poucas vagas para cursos; e  
- Pouco tempo disponível para troca de informações e melhorias das práticas, devido ao fato de a tripulação estar absorvida em processos urgentes de sua responsabilidade.

Fruto das dificuldades, relaciona-se a seguir os riscos de falhas administrativas na condução da gestão de pessoal, que podem comprometer o cumprimento da missão da OM:

1. Possibilidade de erro na confecção de documentos;
2. Possibilidade de ultrapassar prazos estabelecidos por autoridade legal e judicial;
3. Possibilidade de erro na movimentação de pessoas, gerando problemas de ordem financeira ou social;
4. Falta de pessoal habilitado a exercer algumas funções; e
5. Possibilidade de erro de julgamento e análise dos requisitos necessários aos processos seletivos para cursos, promoções e comissões de militares.

A fim de mitigar esses riscos, foram implementadas medidas voltadas para a capacitação e a motivação da força de trabalho, com todos os recursos disponíveis, valorizando o elemento humano e investindo na sua qualificação e na adoção de medidas que lhe assegurem melhoria no seu desempenho.

A CGU, por meio da Instrução Normativa Conjunta nº 1/2016, determinou aos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, a adoção de uma série de medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos. A Diretoria de Administração da Marinha (DAdM), por meio do Boletim de Ordens e Notícias (BONO) nº 606/2016, divulgou que as OM deveriam implementar suas Políticas de Gestão de Riscos, até 11MAI2017.

Em 2016, a Diretoria do Pessoal Militar da Marinha (DPMM) foi objeto de auditoria *in loco* pelo Centro de Controle Interno da Marinha (CCIMAR), que considerou, dentre outras análises, a necessidade de sistematizar as práticas relacionadas à gestão de riscos da OM. A DPMM instituiu um GT, por meio da Portaria nº 2634/2016, a fim de elaborar proposta do Plano de Gestão de Riscos da OM.

Por meio dos trabalhos realizados no GT, foram identificados mais de 50 riscos no âmbito da DPMM, riscos que causariam impacto na missão da OM e, conseqüentemente, no Setor de Pessoal da MB.

Cabe ressaltar que, desde DEZ2016, o tema entrou em pauta nos Conselhos de Gestão da OM.

A finalização do Plano de Gestão de Riscos da DPMM, prevista para MAR2017, irá permitir um aperfeiçoamento da Gestão Administrativa relacionada ao pessoal, assegurando o aprimoramento da eficiência, eficácia e efetividade das atividades realizadas.

Quanto à gestão de riscos relacionados ao Pessoal Civil, em todos os Planos/Carreiras administrados pela MB existe um déficit significativo de pessoal em relação à lotação autorizada, tornando urgente e necessária a reposição da Força de Trabalho. Para a lotação de 12.316 cargos, o efetivo da MB é atualmente de 4.911 servidores, sendo que a média de idade destes é de 55 anos e a de tempo de serviço é de 28 anos. Se considerados os redutores legalmente previstos por atividades especiais, o fator tempo de serviço abrevia ainda mais a permanência em atividade de grande parte do efetivo que labuta na MB.

Vale ressaltar que os servidores civis que percebem Abono de Permanência (2.515) podem requerer aposentadoria a qualquer momento, ou seja, 2.396 servidores ainda não recebem o abono.

Constata-se, portanto, que uma parcela significativa do efetivo atual é constituída de mão de obra instável.

#### **6.1.4 - Contratação de Pessoal de Apoio e Estagiários**

##### **6.1.4.1 - Contratação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos**



## do Órgão

As Contratações de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos constam no Anexo B deste Relatório.

### 6.1.4.2 - Contratação de Estagiários

**TABELA 1: Quadro de Vagas na MB**

Tipo de Estágio	Quantitativo	Distribuído	Reserva
Nível Superior	656	446	210
Nível Médio	945	251	904
<b>TOTAL</b>	<b>1601</b>	<b>697</b>	<b>904</b>

**TABELA 2: Valor por Estagiário Remunerado/Mês (R\$)**

NÍVEL	Taxa Adm.	Auxílio Transporte	Valor da Bolsa	Total Mensal
Nível Superior 30 horas	15,20	132,00	520,00	667,20
Nível Médio 30 horas	15,20	132,00	290,00	437,20
Nível Superior 20 horas	15,20	132,00	364,00	511,20
Nível Médio 20 horas	15,20	132,00	203,00	350,20

As Normas para Contratação de Estagiário estão definidas na DGPM-201 - Normas sobre Planejamento, Lotação, Capacitação e Controle do Pessoal Civil (Rev-4).

O quadro de contratação de estagiários apresenta o total de 656 vagas de Estagiário com Nível Superior, sendo que foram preenchidas 446 na área Meio, em 2016, e o gasto anual foi de R\$769.457,00. Para Estagiário com Nível Médio, do total de 945 vagas na área Meio, foram preenchidas 251, com um gasto de R\$433.035,00; o gasto total anual foi de R\$1.202.492,00.

Os recursos recebidos do Governo Federal não têm sido suficientes para atender as despesas com os estagiários nos últimos anos, sendo necessária a realocação de recursos complementares pela MB.

## 6.2 - Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura

### 6.2.1 - Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

A gestão administrativa do patrimônio imobiliário é levada a efeito regularmente, de acordo com o documento normativo “SGM-104 – Normas para o Patrimônio Imobiliário da Marinha”, que estabelece normas para administração, incorporação e desincorporação dos bens imóveis da União sob jurisdição da MB.

Os imóveis da União, sob jurisdição da MB, são cadastrados em dois sistemas: o de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e o do Cadastro Imobiliário da Marinha (CADIMAweb).

O cadastramento de imóveis no SPIUnet é efetuado pelas OM que os tenham sob sua responsabilidade contábil, com informação para a Diretoria de Administração da Marinha (DAdM), a quem cabe o controle sobre o cadastro geral dos imóveis da MB.

Já o CADIMAweb é um sistema informatizado, sob a responsabilidade da DAdM, destinado ao gerenciamento dos imóveis sob jurisdição da MB, especificando localização, características físicas, documentação e plantas dos terrenos e das benfeitorias. A atualização do Sistema é de competência da OM responsável por tombos ou benfeitorias.

Os riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los são:

a) Risco de Invasão – para mitigá-lo, a MB conta com os Planos de Segurança Orgânica (PSO) das OM, que normatizam os procedimentos a serem tomados concernentes as respectivas áreas e instalações. As OM também contam com os militares de efetivo serviço armado, devidamente treinados, com apoio de Circuito Fechado de Televisão (CFTV), muros e cercas e, em alguns casos, sensores de presença e cerca elétrica. As entradas desses imóveis são realizadas mediante identificação e todos os procedimentos de segurança são observados, com o objetivo de manter a integridade dos imóveis;

b) Incêndio – as instalações são planejadas e distribuídas de acordo com os riscos desta natureza, calculados de grau maior ou menor. A tripulação recebe adestramentos de serviço contendo orientações de combate a princípios de incêndio. O pessoal recém embarcado, sempre que possível, é matriculado de imediato em Curso Expedito de Combate a Incêndio (CBINC). Há também um grupo de Controle de Avarias (CAV) estabelecido para guarnecer em caso de incêndio, conforme estabelecido nas Normas Internas das OM;

c) Derramamento de óleo – para mitigar esse risco, foi criado o Plano de Área da Marinha para a Baía de Guanabara (PAMBG). Em complemento a este plano, existem os Planos de Emergência Individual, que visam prevenir, interromper, combater e mitigar possíveis danos ambientais, que um eventual derramamento de óleo possa provocar; e

d) Conservação dos Imóveis - em reuniões do Conselho de Gestão são apresentadas as necessidades quanto à conservação dos imóveis, que são priorizadas, dentro do orçamento recebido anualmente, possibilitando sempre manter as instalações em um padrão razoável de conservação.

#### 6.2.1.1 - Distribuição Geográfica dos Imóveis da União

A distribuição geográfica dos Imóveis da União consta no Anexo C, deste Relatório.

#### 6.2.1.2 - Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na Responsabilidade da UPC

As Cessões de espaço físico constam no Anexo D deste Relatório.

Está em trâmite processo de cessão de uso de área de 1.214.460,10 m<sup>2</sup> de ARAMAR para a Comissão Nacional de Energia Nuclear, junto à Superintendência do Patrimônio da União em São Paulo. Foi criado o RIP Utilização 6521.00047.500-6. O referido processo, autuado sob o n° 63230.002263/2010-40, tem por objeto Termo de Concessão gratuita de Direito Real de uso por Tempo Certo, do terreno do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP/MB), situado na Estrada Sorocaba, Iperó, para o Reator Multipropósito Brasileiro.

#### 6.2.1.3 - Despesas no Exercício com Manutenção de Imóveis

As Unidades possuem política de verificação, constante das condições de preservação dos imóveis e suas benfeitorias, de modo a manter as instalações em bom estado de conservação.

Os valores despendidos para a recuperação e manutenção dos imóveis no exercício, consta, do quadro abaixo.

QUADRO 6.2.1.3 - Despesas no Exercício com Manutenção de Imóveis

LOCAL DO IMÓVEL	SETOR	Despesa no Exercício
BRASIL	CGCFN	R\$ 2.986.557,45
	ComOpNav	R\$ 8.914.195,27
	DGMM	R\$ 5.595.742,00
	DGPM	R\$ 8.408.610,88
	DGN	R\$ 1.433.554,28
	DGDNTM	R\$ 1.083.372,23
	GCM	R\$ 81.897,90

LOCAL DO IMÓVEL	SETOR	Despesa no Exercício
	SGM	R\$ 7.297.449,90
	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 35.801.379,91</b>
<b>EXTERIOR</b>	SGM	USD 394,540.28
	<b>TOTAL</b>	<b>USD 394,540.28</b>

Fonte: SPIUNet e SIAFI

#### 6.2.1.4 – Informações sobre imóveis locados de terceiros

Não há informações para este subitem.

### 6.3 - Gestão da Tecnologia da Informação

#### 6.3.1 - Principais sistemas de informações:

**QUADRO 6.3.1 - Sistemas de Informações**

Sistema	Objetivo	Principais Funcionalidades	Responsável	Criticidade
SIGEP	Sistema de Pessoal do CFN	Gerenciar a carreira dos Fuzileiros Navais	CPesFN	Alta
BDPES	Sistema de Pessoal da DPMM	Gerenciar a carreira dos militares da ativa, exceto os do CFN	DPMM	Alta
GEPEC	Sistema de Pessoal Civil da MB	Gerenciar a carreira dos servidores civis da MB	DPCvM	Alta
SINGRA	Sistema de Informações Gerenciais de Abastecimento	Gerenciar as aquisições, o armazenamento e a distribuição dos Materiais da MB	DAbM	Alta
SISPAG	Sistema de Pagamento do Pessoal da Marinha	Gerar a folha de pagamento dos militares	PAPEM	Alta
SISMAT	Sistema para Gestão de Material da Marinha	Gerenciar os bens patrimoniais e os estoques de material das OM	DFM	Alta
QUAESTOR	Sistema para Gestão do Municionamento e Caixa de Economias	Gerenciar o municionamento e a caixa de economia das OM	DFM	Média
SIGSAUDE	Sistema de Gestão das Informações de Saúde da Marinha	Prontuário Eletrônico, Faturamento, FUSMA, SEDIME	DSM	Alta
SIPLAD	Sistema de apoio ao Sistema do Plano Diretor (SPD)	Gerenciar os ciclos do planejamento, execução e controle para adequação e apoio à gestão dos recursos orçamentários da MB	DGOM	Média
SIGDEM	Sistema de Gerência de Documentos Eletrônicos da Marinha	Gerenciar os documentos e as mensagens da MB	DAdM	Média

Fonte: Controle Interno da DGMM

### **6.3.2 - Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)**

O Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Marinha (PETIM) é o Plano Estratégico de TI da MB, com vigência de 2016 a 2019. Seu propósito é “Garantir o uso eficaz e eficiente da informação de interesse para a MB e negar sua utilização de forma contrária, a fim de contribuir para o preparo e emprego do Poder Naval.”

Os documentos condicionantes do PETIM são:

- Estratégia Nacional de Defesa (END);
- Plano Estratégico da Marinha (PEM);
- Plano Plurianual (PPA) 2016-2019;
- Doutrina Militar de Defesa Cibernética;
- Orientações do Comandante da Marinha;
- Sistema de Planejamento de Alto Nível da Marinha;
- Doutrina de Tecnologia da Informação da Marinha;
- Normas Gerais de Administração;
- Guia de Elaboração de PDTI do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, versão 1.0 de 2012; e
- PTIM 2012-2015.

Para alcançar este propósito foram estabelecidos os seguintes Objetivos Estratégicos (OE):

- a) OE 01: Fortalecer a qualidade dos serviços prestados pela MB, ao público externo e interno, que utilizem a TI como ferramenta;
- b) OE 02: Fomentar a captação e fidelização de clientes externos e internos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de Sistemas Digitais Administrativos (SDA) e Sistemas Digitais Operativos (SDO);
- c) OE 03: Aperfeiçoar a divulgação institucional da MB na internet;
- d) OE 04: Fortalecer a Governança de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC);
- e) OE 05: Fortalecer os ativos críticos de TI, de acordo com a postura estratégica adotada (busca da estabilidade, manutenção da estabilidade, crescimento e desenvolvimento);
- f) OE 06: Fortalecer a capacidade da Marinha de atuar na defesa do ambiente cibernético;
- g) OE 07: Fortalecer a capacidade de manutenção e desenvolvimento de SDA e SDO;
- h) OE 08: Fomentar o Software Livre na MB;
- i) OE 09: Aperfeiçoar os processos de captação, capacitação e distribuição do pessoal de TI;
- j) OE 10: Motivar o pessoal de TI a desenvolver seu potencial de crescimento profissional;
- k) OE 11: Controlar o crescimento da infraestrutura de TI, de acordo com a postura estratégica adotada (busca da estabilidade, manutenção da estabilidade, crescimento e desenvolvimento);
- l) OE 12: Controlar o custo dos contratos decorrentes do crescimento dos usuários da Rede de Comunicações Internas da Marinha (RECIM) de acordo com a postura estratégica adotada (busca da estabilidade, manutenção da estabilidade, crescimento e desenvolvimento); e
- m) OE 13: Fomentar a captação de recursos extraorçamentários aplicáveis à pesquisa, desenvolvimento e a evolução da capacidade de TI da MB.

### **6.3.3 - Capacitação**

Na DGMM, a busca pelo aperfeiçoamento e capacitação da Força de Trabalho é constante. Cursos de especialização, mestrado e doutorado, participações em seminários e congressos no país e no exterior, como também visitas e estágios em centros de pesquisa e institutos são incentivados

permanentemente. Em 2016, mesmo com as restrições orçamentárias, foi possível a realização dos seguintes cursos:

- Mestrado em Sistemas e Computação – Área de Concentração: Defesa Cibernética;
- Pós-Graduação em Computação (Área de atuação: Redes de Computadores e Sistemas Distribuídos e Paralelos);
- Mestrado em Sistemas de Computação, Área de Concentração: Ciência da Computação;
- Doutorado em Inteligência Computacional aplicado a Segurança Cibernética;
- Mestrado em Engenharia Elétrica, Área de Concentração: Telecomunicações, Linha de Pesquisa: Sistemas de Comunicações (COM);
- Mestrado em Engenharia Elétrica, Área de Concentração: Eletromagnetismo aplicado, Linha de Pesquisa: Rádio Propagação; e
- Mestrado em Segurança de Redes.

#### 6.3.4 - Força de Trabalho

A seguinte distribuição demonstra o quantitativo de pessoas que compõem a força de trabalho de TI em 2016, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários:

- Servidores/empregados efetivos da carreira de TI: 1.361;
- Servidores/empregados efetivos de outras carreiras: 45;
- Servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos: 0;
- Servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos: 0;
- Terceirizados: 0; e
- Estagiários: 4.

#### 6.3.5 - Gerenciamento de Serviços

Os processos de gerenciamento de serviços de TI implementados na MB são: Gerenciamento de Incidentes, Gerência de Requisição e Gerência de Riscos. Para o gerenciamento de incidentes e de requisição é utilizado um sistema próprio (SishelpDesk) e para a gerência de riscos é utilizado o “RiskManager” desenvolvido pela empresa Módulo.

Os seguintes projetos de TI foram desenvolvidos no período:

**QUADRO 6.3.5 - Despesas no Exercício com Projetos de TI**

PROJETO	RESULTADO ESPERADO	ALINHAMENTO AO PTIM	VALOR ORÇADO	VALOR DESPENDIDO	PRAZO DE CONCLUSÃO
Telefonia IP	Substituição das centrais telefônicas analógicas da Marinha do Brasil por centrais telefônicas IP ou híbridas.	OE 01	40.000.000,00	154.605,00	2020
Revitalização CD-MB	Revitalização dos ativos de TI do Centro de Dados da MB.	OE 05	32.014.383,52	562.743,80	2016

Com o intuito de mitigar uma eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a MB, foi aprovado o Plano de Implantação do Software Livre (PISL), com o propósito de obter uma otimização do emprego de recursos de Tecnologia da Informação (TI) aliada a um aumento do nível de segurança da RECIM e à aquisição de maior independência tecnológica, por meio da implantação de soluções de TI baseadas em Software Livre (SL).

#### 6.4 - Gestão Ambiental e Sustentabilidade

A Diretoria de Portos e Costas (DPC) é a Diretoria Especializada na MB para assuntos referentes à Gestão Ambiental, bem como para aprovar as normas técnicas relacionadas ao tema.

Dentre as Normas Técnicas mais utilizadas pelas OM, destacam-se:

a) o Plano de Emergência Individual (PEI) para as Organizações Militares de Terra (NORTAM-03), que tem como propósito estabelecer normas e procedimentos para a elaboração do Plano de Emergência Individual (PEI) e para a coordenação das ações de resposta, nos incidentes de poluição por óleo em águas jurisdicionais brasileiras, em consonância com as Leis nº 9.605/1998 e nº 9.966/2000; e

b) a Separação dos Resíduos Recicláveis Descartados pelas OM da MB (NORTAM-06), com o propósito de orientar as OM quanto ao estabelecido no Decreto nº 5.940/2006, que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.

A DPC elaborou também a Cartilha de Educação Ambiental, cujo objetivo é levar ao conhecimento da Força-Tarefa (FT) os principais problemas ambientais e as medidas e soluções para conservação da natureza, permitindo a proteção do nosso meio ambiente.

A Marinha realiza diversas ações sobre gestão ambiental em todo País, visando a redução de impactos ambientais, como exemplo:

a) a participação na Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), por meio do Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), Centro de Instrução Almirante Milciades Portela Alves (CIAMPA), Comissão de Desportos da Marinha (CDM) e das OM subordinadas ao setor da SGM; e

b) a adesão ao Projeto Esplanada Sustentável (PES), a fim de reduzir os desperdícios de água e esgoto, energia elétrica, telefonia, vigilância, limpeza e conservação.

Por meio do Memorando nº 2, de 28 de abril de 2015, o CM estabeleceu que o EMA deverá acompanhar e avaliar a aplicação das medidas de economia, atuando como Líder de Unidade Orçamentária na estrutura do Sistema do Projeto Esplanada Sustentável (SisPES), juntamente com os Líderes dos ODS designados no referido Projeto, relatando os resultados obtidos no trimestre em análise, por ocasião das reuniões COFAMAR.

Dentre as medidas de economia que vinham sendo adotadas, foi estimulado às OM participantes do Projeto, uma redução de 10% do consumo de Energia Elétrica e de Água em relação à 2015.

Atualmente, a MB tem 68 OM cadastradas na estrutura, que inserem o consumo de 201 OM da MB, ou seja, 71% do total de OM de terra.

Os seguintes resultados foram obtidos e divulgados:

Ano	Energia Elétrica (kWh)	Água (m <sup>3</sup> )
2015x2014	-1,93%	-14,46%
2016x2015	-5,35%	-11,65%

No atinente ao controle de emissões radiológicas, no Laboratório Radioecológico (LARE), localizado no Centro Experimental Aramar (CEA) ocorre a execução do programa de monitoração

ambiental radiológico e não radiológico, que foi aprovado pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Periodicamente são analisadas, em 56 pontos de amostragem distribuídos em um raio de 10 km a partir do CEA, amostras de águas (chuva, superfície e subterrânea), material particulado do ar, solo, peixes, produtos agrícolas, vegetação rasteira, leite, sedimento de fundo, além de medições de radiação direta com dosímetros termoluminescentes e câmaras de ionização, com coletas periódicas. Os dados gerados pelo LARE compõem extensos relatórios de monitoração que são enviados anualmente aos órgãos fiscalizadores.

Com o compromisso em manter a qualidade do meio ambiente para as gerações atual e futura, a MB assegura o atendimento à legislação e normas ambientais vigentes, aplicando sempre a melhoria contínua dos processos, para prevenir a poluição e minimizar os impactos das atividades nucleares e industriais no meio ambiente. Por meio do Sistema de Gestão Ambiental, promove a atualização dos objetivos, o controle e monitoramento do meio ambiente, a conscientização e o treinamento de seus colaboradores.

#### **6.4.1 – Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras.**

Nos editais de procedimentos licitatórios para a aquisição de bens e contratação de serviços ou obras da MB estão sendo observadas as orientações constantes do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU e do Guia Prático de Licitações Sustentáveis da CJU/SP, e incluídos critérios de sustentabilidade ambiental, conforme preconizado pelo Decreto nº 7.746/2012, visando à promoção do desenvolvimento sustentável.

## **7.0 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**

### **7.1 - Canais de Acesso ao Cidadão**

Com o intuito de permitir a qualquer cidadão obter informações no âmbito da MB, de acordo com o preconizado na Lei nº 12.527/11, Lei de Acesso à Informação (LAI), o EMA elaborou a publicação “EMA-138 - Normas para o Serviço de Informações ao Cidadão no âmbito da Marinha do Brasil (SIC-MB)”.

Por meio desta publicação foram definidas a estruturação do SIC-MB e a tramitação de demandas por informações.

A estrutura do SIC-MB ficou assim definida:

I - O CCSM, localizado no prédio anexo do Comando da Marinha, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, DF, será a Unidade de Monitoramento e Gestão (UMG); e

II - Os Comandos de Distritos Navais serão as Unidades de Atendimento ao Público (UAP).

No ano de 2016, ocorreram 874 questionamentos, nos quais 478 Pedidos de Acesso à Informação foram sobre assuntos relacionados à Força.

A tramitação das demandas por informações poderão ocorrer de três formas, a saber:

a) Por meio da Internet, basta acessar a Página Principal da Marinha ([www.marinha.mar.mil.br](http://www.marinha.mar.mil.br)) e acessar:

- o link “Serviço de Informação ao Cidadão 0- SIC”. Também pode ser acessado diretamente pela Página de Acesso à Informação do Governo Federal ([www.acessoainformacao.gov.br](http://www.acessoainformacao.gov.br)); e

- o link “Fale Conosco”. Neste canal o usuário pode entrar em contato com a MB, para enviar sugestões, elogios, críticas e tirar dúvidas. No ano de 2016, foram processados e respondidos 4.654 elogios, sugestões, críticas, denúncias e dúvidas dos usuários.

Toda a demanda registrada via internet será encaminhada ao CCSM, que é o órgão responsável pela análise e adoção das providências cabíveis.

b) Por meio de atendimento nas UAP:

Os Comandos de Distritos Navais são dotados de postos de atendimento do SIC-MB. Estes postos são responsáveis por receber, por meio eletrônico, pessoalmente, ou outro meio legítimo, a demanda solicitada pelo cidadão, devidamente identificado nos termos da LAI.

Uma vez que um cidadão se dirija a qualquer unidade da Marinha solicitando informações, este será orientado a procurar o Distrito Naval de jurisdição daquela unidade e proceder com sua solicitação.

c) Por meio de Mídias Sociais:

A Marinha entrou no universo das redes sociais em fevereiro de 2011, criando perfis nas seguintes mídias: Facebook, Twitter, Youtube e Flickr. Em agosto de 2014, a Marinha ingressou no Instagram. Esses canais são responsáveis pela interação da MB com o público externo. Atualmente nossa mídia com o maior número de usuários é o Facebook, com cerca de 1 milhão e 600 mil seguidores. No ano de 2016, houve um aumento estimado de 370 mil seguidores do perfil da Marinha no Facebook. As demais mídias possuem os seguintes números de seguidores: Twitter (79,5 mil), Youtube (35 mil), Flickr (647) e Instagram (185 mil).

### **7.2 - Carta de Serviços ao Cidadão**

Nos termos do art. 11 do Decreto nº 6932, de 11 de agosto de 2009, “os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal que prestam serviços diretamente ao cidadão deverão elaborar e divulgar a “Carta de Serviços ao Cidadão”, no âmbito de sua esfera de competência”.

As Cartas de Serviços ao Cidadão tem como objetivo ampliar o conhecimento da sociedade sobre as atividades desenvolvidas pelas OM prestadoras de serviço, e informar ao cidadão, de forma



clara, os principais serviços prestados pela instituição, seus canais de acesso, horários de atendimento, prazos para obtenção do serviço e os compromissos com os padrões de atendimento estabelecidos. Consolidam-se como um importante instrumento para reforçar a parceria com o cidadão no aperfeiçoamento da atuação das OM da MB e no cumprimento das respectivas missões.

Tal procedimento, além de previsto no decreto supramencionado, também foi regulamento internamente, constando as orientações para sua aplicação no item 4.13, do capítulo 4, da publicação SGM-107 “Normas Gerais de Administração”.

O Estado-Maior da Armada não presta serviços diretamente ao cidadão e, por isso, não possui a referida Carta. Entretanto, as Cartas de Serviços ao Cidadão das OM que prestam serviços diretamente aos cidadãos encontram-se disponibilizadas nos endereços listados abaixo:

**TABELA 3: ENDEREÇOS WEB DAS CARTAS DE SERVIÇOS AO CIDADÃO**

OM	Página da Web
CCSM	<a href="http://www.marinha.mil.br/content/carta-de-servicos-ao-cidadao">www.marinha.mil.br/content/carta-de-servicos-ao-cidadao</a>
DGPM	<a href="http://www.dgpm.mb">www.dgpm.mb</a> (intranet)
DEnsM	<a href="http://www.densm.mar.mil.br/sitenovo/ingresso.html">www.densm.mar.mil.br/sitenovo/ingresso.html</a>
CIAW	<a href="http://www.mar.mil.br/ciaw">www.mar.mil.br/ciaw</a>
CN	<a href="http://www.mar.mil.br/cn/colégio/faleconosco.htm">www.mar.mil.br/cn/colégio/faleconosco.htm</a> <a href="http://www.mar.mil.br/cn/duvidasfrequentees.htm">www.mar.mil.br/cn/duvidasfrequentees.htm</a>
EN	<a href="http://www.mar.mil.br/en/contato.html">www.mar.mil.br/en/contato.html</a>
SSPM	<a href="http://www.mar.mil.br/sspm">www.mar.mil.br/sspm</a>
CIAA	<a href="http://www.mar.mil.br/ciaa">www.mar.mil.br/ciaa</a>
DPCvM	<a href="http://www.mar.mil.br/dpcvm">www.mar.mil.br/dpcvm</a>
DPMM	<a href="http://www.dpmm.mb">www.dpmm.mb</a> (intranet)
SIM	<a href="http://www.mar.mil.br/sim">www.mar.mil.br/sim</a>
SIPM	<a href="http://www.sipm.mar.mil.br">www.sipm.mar.mil.br</a>
DSM	<a href="http://www.mar.mil.br/dsm">www.mar.mil.br/dsm</a>
HNMD	<a href="http://www.mar.mil.br/hnmd">www.mar.mil.br/hnmd</a>
CMAM	<a href="http://www.mar.mil.br/cmam">www.mar.mil.br/cmam</a>
PNSNG	<a href="http://www.mar.mil.br/pnsng">www.mar.mil.br/pnsng</a>
UISM	<a href="http://www.mar.mil.br/uism">www.mar.mil.br/uism</a>
OCM	<a href="http://www.mar.mil.br/ocm">www.mar.mil.br/ocm</a>
SNNF	<a href="http://www.mar.mil.br/snnf">www.mar.mil.br/snnf</a>
CPMM	<a href="http://www.mar.mil.br/cpmm">www.mar.mil.br/cpmm</a>
HCM	<a href="http://www.mar.mil.br/hcm">www.mar.mil.br/hcm</a>
DASM	<a href="http://www1.mar.mil.br/dasm">www1.mar.mil.br/dasm</a>

SASM	www.mar.mil.br/sasm
CMN	www.mar.mil.br/cmn/index.html
DPHDM	www.dphdm.mar.mil.br
PAPEM	www.papem.mar.mil.br
ComemCh	www.mar.mil.br/ComemCh/utilidades/cartadeservicos.html
BNRJ	www.mar.mil.br/bnrj/utilidades/cartadeservicos.html
Com1ºDN	www.mar.mil.br/com1dn/utilidades/cartadeservicos.html
Com2ºDN	www.mar.mil.br/com2dn/utilidades/cartadeservicos.html
Com3ºDN	www.mar.mil.br/com3dn/utilidades/cartadeservicos.html
Com4ºDN	www.mar.mil.br/com4dn/utilidades/cartadeservicos.html
Com5ºDN	www.mar.mil.br/com5dn/utilidades/cartadeservicos.html
Com6ºDN	www.mar.mil.br/com6dn/utilidades/cartadeservicos.html
Com7ºDN	www.mar.mil.br/com7dn/utilidades/cartadeservicos.html
Com8ºDN	www.mar.mil.br/com8dn/utilidades/cartadeservicos.html
Com9ºDN	www.mar.mil.br/com9dn/utilidades/cartadeservicos.html

### 7.3 - Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários

São utilizadas ferramentas de monitoramento da imagem da MB nas mídias sociais e acompanhamento do “Fale Conosco”.

### 7.4 - Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes Sobre a Atuação da Unidade

Os Relatórios de Gestão e de Auditoria de Gestão da MB encontram-se disponíveis na página da internet do CCIMAR, no endereço <https://www1.mar.mil.br/ccimar/relatorios-de-auditoria>, e os Acórdãos do TCU encontram-se disponíveis no portal daquele Tribunal de Contas, no endereço [www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br).

No site oficial da MB na internet, no menu “Acesso à Informação”/“Auditorias”, estão disponibilizadas informações sobre os trabalhos de auditoria e outras ações de controle realizadas na MB.

## **8.0 - DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

### **8.1 - Desempenho Financeiro do Exercício**

Em 2016, a MB enfrentou inúmeras dificuldades decorrentes da escassez de recursos financeiros que afetaram as OM da Marinha de forma generalizada. Com isso, a Alta Administração Naval determinou a adoção de medidas de economia, complementares às que já vinham sendo adotadas em 2015, visando garantir a continuidade das atividades da MB, com o menor comprometimento possível de sua missão.

Assim, a Diretoria de Gestão Orçamentária da Marinha (DGOM) e a Diretoria de Finanças da Marinha (DFM), como órgãos setoriais orçamentário e financeiro da MB, tomaram algumas providências no intuito de organizar o repasse de crédito e financeiro, utilizando critérios de priorização, de forma a minimizar os prejuízos apontados pelas próprias UG.

De maneira geral, as principais medidas adotadas pela MB, entre outras, foram:

- Prever e priorizar despesas de funcionamento, principalmente as referentes às concessionárias de serviços públicos;
- Implementar medidas de racionalização do gasto público;
- Empreender ações com foco permanente voltado para medidas de economia, austeridade nos gastos, racionalização de custos e combate ao desperdício;
- Prever e garantir os recursos necessários para pagamento das despesas com as concessionárias públicas das Organizações Militares Prestadoras de Serviços (OMPS), caso não haja demanda de serviços necessários para que a própria o faça;
- Proibir as despesas de manutenção de Organizações Militares (OM) de terra, com exceção dos casos fortuitos, com remanejamento intrasetorial;
- Não iniciar novas obras, dar continuidade às obras/reparos em andamento, dentro do possível;
- Reduzir gastos com diárias e passagens;
- Processar ordens de compra no exterior somente com a disponibilização de crédito e do respectivo financeiro; e
- Criar de Grupos de Trabalho (GT) com objetivo de estudar medidas adicionais de economia a serem adotadas pela MB.

### **8.2 - Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos**

As UG da Marinha estão aplicando os dispositivos contidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade – Técnica (NBC T) 16.9 e 16.10.

A metodologia adotada para estimar o tempo de vida útil econômica do ativo imobilizado, bem como as taxas para depreciação leva em consideração a capacidade de geração de benefícios futuros, o desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não, a obsolescência tecnológica e os limites legais ou contratuais sobre o uso ou a exploração do ativo. Esses fatores foram analisados pela Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da Secretaria do Tesouro Nacional que, visando à necessidade de padronização de critérios dos órgãos da Administração Pública Direta, autarquias e fundações públicas pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para geração de dados consistentes e comparáveis, estabeleceu no item 6 da Macrofunção 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquia e Fundação do Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), a tabela de vida útil econômica dos bens móveis por conta contábil, conforme tabela abaixo:

TABELA 4 - VIDA ÚTIL ECONÔMICA DOS BENS MÓVEIS POR CONTA CONTÁBIL

Conta Contábil	Título	Vida Útil (anos)	Valor Residual
12311.01.01	Aparelhos de medição e orientação	15	10%
12311.01.02	Aparelhos e equip. de comunicação	10	20%
12311.01.03	Aparelhos, equip. e utensílios médicos, dentológicos, laboratoriais e hospitalares	15	20%
12311.01.04	Aparelhos e equip. para esportes e diversões	10	10%
12311.01.05	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	10	10%
12311.01.06	Máquinas e equip. de natureza industrial	20	10%
12311.01.07	Máquinas e equip. energéticos	10	10%
12311.01.08	Máquinas e equip. gráficos	15	10%
12311.01.09	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10	10%
12311.01.10	Equip. de montaria	5	10%
12311.01.11	Equip. e material sigiloso e reservado	10	10%
12311.01.12	Equip., peças e acessórios para automóveis	5	10%
12311.01.13	Equip. peças e acessórios marítimos	15	10%
12311.01.14	Equip., peças e acessórios aeronáuticos	30	10%
12311.01.15	Equip., peças e acessórios de proteção de voo	30	10%
12311.01.16	Equip. de mergulho e salvamento	15	10%
12311.01.17	Equip. de máquinas e motores navios Esquadra	-	-
12311.01.18	Equip. de manobras e patrulhamento	20	10%
12311.01.19	Equip. de proteção e vigilância ambiental	10	10%
12311.01.20	Máquinas e utensílios agrícolas/agropecuários e rodoviários	10	10%
12311.01.21	Equip. hidráulicos e elétricos	10	10%
12311.01.23	Máquinas e Equip. - Construção Civil	20	10%
12311.01.24	Máquinas e Equip. - Eletro-Eletrônicos	10	10%
12311.01.25	Máquina, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10%
12311.01.99	Outras máquinas, Equip. e Ferramentas	10	10%
12311.02.01	Equipamentos de processamento de dados	5	10%
12311.03.01	Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10%
12311.03.02	Máquinas e Utensílios de Escritório	10	10%
12311.03.03	Mobiliário em Geral	10	10%
12311.03.04	Utensílios em Geral	10	10%
12311.04.02	Coleções e Materiais Bibliográficos	10	0%
12311.04.03	Discotecas e Filmotecas	5	10%
12311.04.04	Instrumentos Musicais e artísticos	20	10%
12311.04.05	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10	10%
12311.04.06	Obras de Arte e Peças para Exposição	-	-
12311.04.07	Máquinas e Equipamentos para fins Didáticos	10	10%
12311.04.99	Outros materiais culturais, educativos e de comunicação	10	10%
12311.05.01	Veículos em geral	15	10%
12311.05.02	Veículos ferroviários	30	10%
12311.05.03	Veículos de tração mecânica	15	10%
12311.05.04	Carros de Combate	30	10%

12311.05.05	Aeronaves	-	-
12311.05.06	Embarcações	-	-
12311.09.00	Armamentos	20	10%
12311.10.00	Semoventes e Equipamento de montaria	10	10%
12311.99.04	Armazéns estruturais – coberturas de lona	10	10%
12311.99.09	Peças não incorporáveis à imóveis	10	10%

**Fonte:** Macrofunção/STN nº 02.03.30.

As contas contábeis 12311.01.17 - Equip. de máquinas e motores navios Esquadra, 12311.05.05 – Aeronaves e 12311.05.06 – Embarcações não possuem valores estipulados porque são bens muito específicos, sendo assim, a definição da vida útil e valor residual ficarão a critério das unidades que possuam tais bens. Já a conta 12311.04.06 não possui valores estipulados porque obras de arte e peças em exposição são bens que não sofrem depreciação.

A metodologia de cálculo adotada para a depreciação é a de quotas constantes e são compatíveis com a vida útil econômica do ativo imobilizado e aplicado uniformemente, sendo realizada, mensalmente, por meio do Sistema de Controle Patrimonial da MB (SISMAT-WEB).

### 8.3 - Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade

A DFM, unidade setorial de custos da MB, utiliza dois modelos de apuração de custos, a saber: o Sistema de Organizações Militares Prestadoras de Serviço (OMPS), instituído em 1994, o qual abrange todas as OM listadas no Decreto no 3.011, de 30 de março de 1999; e o Sistema de Informação de Custos (SIC) do Governo Federal, que desde o início de 2014, possibilita a MB atingir as demais Unidades Gestoras Executoras (UGE) da MB, isto é, todas as UG que executam crédito orçamentário ou são beneficiadas, por meio do SIAFI, incluindo as OMPS.

#### SISTEMA OMPS

Criado em setembro de 1994, com o propósito de instituir na MB uma mudança de cultura de gestão, fundamentado na apuração e apropriação de custos. Não obstante, a intenção era também tornar essas instituições flexíveis e adaptáveis frente ao ambiente em constantes mudanças proporcionadas pela era da globalização, fazendo com que essas organizações produzissem bens e serviços com qualidade, ao menor custo possível e fossem dirigidas ou comandadas por militares criativos e arrojados com autonomia suficiente para reagir prontamente às necessidades impostas pela atual conjuntura.

Conceitualmente, OMPS é a organização militar que presta serviços às outras organizações militares em uma das seguintes áreas: industrial (OMPS-I); de ciência e tecnologia (OMPS-C); e hospitalar (OMPS-H), efetuando a cobrança pelos serviços prestados, a partir dos custos e despesas, por ela incorridos. Portanto, é possível perceber que à semelhança de empresas privadas, o relacionamento do tipo “fornecedor x cliente” passou a ser buscado pelas OMPS.

O Sistema OMPS se utiliza do Custeio por Absorção (Custeio Tradicional). Um método de custeio que consiste na apropriação de todos os custos de produção aos bens elaborados ou serviços executados. Trata-se de uma metodologia na qual todos os custos (diretos e indiretos) relativos ao esforço de fabricação, são distribuídos por todos os serviços/produtos executados ou em execução. Sendo assim, o método aplicado às OMPS permite à MB conhecer, de forma detalhada, os insumos consumidos (mão de obra, material e serviços de terceiros) nos processos de produção ou prestação de serviços.

Com relação aos relatórios utilizados para a análise de custos e tomada de decisões, a MB se utiliza do Relatório Econômico-Financeiro (REF) das OMPS-I/C/H, e dos relatórios de Avaliação de Desempenho dos Contratos de Autonomia de Gestão do Centro Tecnológico do Corpo de Fuzileiros Navais (CTecCFN) e do Centro de Análises de Sistemas Navais (CASNAV). Todos são

emitidos trimestralmente e apreciados pelo COFAMAR. Além desses, o sistema OMPS possui o Painel de Controle Executivo, implantado na plataforma computacional Sistema *Executive Dashboard*, que foi concebido com o propósito de dinamizar o processo de visualização e análise de indicadores econômicos e financeiros.

### **SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE CUSTOS (SIC) DO GOVERNO FEDERAL**

Expandindo a cultura da gestão de custos às suas demais unidades não componentes da Sistemática OMPS, desde 2014, a MB passou a utilizar o SIC, o qual surgiu de uma parceria entre a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), constituindo um instrumento de integração entre planejamento e controle.

O sistema tem como ponto de partida para mensuração dos custos da ação governamental, o levantamento da informação orçamentária, acrescentando a essa informação, elementos do sistema patrimonial. Entretanto, a informação extraída do sistema contábil (SIAFI) necessita sofrer depurações para que seja ajustada, de modo que ao final da análise possa se obter os custos dos serviços ou produtos. Em seu processo de apuração de custos, o SIC se utiliza da metodologia de custeio direto, sem a aplicação de qualquer tipo de rateio na geração da informação de custos. A principal razão para exclusão dos custos indiretos foi a manutenção de um sistema mais simples, uma vez que a alocação dos custos indiretos em toda a administração pública, exigiria um esforço adicional para os administradores, sem que tal medida evidencie um benefício compensador para o processo decisório. No SIC, a apuração do custo tem por objetivo disponibilizar aos gestores informações para a tomada de decisão a partir, por exemplo, da comparação do desempenho entre unidades gestoras, do resultado de indicadores desenvolvidos pelas próprias unidades ou da análise de seus custos em uma série histórica.

Na MB, para a implementação da metodologia de custos utilizada pelo Governo Federal, foram criados Centros de Atividades, tendo como referência as macroatividades desempenhadas pela MB. Como cada uma destas atividades é suportada por uma Ação Orçamentária, a partir das despesas orçamentárias executadas e liquidadas, os custos acumulados naqueles Centros são alocados aos produtos e serviços resultantes das referidas atividades.

Por fim, cabe ressaltar que, de maneira geral, as duas metodologias de custeio utilizadas pela MB e aqui expostas, se complementam na busca de uma gestão mais eficiente dos recursos orçamentários confiados à MB.

#### **8.4 - Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas**

As Demonstrações Contábeis do Comando da Marinha, exigidas pela Lei 4.320/64 (Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário, Demonstrações do Fluxo de Caixa, Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido e Demonstrações das Variações Patrimoniais), e as Notas Explicativas constam no Anexo E deste Relatório.

## 9.0 - CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

### 9.1 - Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

Em 2016, o Com3ºDN e o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP) receberam do TCU os Acórdãos nº 11.202/2016-TCU-2ª Câmara e nº 9.223/2016-TCU-2ª Câmara, respectivamente, onde os Ministros daquele egrégio tribunal julgaram “Regulares” as Contas da UG, referentes ao exercício de 2013, dando-lhe “Quitação Plena” e algumas recomendações, que foram tratadas da seguinte forma:

#### a) Com3ºDN:

I) “Que aprimore seu planejamento estratégico para que contenha, bem delineados, os objetivos, estratégias, metas, indicadores e ações que lhes permitam alcançar suas visões de futuro, em atendimento aos princípios da eficiência e da publicidade, previstos na Constituição Federal, art. 37, *caput*; e do interesse público, constante da Lei nº 9.784/1999, art. 2º”;

Providência: As desconformidades foram sanadas com a publicação de um novo Planejamento Estratégico, com Visão de 2015 a 2019, contemplando objetivos, estratégias, metas, indicadores e ações que lhes permitam alcançar visões de futuro projetadas para o Com3ºDN.

II) “À Base Naval de Natal (BNN) e ao Centro de Intendência da Marinha em Natal (CeIMNa), que alinhem seus respectivos instrumentos de planejamento e controle ao plano estratégico do Comando do 3º Distrito Naval, como forma de otimizar o alcance dos resultados das organizações”;

Providência: Após a atualização do Plano do 3º Distrito Naval o CeIMNa realizou a reformulação do seu plano, passando assim a cumprir a recomendação do TCU. Hoje, dentre outros processos de melhoria da gestão, o Centro de Intendência da Marinha em Natal possui indicadores de desempenho, mapeamento de processos, mapeamento de riscos organizacionais, mapeamento de GAP, mapeamento de competências e mapa estratégico. A dificuldade maior de controle ocorreu devido à sazonalidade do provisionamento dos créditos. Para lograr êxito, foram utilizadas novas ferramentas como o Tesouro Gerencial para obter a melhoria no controle do processo de fiscalização do uso da Modalidade Dispensa de Licitação. Para o exercício de 2017 o CeIMNa divulgará o calendário de licitações para as OM apoiadas, o que ensejará a obtenção de preços mais vantajosos.

#### b) CTMSP:

I) “Observar os limites normativos de *quantum* máximo de pessoal na unidade (princípio da legalidade, art. 37, *caput*, da Constituição Federal)”;

Providência: O CTMSP como OM responsável pelo Programa Nuclear da Marinha (Programa Prioritário), considera que as demandas quantitativas e qualitativas de pessoal possam sofrer alterações ao longo do desenvolvimento do Programa, dentro do controle da ação planejada, à medida que as unidades do Centro Experimental de Aramar entre em operação, e que o efetivo se altere face aos cronogramas de obras e da forma como as instalações devem ser guarnecidas (em especial, aquelas do setor industrial). Como Programa Prioritário da Marinha, a necessidade de pessoal, de acordo com a demanda por período do projeto, está sendo atendida através de remanejamento interno do Comando da Marinha.

II) “Aprimorar os relatórios de desempenho apresentados aos seus *stakeholders*, para que reflitam, com mais clareza, os resultados alcançados na gestão (princípio da transparência, Constituição Federal, art. 37, *caput*, e do interesse público, Lei 9.784/1999, art. 2º; e requisitos definidos pelo Tribunal para apresentação de relatórios de gestão, *e.g.* Portaria TCU nº 175/2013)”;

Providência: A proposta dos novos indicadores de desempenho que venha a demonstrar o avanço do programa/projeto e da avaliação de governança corporativa para melhor análise da sua performance estão em reformulação e testes de avaliação em face a reestruturação do Setor Nuclear na MB. O detalhamento dos riscos identificados e das estratégias adotadas pela gestão, para alcance dos objetivos, conforme estabelece a Portaria TCU nº 175/2013, serão elaborados em face da promulgação da Política de Gestão de Risco, da unidade jurisdicionada, cujo funcionamento esta regulado pelo estabelecimento da Ordem Interna disciplinando o funcionamento do Comitê de Gestão de Risco, conforme orientações do Programa Netuno.

### 9.1.1 - Determinações do TCU que Permanecem Pendentes de Cumprimento

#### QUADRO 9.1.1 – DETERMINAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE CUMPRIMENTO

UJ					
Denominação Completa					Código SIORG
Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo					23458
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC 010.707/2006-2	TC 010.707/2006-2	02	DE	Ofício nº 1183/2007-TCU-SECEX-3
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo					23458
Descrição da Deliberação					
Determinar ao Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo que informe nas próximas contas o andamento dos procedimentos administrativos instaurados com vistas ao ressarcimento dos prejuízos.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Assessoria Jurídica					23458
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
1. CC (EN) Michel Kireeff Covo: foi denunciado em 30JUN2004 (Processo nº 508/04-6, da 2ª Auditoria da 2ª CJM); Aos 02JUL2013, por decisão do MM. Juiz-Auditor Substituto, tornou sem efeito a determinação de citação e sorteio do CEJ, nos termos dos artigos 454, § 4º, e 455, ambos do CPPM. Ou seja, tão somente após a informação de eventual captura ou apresentação voluntária do desertor, é que o magistrado então procederá ao sorteio e à convocação do CEJ, expedindo-se o mandado de citação do acusado, para se ver processado e julgado. Outrossim, foi determinado que se renovem, periodicamente, as diligências visando a captura do desertor. Por fim, foi declarado prejudicado o ato que seria realizado naquela data (audiência de qualificação e interrogatório), tendo em vista a informação de não citação do acusado. Todavia, com a devida vênia, conforme o Parecer 03/2009, da Assessoria Jurídica do CTMSP, o ato de deserção praticado pelo CC (EN) Michel Kireeff Covo encontra previsão no Estatuto dos Militares (Lei 6.880/80) como hipótese de ressarcimento ao Erário pelos cursos realizados. Dessa forma, entendeu a Assessoria Jurídica do CTMSP que a conduta do CC (EN) Michel Kireeff Covo se traduz em ato ilegal, imoral e lesivo ao patrimônio público e, como tal, há o dever de indenizar, seja por meio de uma ação ordinária, a ser proposta pela AGU, ou uma ação de improbidade administrativa, a ser proposta pelo Ministério Público Federal. Em 12MAI2009, foi instaurada Sindicância (Portaria 85/CTMSP de 12MAI2009), para apuração da responsabilidade e do valor devido. Em 15DEZ2009 (Ofício 1.252/CTMSP), foi solicitado ao GCM a propositura de PAC. Até 08JAN2013, não consta a distribuição de ação					



judicial perante a Seção Judiciária de São Paulo (TRF-3) ou perante a Seção Judiciária do Distrito Federal (TRF-1); em 03NOV2016 o MPM requereu guarda dos autos em cartório, até a apresentação voluntária ou captura do Desertor, e foi despachado em 08NOV2016 para aguardar na secretaria por 06 (seis) meses; após conclusos.

2. Amarino Rodrigues Júnior: em 19MAR2009, foi publicada sentença nos autos do processo nº 2005.61.016022-1 (0016022-4.2005.4.03.6100), da 19ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária de SP, condenando o Sr. Amarino Rodrigues Júnior a ressarcir a União Federal das despesas decorrentes do consumo de água/esgoto, energia elétrica e telefone, no valor de R\$ 3.523,34, para MAI2003, referente ao imóvel alvo do termo de autorização de uso nº T2509-09. À luz do artigo 15, §2º da Lei 8.025/90, incidirá juros de mora de 1% a.m. e correção monetária, bem como no pagamento de honorários advocatícios, arbitrados em 10% do valor da condenação, devidamente atualizado e custas *ex lege*. Em 18MAI2009, transitou em julgado. Em 25JUN2009, o devedor foi intimado para cumprir a sentença, no valor atualizado de R\$ 8.229,59. Em 01JUN2011, diante do não pagamento, foi determinado o bloqueio judicial de ativos existentes em nome do devedor por meio do Sistema de Atendimento das Solicitações do Poder Judiciário - Sistema RENAJUD até o limite da importância especificada. Em 03OUT2011, foi determinado a expedição de carta precatória solicitando a realização de constatação e avaliação de veículo penhorado no sistema RENAJUD (placa DOQ 9825 SP - Motocicleta HONDA/ CG 125 FAN). Em 11DEZ2012, a União (AGU) apresentou opções de parcelamento do débito, pendente de manifestação do executado. Aos 03DEZ2013 deu-se vista à União Federal (AGU), para que apresentasse nova planilha de parcelamento do débito (opção de parcelamento em 10, 20 e 30 parcelas fixas). Determinou-se, ainda, a apresentação da nova proposta de parcelamento e intimação da parte devedora (réu) para que comprovasse o recolhimento da 1ª parcela, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, bem como das demais parcelas mensais (GRU - Guia de Recolhimento da União / UG: 030001/00001 - Código: 13901-7). Por fim, determinou o MM. Juiz que, no caso de descumprimento do parcelamento, seja designada as datas para a realização de leilão do veículo automotor penhorado. 13MAI2014 a parte devedora quedou-se em silêncio. Designada hasta pública nas seguintes datas: a) Dia 12AGO2014 - 11:00 horas, para a 1ª praça; b) Dia 26AGO2014 - 11:00 horas, para a 2ª praça. Restando infrutífera a arrematação total e/ou parcial na 127ª Hasta, fica, desde logo, redesignado o leilão para as seguintes datas: ii) 132ª Hasta: a) Dia 09OUT2014 - 11:00 horas, para a 1ª praça. b) Dia 23OUT2014 - 11:00 horas, para a 2ª praça; Nas Fls. 313 foi determinada a expedição do competente ofício de conversão referentes a(s) guia(s) de depósito(s) judicial (ais) de fl(s). 310 em favor da União Federal (AGU). Na decisão de fls. 314 foi determinada a expedição de ofício à Caixa Econômica Federal - CEF para conversão da totalidade dos valores depositados nas contas nºs 0265.005.00315605-1 (fls. 310) e 0265.005.00304883-0 (fls. 217), no prazo de 10 (dez) dias, em favor da União Federal - AGU. Após, diante do interesse manifestado pelo Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo em adjudicar o bem penhorado, determinou-se a expedição de Carta Precatória para Constatação e Reavaliação da motocicleta marca/modelo Honda/CG 125 FAN, placas DOQ 9825, Cor Preta, Renavam nº 87566276, na rua Valmir Vitória Segura, 150 - apto. 32 do Bloco A4 - Parque dos Eucaliptos - Sorocaba/SP. Por fim, voltem conclusos para decisão acerca do pedido de adjudicação de fls. 303-304. Disponibilização D. Eletrônico de decisão em 16/02/2016. Sentença: *“Trata-se de ação de ordinária ajuizada pela União Federal (AGU) contra AMARINO RODRIGUES JUNIOR, ex-militar da Marinha do Brasil, objetivando o ressarcimento das despesas de energia elétrica, telefone e água/esgoto do imóvel alvo do termo de autorização de uso nº T2509-09. Iniciado o cumprimento da sentença que julgou procedente o pedido, foi penhorado o veículo do executado e levado à leilão pela Central de Hastas Públicas - CEHAS, não havendo licitantes interessados. De outra sorte, a União Federal (AGU) requer a adjudicação do bem penhorado, tendo em vista a manifestação da Marinha do Brasil às fls. 304, nos termos do art. 685 A e B do CPC (1973). Expedida Carta Precatória para a Subseção Judiciária de Sorocaba SP, a motocicleta Honda CG 125 FAN, placas DOQ 9825, cor preta, Renavan 87566276, ano de fabricação 2006, foi constatada e reavaliada em R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais), em 28MAR2016. É o relatório. Decido. O artigo 876 do Código de Processo Civil (2015), dispõe que requerida a adjudicação, o executado será intimado do pedido. Considerando que nos presentes autos o executado é representado por advogada indicada pela Comissão de Assistência Judiciária da OAB de Sorocaba, determino que a sua intimação seja feita tanto na pessoa da advogada regularmente constituída, pelo Diário Eletrônico da Justiça Federal, quanto por Carta com Aviso de Recebimento (AR), nos termos dos incisos I e II do parágrafo 1º do art. 876 do CPC, devendo exercer seu direito de preferência no prazo de 15 (quinze) dias. Registro que será considerada realizada a intimação na hipótese de mudança de endereço do executado sem a comunicação do Juízo. Após, voltem os autos conclusos para decidir quanto à Adjudicação nos termos do art. 877 do CPC. Int.”* Em 13DEZ2016, foi consultado o andamento processual e verificado que continua aguardando os trâmites da adjudicação do bem acima descrito;

3. Márcio Campelo da Silva: o Gabinete do Comandante da Marinha (GCM), através da Consultoria Jurídica Adjunta ao Comando da Marinha, encaminhou ofício à Procuradoria Regional da União em São Paulo (PRU/SP) - Advocacia Geral da União (AGU), Of nº 99/CJACM/2007, solicitando a propositura de Ação Judicial de Cobrança. Foi ajuizada a ação ordinária nº 2007.61.10.011926-4 (0011926-15.2007.4.03.6110), perante a Justiça Federal de Sorocaba. Em 28OUT2011, a União Federal requereu a extinção do processo, diante da impossibilidade de citação do réu, com

fundamento na Portaria 377/AGU/2011. Em 10NOV2011, diante do requerimento da União Federal, o processo foi extinto sem resolução do mérito. Aos 28FEV2012 houve a baixa definitiva do feito, conforme Guia nº 65/2012. Em 13DEZ2016, foi consultado o andamento processual e verificado que os autos continuam arquivados;

4. Erasmo Bezerra da Silva Júnior: Em razão da Ação Penal nº 00014/04-5, da 1ª Auditoria da 2ª CJM, a Advocacia-Geral da União – Setor de Recomposição do Patrimônio Público e Proibidade Administrativa, ajuizou junto a Justiça Federal de São Paulo (Protocolo nº 0022886-21.2011.4.03.6100) ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra Erasmo Bezerra da Silva. Aos 03OUT2014 os autos foram conclusos ao juízo para Despacho / Decisão. Em 22JUN2016 foi deferida a citação por edital, aguardando os trâmites necessários.

#### **Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

1. CC (EM) Michel Kireeff Covo: a propositura da ação de cobrança ou de improbidade administrativa depende de iniciativa da AGU ou MPF/MPM;

2. Amarino Rodrigues Júnior: a satisfação do crédito da União Federal depende da existência de patrimônio do devedor;

3. Márcio Campelo da Silva: não foi possível a localização do réu e, portanto, sua citação nos autos do Processo nº 2007.61.10.011926-4 (0011926-15.2007.4.03.6110), perante a Justiça Federal de Sorocaba. Autos baixados definitivamente aos 28FEV2012; e

4. Erasmo Bezerra da Silva Júnior: a recomposição dos prejuízos da União Federal depende de decisão favorável em juízo da ação proposta pela AGU.

## **9.2 - Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno**

Em 2016, foram realizadas diversas auditorias pelo CCIMAR, visando orientar as OM quanto às boas práticas de gestão e à utilização dos recursos financeiros e patrimoniais da MB com regularidade e efetividade.

Para selecionar as OM que serão auditadas, o CCIMAR utiliza os critérios de volume de recursos movimentados, complexidade das atividades, histórico das auditorias anteriores e tempo sem auditoria.

O EMA, o CCSM e OM subordinadas aos ODS – CGCFN, ComOpNav, DGMM, DGPM, SGM e DGN – foram auditados conforme abaixo:

### **Estado-Maior da Armada**

O EMA sofreu uma Auditoria de Avaliação da Gestão, realizada pelo CCIMAR durante o mês de junho de 2016. O principal foco desta auditoria foi o Relatório de Gestão elaborado pelo EMA e os procedimentos de Gestão e Controle Interno adotados.

Como resultado desta auditoria, o CCIMAR enviou o ofício nº 30-173, de 27 de setembro de 2016. Neste ofício, foram elencadas as falhas identificadas, tendo para cada uma delas a respectiva orientação sobre como proceder para corrigi-las.

Em atenção ao ofício do CCIMAR, o EMA encaminhou o ofício nº 20-50/2016, de 18 de outubro de 2016, com as respostas e providências adotadas.

As providências necessárias para sanar todas as falhas ou irregularidades apontadas, e que ainda não foram corrigidas, estão sendo levadas adiante durante o exercício de 2017.

Cabe mencionar que foram 10 recomendações recebidas, sendo que as que causaram o maior impacto na gestão da OM, pelo esforço necessário para cumpri-las, foram as recomendações para a atualização do PEO, formalização de uma Política de Gestão de Riscos para a MB e Inexistência do Elemento Organização de Controle Interno da UPC.

A atualização do PEO foi realizada pela Comissão do PEO, designada pela Portaria nº 196/EMA.

No atinente à formalização de Gestão de Riscos na MB, o EMA está consolidando uma Política de Gestão de Riscos que apresentará os critérios para análise e avaliação de riscos na MB. Adicionalmente, após a aprovação da Política de Gestão de Riscos e do Plano Estratégico da Marinha, serão elaborados os Planos de Gerenciamento de Riscos no nível estratégico e no nível

setorial.

A fim de sanar a inexistência do Elemento Organizacional de Controle Interno, em 18 de janeiro de 2017, foi aprovado, por meio da Portaria nº 1/2017, o novo Regimento Interno do EMA, incluindo em sua estrutura a Assessoria de Gestão e Controle Interno.

### **Gabinete do Comandante da Marinha**

Dentre os Órgãos de Assistência Direta e Imediata e Vinculado ao CM, o CCSM foi o escolhido para ser auditado no exercício de 2016. As recomendações de maior impacto foram: rol de responsáveis da UG desatualizado; atraso no pagamento à fornecedores; incidência de multas, juros e acréscimos moratórios em documentos de despesa por atraso de pagamento; e despesas realizadas em desacordo com as finalidades das Ações Orçamentárias previstas nos Programas de Governo. Foram tomadas medidas para o atendimento das recomendações.

### **Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais**

Foram realizadas auditorias nas seguintes OM da UJ CGCFN: Comando do Material de Fuzileiros Navais (CMatFN) e Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo (CIASC).

#### **I) CMatFN**

No que concerne ao CMatFN, apesar da Auditoria ter ocorrido no ano de 2015, o resultado da Auditoria ocorreu no ano de 2016, conforme Ofício nº10-6 encaminhado pelo CCIMAR.

As recomendações efetuadas por aquele Controle Interno acerca da Auditoria realizada no período de 9 a 23 de setembro de 2015, foram observadas e respondidas por meio do Ofício nº 39/2016, do CMatFN.

Foi objeto de exame a regularidade dos atos de gestão praticados nas áreas de Execução Financeira e de Licitações e Acordos Administrativos, bem como os seguintes aspectos: estrutura de governança presente no âmbito do Comando da Marinha, responsável pelo planejamento, execução e controle das atividades necessárias para que o evento “Jogos Rio 2016” ocorresse dentro da normalidade; a manutenção da ampla transparência, por meio da tempestiva prestação de informações sobre os recursos federais, relativamente a obras, serviços, compras e outras iniciativas, voltadas à concretização dos “Jogos Rio 2016”, relevante para a instrumentalização do controle social; e a administração do legado que os Jogos deixariam para a MB.

Não foram encontradas discrepâncias em relação à utilização dos recursos, em apoio aos “Jogos Rio 2016” no que concerne à análise dos processos inerentes à Execução Orçamentária e Financeira.

Em relação à regularidade dos processos licitatórios, constatou-se que deixaram de ser exigidas as garantias para o fiel cumprimento do objeto dos contratos TC 31000/2014-018/00 (TJDL 05/2014) e TC 31000/2014-015/00 (TJDL 07/2014). Assim, o CMatFN adotou como providência solicitar as garantias de execução do contrato a fim de que os direitos da Administração fossem resguardados no caso de eventual inadimplemento por parte da contratada e, posteriormente, ambos os contratos foram realizados integralmente com a entrega dos materiais contratados sem a necessidade de acionamento das garantias.

Ainda, em relação aos processos licitatórios, constatou-se o aparente atraso na entrega do objeto do contrato TC 31000/2014-018/00 (TJDL 05/2014) em virtude dos documentos de formalização da prorrogação do prazo, prorrogado pelo Termo de Apostilamento nº 31000/2014-018/01, não terem sido autuados ao processo até a data de término da Auditoria. Deste modo, o CMatFN adotou como providência a autuação dos documentos necessários à comprovação dos fatos em lide.

## II) CIASC

O CIASC, no exercício de 2016, recebeu duas Notas de Auditoria do CCIMAR: nº 37, de 12/12/2016, e nº 51 de 19/12/2016. A primeira constatou a não realização de acerto do Auxílio-Transporte, referente aos dias não trabalhados dos meses de maio a setembro de 2016, de diversos militares do CIASC; e, a segunda, constatou pagamento em duplicidade de parcelas, para o NIP 86.0617.12, nos meses de outubro e novembro/2016.

Foram recomendados, em relação as Notas de Auditoria, respectivamente: levantamento mensal referente aos dias não trabalhados de todos beneficiários de Auxílio-Transporte e adotar medidas de fiscalização mais brandas; e providenciar a carga dos valores mediante publicação em Ordem de Serviço, para devolução do valor recebido em duplicidade.

Os acertos referentes à Nota de Auditoria nº 37 foram processados no mês de março/2017, e os acertos referentes à Nota de Auditoria nº 51 foram processados no mês de dezembro/2016.

## Comando de Operações Navais

Na área de responsabilidade do ComOpNav, no exercício de 2016, foram auditadas as UJ: Base Naval de Natal (BNN), Comando do 7º Distrito Naval (Com7ºDN), Base de Fuzileiros Navais da Ilha das Flores (BFNIF), Escola de Aprendizes-Marinheiros do Espírito Santo (EAMES), Capitania dos Portos do Rio de Janeiro (CPRJ), Base Naval de Aratu (BNA), Capitania dos Portos do Paraná (CPPR), Capitania dos Portos de Santa Catarina (CPSC), Base Naval de São Pedro da Aldeia (BAENSPA) e Base de Fuzileiros Navais da Ilha do Governador (BFNIG). A CPPR e CPSC ainda não receberam seus respectivos relatórios de auditoria. As recomendações do órgão de controle interno, foram devidamente respondidas e sanadas pelas Organizações Militares auditadas.

Destacam-se as seguintes recomendações de maior impacto, de acordo com cada OM:

### I) BNN

Inexistência de pesquisa de mercado em pelo menos três empresas; e realização de despesas sem a confecção de processo licitatório ocasionando fragmentação de despesa.

### II) Com7ºDN

Foi realizada a avaliação da Gestão do Patrimônio Imobiliário, de responsabilidade do Com7ºDN, em atendimento ao disposto no item 9, do Anexo II, da DN TCU nº 147/2015. De acordo com o disposto no referido item, não houve impacto negativo no desempenho do Com7ºDN no tocante à efetiva Gestão do Patrimônio Imobiliário da União, em especial no que diz respeito à qualidade dos Controles Internos Administrativos e à correção e qualidade das informações contábeis.

## Diretoria-Geral do Material da Marinha

No âmbito do Setor do Material, foram realizadas Auditorias de Avaliação da Gestão das seguintes OM: Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), Arsenal de Marinha no Rio de Janeiro (AMRJ) e Diretoria de Aeronáutica da Marinha (DAERM). As recomendações de maior impacto, de acordo com cada OM, bem como informações relevantes no atendimento das referidas recomendações foram as seguintes:

### I) CTMSP

No primeiro semestre foi realizada a avaliação sobre o cumprimento do requisito de unicidade de caixa pelo CTMSP, como OMPS, nos termos dos artigos 56, 57 e 60 a 63 da Lei 4.320/1964, e 1º e 2º do Decreto 93.872/1986. Não foram encontradas evidências de descumprimento do requisito de unicidade de caixa, de acordo com a verificação dos lançamentos no SIAFI e das faturas emitidas pelo LFM a clientes extra-MB, sendo assim, a auditoria concluiu

pela regularidade da gestão do Dirigente Máximo e demais responsáveis relacionados no “Rol de Responsáveis” da UPC, sugerindo a emissão do competente Certificado de Auditoria, conforme Extrato do Relatório de Auditoria de Gestão nº 05/2016 do Ofício nº 30-193/2016.

No segundo semestre foi realizada a auditoria de acompanhamento da Gestão, para atender o Plano Anual de Auditorias 2016 do CCIMAR. O Relatório de Acompanhamento da Gestão ainda não foi recebido para as possíveis ações e providências que possam ser recomendadas por aquele Órgão de Controle Interno.

## II) AMRJ

No exercício de 2016, foram respondidas as cinco recomendações do CCIMAR constantes do relatório de Auditoria relativo ao exercício de 2015. A referida auditoria verificou a regularidade da aplicação dos recursos alocados por ocasião da preparação para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, denominados Jogos Rio 2016. Todas as recomendações foram atendidas.

## III) DAERM

Em julho de 2016, foi realizada a Auditoria de Gestão na DAERM, onde foram expedidas 6 recomendações, quais sejam: possível e iminente risco de interrupções contratuais; ausência de critérios de sustentabilidade nas contratações; impropriedades observadas com relação às garantias; impropriedade na implementação das Diretrizes de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica; documento de exclusividade fornecido pela própria empresa contratada; e necessidade de adequação da Força de Trabalho da Divisão de Contratos da Diretoria de Aeronáutica. A DAERM está envidando esforços para atender as recomendações.

### **Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha**

No âmbito do Setor do Pessoal, foram realizadas Auditorias de Avaliação da Gestão e Auditorias de Acompanhamento nas seguintes OM: Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA), Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha (SIPM), Sanatório Naval de Nova Friburgo (SNNF), Diretoria do Pessoal Militar da Marinha (DPMM) e Laboratório Farmacêutico da Marinha (LFM). Foram observadas cinquenta e sete recomendações pelo CCIMAR, assim distribuídas: CIAA – 4, SIPM – 4, SNNF – 18 e DPMM – 1, ainda não atendidas pelas OM; e SIPM - 15, DPMM – 14 e LFM – 1 atendidas plenamente pela OM.

Seguem abaixo as recomendações de maior impacto, de acordo com cada OM, bem como informações relevantes no atendimento das referidas recomendações:

#### I) CIAA

Contratação por preços diferentes aos registrados na Ata de Registro de Preços; impropriedades na contratação de empresa para a sondagem de solo; ausência de procedimentos de controle para detecção de licitantes que atuam em conluio em Pregões da OM; e irregularidades no processo para a construção do novo prédio da Escola de Máquinas.

#### II) SIPM

Fragilidade no monitoramento das constatações apontadas no Parecer de Análise de Contas Inicial (PACI); pagamento indevido do Auxílio-Transporte (AT); impropriedades no acerto de contas da parcela de Auxílio Transporte; pagamento indevido das parcelas de Férias/Adicional de Férias, por ocasião do Licenciamento do Serviço Ativo da Marinha (LSAM); impropriedades no pagamento de pecúnia relativa às Férias para militares exercendo Tarefa por Tempo Certo; pagamento a maior de Ajuda de Custo; existência de pensionistas militares possuindo inadequadamente mais de dois vínculos de pagamento; implementações inadequadas no SIAPE, de rubricas de pagamento sem que tais direitos estivessem previamente publicados em Ordem de

Serviço; Falta de desconto da Pensão Militar; permanência de inativos e pensionistas com pagamento suspenso por período igual ou maior de dez meses; impropriedades no pagamento de parcela do Adicional Pró-Labore por realização de Tarefa por Tempo Certo; impropriedades constatadas no pagamento da Assistência Pré-Escolar; impropriedades no desconto de Pensão Militar; e impropriedades na concessão de Adicional de Tempo de Serviço.

### III) SNNF

Indícios de pagamento de despesas não relacionadas com as atividades da OM; incidência de multas, juros e acréscimos moratórios em documentos de despesa por atraso no pagamento; fragilidades nas pesquisas de mercado; prestação de serviços de forma continuada, sem a formalização de Acordo Administrativo; divergência entre a descrição do material/serviço constante na Nota de Empenho e a descrição disposta no documento de despesa; não recolhimento do imposto sobre o serviço (ISS); pagamento de diárias de pessoal em período posterior ao da viagem; pagamento de despesas de energia elétrica, relativas a PNR ocupados, com recurso da Execução Financeira; impropriedades observadas na fase de liquidação da despesa; fragilidades nos processos de despesas relativos à ressarcimento de despesas de desoesas médicas efetuadas em unidades de saúde não credenciadas; despesa realizada em desacordo com as ações orçamentárias previstas nos Programas de Trabalho do Governo Federal; impropriedades na retenção e recolhimento de tributos de pessoas jurídicas; contratação e pagamento de serviços em desacordo com os orçamentos anexos aos processos de despesas; impropriedades na realização de despesas relacionadas ao Programa Força no Esporte (PROFESP); e aquisição acima do quantitativo autorizado pelo órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços.

### IV) DPMM

Inexistência de estratégias formais para identificação e gerenciamento de riscos; necessidade de aperfeiçoamento dos controles para as atividades específicas da área de Pagamento de Pessoal; inobservância do Princípio da Segregação de Funções; necessidade de aperfeiçoamento da qualidade do controle da UPC para identificar e tratar as acumulações ilegais de cargos; reavaliação dos indicadores de gestão de pessoas; divergência entre os números de dependentes para efeito de IRRF e os registrados para efeito de Salário-Família e FUSMA DEP, constantes das fichas financeiras; impropriedades constatadas nas fichas financeiras; impropriedades constatadas no cadastro e na concessão da Assistência Pré-Escolar; pagamento do Auxílio Pré-Escolar com data-término prevista para o mês 09/2020, sem registro de dependentes no Banco de Dados de Pessoal (BDPES); impropriedade na concessão de Auxílio-Transporte; pagamento de Auxílio-Transporte sem Declaração para Concessão de Auxílio-Transporte (DCAT); impropriedade na elaboração da Relação de Pagamentos Depositados (RPD); permanência de militares com o pagamento suspenso por três meses ou mais; ausência das declarações da execução de transporte (DET) no arquivo da OM.

### V) LFM

Na avaliação da equipe de auditoria, não foram identificadas falhas ou irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo. Foi recomendada a verificação do cumprimento, pelas Organizações Militares Prestadoras de Serviços da Marinha (OMPS), do requisito da unicidade de caixa (Acórdão nº 1.521/2014-TCU-Plenário). Foi realizada avaliação sobre o cumprimento do requisito, nos termos dos artigos 56, 57 e 60 a 63 da Lei nº 4.320/1964, e §1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986. Não foram encontradas evidências de descumprimento do requisito de unicidade de caixa, conforme verificação dos lançamentos no SIAFI e das faturas emitidas pelo LFM a clientes extra-MB.

### **Secretaria-Geral da Marinha**

Em 2016, foram realizadas auditorias de acompanhamento, pelo CCIMAR, em duas OM da UJ SGM, conforme programa definido no Plano Anual de Auditorias 2016 (PAA/2016) e aprovado pelo Comandante da Marinha. Os setores auditados foram os seguintes: Órgão de Obtenção no exterior, Comissão Naval Brasileira em Washington (CNBW) e uma OM do Setor de Finanças, Pagadoria de Pessoal da Marinha (PAPEM). Tais auditorias tiveram como escopo examinar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão praticados pelos responsáveis pela administração de valores e bens da MB ou a ela confiados, quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial.

Seguem abaixo os principais resultados da auditorias:

#### **I) CNBW**

Foram apresentadas 45 constatações, cujas recomendações foram atendidas ou encontram-se em fase de implementação. O Órgão de Controle Interno sugeriu especial atenção quanto aos seguintes aspectos: segregação de funções; monitoramento nas necessidades de Suprimento de Fundos; necessidade de melhorias no SOMAR (Sistema de Obtenção da Marinha no Exterior) para o controle e acompanhamento dos atos de gestão da sistemática para aquisições no exterior; atentar para a mitigação das fragilidades apontadas nos processos de contratação de combustíveis no exterior; e o aprimoramento no processo de IMH (Indenização Médico-Hospitalar).

#### **II) PAPEM**

Foram apresentadas 26 constatações, dentre as quais três, referentes a Mapeamento de Processos e Gerenciamento de Riscos, permaneceram pendentes, por demandarem de uma análise detalhada e integrada de todos os Departamentos.

### **Diretoria-Geral de Navegação da Marinha**

No âmbito da DGN, o Grupamento de Navios Hidroceanográficos (GNHo) foi Auditado pelo CCIMAR, recebendo a seguinte recomendação:

O GNHo foi citado no Acórdão nº 9.906/2016 – TCU – 2ª Câmara, o qual determinou que o CCIMAR apurasse a regularidade do Pregão Eletrônico (SRP) nº 23/2009, no que se refere, minimamente, aos seguintes itens: adoção de justificativa sucinta para a aquisição, sem fundamento em documentação que demonstrasse a real necessidade dos equipamentos a serem adquiridos; falta de motivação para escolha dos tipos de equipamentos e do quantitativo a ser licitado, havendo indícios de forte vínculo entre os fornecedores; cotejamento de preços unitários pesquisados com os adjudicados a dois fornecedores que detêm vínculos familiares, constatando-se indícios de ocorrência de preços excessivos durante a pesquisa de mercado realizada pela administração militar; não atendimento de recomendações exaradas na Nota Jurídica dirigida ao Grupamento de Navios Hidroceanográficos, cujo atendimento era condição para o prosseguimento do processo, com improcedência das justificativas então utilizadas para tanto; ausência de comprovação da publicação em jornal de grande circulação regional ou nacional, de forma a atender ao disposto no Decreto nº 5.450/2005, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica; e existência de indícios de vinculação entre as pessoas, as quais possuem o mesmo endereço social.

Em paralelo, o mencionado Tribunal de Contas questionou a regularidade das adesões aos Pregões Eletrônicos (SRP) nº 08/2010, do CML (EB), nº 59/2010, do GAP-RJ (FAB), e nº 06/2011, da ESG, efetuadas pelo GNHo à época.

A partir desta citação, o Ofício nº 10-64/2016, do CCIMAR, solicitou respostas daquela Organização Militar, de maneira a elucidar as questões apontadas no referido Acórdão e subsidiar medidas a mitigar os riscos de novas fragilidades.

Em resposta ao documento do CCIMAR, o GNHo enviou o Ofício nº 351/2016, o qual afastou, justificou ou minimizou, no prazo determinado, as irregularidades apontadas.

### 9.3 - Medidas Administrativas para a Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

**QUADRO 9.3 - MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO**

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							Remetidas ao TCU
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento		Débito < R\$ 75.000		
Recebimento Débito			Não Comprovação					
310	286	-	21	-	-	-	-	3

Fonte: CCIMAR

\*Outros casos:

10 procedimentos de indenização de cursos, estágios e estudos;

05 procedimentos de ressarcimento do prejuízo causado ao erário; e

06 procedimentos referentes à indenização por suposto recebimento indevido de numerário.

### 9.4 - Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamento de Obrigações com o Disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/1993

A MB observa as disposições do art. 5º da Lei nº 8.666/93, quanto ao cronograma de pagamento das obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, de acordo com as Normas SGM - 102 (Normas sobre Licitações, Acordos e Atos Administrativos) e SGM - 301 (Normas sobre Administração Financeira e Contabilidade).

Cabe salientar, entretanto, que os prazos de pagamentos no exercício de 2016 não foram cumpridos em sua totalidade, devido às sistemáticas limitação no recebimento de repasses financeiros, motivadas pelo baixo Limite de Pagamento atribuído à MB no exercício de 2016.

### 9.5 - Informações sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento

Não se aplica.

### 9.6 - Despesas com Ações de Publicidade e Propaganda

**Quadro 9.6 - Despesas com Publicidade**

Publicidade	Programa/Ação Orçamentária	Valores Empenhados (R\$)	Valores pagos (R\$)
Institucional	2108 /2000	67.055,00	67.055,00
Institucional	2108 /2000	15.270,00	15.270,00
Institucional	2108 /2000	4.842,06	4.842,06
Institucional	2108 /2000	103.850,00	103.850,00
Institucional	2108/ 2000	5.000,00	5.000,00
Institucional	2108/2000	2.640,00	1.980,00
Legal	2108 /2000	1.002,21	1.002,21



Legal	2108 / 2000	1.812,00	1.457,76
Legal	2058 / 20XN	2.000,00	1.123,69
Legal	2058 / 2510	10.000,00	6.024,99
Legal	2108 / 2000	5.082,00	1.021,68
Legal	2058 / 20XN	812,00	812,00

Fonte: SIAFI

Os principais resultados das ações de publicidade e propaganda foram para registrar serviços de publicidade legal, com a publicação de matéria em jornal de grande circulação, registrar serviços com pesquisa, assessoria de imprensa, relações públicas e comunicação digital referentes à divulgação de atos, ações, programas, obras, serviços, campanhas, metas e resultados dos órgãos da MB, bem como a divulgar as ações destinadas a informar e esclarecer a população.

#### 10.0 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

As informações referentes ao Demonstrativo da Movimentação Mensal das Receitas e Despesas, Balancete Financeiro Consolidado, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Patrimonial e Demonstrativo das Despesas por Programa de Trabalho da Caixa de Economias da Marinha constam no Anexo F deste Relatório.